

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto René Rachou



Caderno de Relatos de Experiências Jornada Mineira de Arboviroses 2025

Caderno de Relatos de Experiências

Jornada Mineira de Arboviroses 2025

Belo Horizonte

2025

Copyright: ©2025, Instituto René Rachou

Revisão, Formatação e Diagramação: Tatiana Mingote Ferreira de Ázara
Responsável pela catalogação: Segemar Oliveira Magalhães – CRB/6 1975

Título da Obra: Caderno de Relatos de Experiências Jornada Mineira de Arboviroses 2025

Tipo de Obra: Série Caderno de Relatos, 1

Idiomas da publicação: português

Veiculação: LIVRO DIGITAL

Edição: 1^a.

Ano: 2025

País: Brasil

UF: Minas Gerais

Cidade: Belo Horizonte

Assunto: Arboviroses - Vigilância em Saúde - Saúde Pública

Palavras-chave: Aprendizado Baseado na Experiência; Assistência; Controle de vetores de doenças; Participação da comunidade; Vigilância Epidemiológica.

Sinopse da obra: Esta coletânea registra respostas técnicas das redes de saúde de Minas Gerais no enfrentamento das arboviroses dengue, Zika e chikungunya. Apresenta experiências em vigilância em saúde, controle de vetores e manejo clínico, com ênfase na inovação e no fortalecimento do cuidado no Estado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG)

A992c Ázara, Tatiana Mingote Ferreira de (Org.).
2025

Caderno de Relatos de Experiências: Jornada Mineira de Arboviroses 2025 / Tatiana Mingote Ferreira de Ázara; Ana Luísa Cafiero Manhães; Jose Dilermando Andrade Filho; Danielle Costa Capistrano Chaves; Roseli Gomes Andrade. - Belo Horizonte, 2025.
Série Caderno de Relatos, 1
ISBN: 978-85-99016-46-6
155 p.

1. Infecções por Arbovírus/prevenção & controle. 2. Relatos de Casos. 3. Acontecimentos que Mudam a Vida /história. I. Título.

CDD 616.918

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor(a). Bibliotecário responsável: Segemar Oliveira Magalhães CRB/6 1975. FIOCRUZ Instituto René Rachou. Biblioteca de Ciências da Saúde Prof. Zigman Brener.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Ministro - Alexandre Rocha Santos Padilha

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente - Mário Moreira

Instituto René Rachou – Fiocruz Minas

Diretora - Cristiana Ferreira Alves de Brito

Vice-Diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional - Gustavo Marins de Oliveira

Vice-Diretor de Ensino, Informação e Comunicação - Sérgio William Viana Peixoto

Vice-Diretor de Pesquisa, Inovação e Referência - Rubens Lima do Monte Neto

Vice-diretor Adjunto Pesquisa, Coleções Biológicas e Serviços de Referência - José Dilermando

Andrade Filho

Coordenadora de Vigilância em Saúde e Serviços de Referência - Tatiana Mingote Ferreira de Ázara

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS - SES/MG

Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais - Fábio Baccheretti Vitor

Subsecretário de Vigilância em Saúde - Eduardo Campos Prosdocimi

Superintendente de Vigilância Epidemiológica - Aline Lara Cavalcante Oliva

Diretora de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Imunização - Marcela Lencine Ferraz

Coordenação Estadual de Vigilância das Arboviroses - Daniele Costa Capistrano Chaves

ORGANIZAÇÃO

Instituto René Rachou - Fiocruz Minas

Tatiana Mingote Ferreira de Ázara

Ana Luísa Cafiero Manhães

Jose Dilermando Andrade Filho

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES/MG

Danielle Costa Capistrano Chaves

Roseli Gomes de Andrade

COMISSÃO CIENTÍFICA

Amanda Cupertino de Freitas

Clara Lucas Bernardino Felix

Lívia Victória Rodrigues Baldon

Natália Alvim Araújo Saab

Sarah Vieira Marques Contin

Tamiris Vanessa Miguel de Souza

Tatiana Mingote Ferreira de Ázara

SUMÁRIO	Página
PREFÁCIO	x
1 INTRODUÇÃO	11
2 RELATOS SELECIONADOS	12
2.1 A importância de um reservatório de água bem vedado	13
2.2 Ação integrada de agentes de saúde no controle de <i>Aedes aegypti</i> em Taiobeiras/MG	15
2.3 Ações de controle vetorial em Arboviroses na Macrorregião Oeste 2022 a 2025: potencialidades para a tomada de decisão a partir do uso de painéis temáticos.....	17
2.4 Ações e articulações intersetoriais que resultaram na mitigação de risco sanitário em Ponto Estratégico (PE), dentro da vigilância e controle das arboviroses em área de vulnerabilidade social da Regional Leste, Belo Horizonte/MG	20
2.5 Ações integradas para redução do índice de infestação de <i>Aedes aegypti</i> no município de Lagoa Grande/MG	23
2.6 Ações Intersetoriais de Mobilização Social no Enfrentamento da Dengue em São Sebastião da Bela Vista/MG	26
2.7 Agente Mirim: Educação e Protagonismo Infantil na Prevenção das Arboviroses em Ipatinga/MG	28
2.8 Análise Retrospectiva dos Óbitos por Chikungunya em Sete Lagoas (MG) em 2024: O Papel das Comorbidades e Infecções Associadas a Gravidade da Doença	30
2.9 Avaliação da infestação de <i>Aedes aegypti</i> utilizando a armadilha Pneu-Trap3D no município de Buritizeiro/MG	32
2.10 Comitê Municipal de Mobilização Social contra dengue, chikungunya e Zika Vírus: relato de experiência exitosa em São João del-Rei/MG	34
2.11 Contribuições da saúde bucal no enfrentamento das arboviroses: uma iniciativa da gestão municipal de Belo Horizonte/MG	36
2.12 Controle Biológico Contra <i>Aedes</i> - Uso de Peixes Larvófagos em Cata-guases/MG	38

2.13 Controle de <i>Aedes aegypti</i> via VANT (Drone) em Ipanema-MG	40
2.14 Correlação entre os casos de dengue ocorridos entre 2018 e 2022 e os levantamentos de índice rápido de <i>Aedes aegypti</i> de 2022 no município de Itabira, Minas Gerais (Brasil) como Materiais e Métodos para definição de áreas prioritárias para mapeamento através de veículos aéreos não tripulados, conhecidos como drones	42
2.15 Criatividade e conscientização: o poder do concurso de frases e desenhos na luta contra as arboviroses em Ipatinga/MG	43
2.16 Dengue não tem vez: intervenção lúdico-educativa sobre arboviroses no Ensino Fundamental em Florestal/MG	46
2.17 Desafios da gestão de saúde frente as arboviroses em Nova Módica/MG ..	48
2.18 Descritivo epidemiológico da arbovirose urbana dengue no município de Conselheiro Lafaiete, nos anos de 2023-2024	49
2.19 Distribuição de mosquiteiros a pessoas acamadas e com mobilidade reduzida em Itabirito/MG	52
2.20 Do pico à queda: estratégias municipais para vencer a dengue em Sabinópolis/MG	53
2.21 EducaZoo: crianças e adolescentes em vulnerabilidade no combate a endemias	55
2.22 Estratégias integradas de enfrentamento à dengue em Betim/MG: articulação entre vigilância, mobilização social e vacinação	57
2.23 Estudo do aumento de notificação de arboviroses em consequência aos rompimentos de barragens de rejeitos em Minas Gerais, Brasil	60
2.24 Evento Lições Aprendidas - CREA SRS/Sete Lagoas	64
2.25 Experiência do Comitê Municipal de Vigilância e Prevenção de Óbitos por Arboviroses em Uberlândia/MG	66
2.26 Experiência exitosa na prevenção e controle de arboviroses no município de Lassance/MG	68
2.27 Febre amarela: análise dos casos humanos e epizootias em primatas não humanos na unidade regional de saúde de Pouso Alegre de 2017 a 2025	69
2.28 Ferramenta Automatizada para Monitoramento Assistencial das Arboviroses na Atenção Primária à Saúde de Juiz de Fora/MG	70

2.29 Fortalecimento da gestão em saúde para o controle das Arboviroses no município de Carlos Chagas/MG	73
2.30 Fortalecimento da vigilância de arboviroses nos Pontos Estratégicos: experiência do município de Itaúna/MG	75
2.31 Gestão do programa de controle de Arboviroses no território de Jaboticubas/MG	77
2.32 Gincana Mexa-se contra o mosquito em Coronel Fabriciano/MG	78
2.33 Grupo técnico de discussão e análise dos óbitos suspeitos de arboviroses: a experiência da unidade regional de saúde de Pouso Alegre/MG na epidemia de 2024	80
2.34 Hospital de campanha com aplicação do método Kanban como estratégia de enfrentamento às arboviroses em Belo Horizonte/MG, 2024	81
2.35 Identificação dos sorotipos de dengue circulantes no município de Buritizeiro/MG em 2024	83
2.36 Impacto de diferentes ações de controle utilizando como referência a densidade de ovos de <i>Aedes</i> spp. em Patos de Minas/MG	84
2.37 Implantação de ovitrampas nos municípios da Superintendência Regional de Saúde de Sete Lagoas, Minas Gerais	85
2.38 Implementação de unidades sentinelas na atenção básica para casos de dengue dos grupos a e b em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2024	89
2.39 Inovação tecnológica no combate às arboviroses em Ipatinga/MG: agilidade, otimização de recursos e eficiência no atendimento	91
2.40 Integração de ovitrampas e estações disseminadoras de larvicida como estratégia baseada em evidências e baixo custo para o controle da dengue em Cássia, Minas Gerais	95
2.41 Integração entre agentes de endemias e agentes comunitários de saúde no combate às arboviroses em Cataguases, Minas Gerais, 2020-2025: uma experiência exitosa	97
2.42 Interrompendo o ciclo de transmissão homem-vetor-homem de arboviroses em Lassance/MG	98
2.43 Medina/MG unida contra a dengue: mobilização comunitária e ações integradas de vigilância e controle das arboviroses	101

2.44 Mobilização e comunicação social sobre as arboviroses: dengue, Zika, chikungunya e febre amarela no município de Tabuleiro/MG	103
2.45 Mobilização Social nas Escolas e Programa Saúde da Família: troca de material escolar como estratégia inovadora no combate à dengue em Teófilo Otoni/MG	106
2.46 Monitoramento do tratamento focal em Belo Horizonte/MG: uso de ferramentas digitais para análise em tempo real das ações de vigilância e controle de <i>Aedes aegypti</i>	109
2.47 Monitoramento vetorial por ovitrampas no município de Cataguases, Minas Gerais, 2019-2025: uma experiência consolidada	111
2.48 Mutirão de limpeza diário na eliminação de potenciais criadouros do mosquito <i>Aedes aegypti</i>	112
2.49 O Uso de ovitrampas no enfretamento às arboviroses: uma experiência do município de São Joaquim de Bicas/MG	114
2.50 Painel de inteligência em saúde para monitoramento entomológico a partir de dados de ovitrampas em Belo Horizonte/MG, 2023-2025	116
2.51 Painel municipal das arboviroses: inovação em vigilância e transparência no controle epidemiológico em Ipatinga/MG	118
2.52 Projeto Agente de Endemias Mirim - juntos contra o mosquito	121
2.53 Projeto Bloco Xô Dengue: ações educativas e preventivas contra a dengue em escolas, CRAS e grupo da terceira idade	123
2.54 Projeto Bota-Fora: estratégia contínua para o controle vetorial e promoção da sustentabilidade em Cataguases, Minas Gerais, 2020-2025	124
2.55 Projeto Mercado Verde em Lontra/MG	125
2.56 Projeto saúde na escola: educação como estratégia de combate ao <i>Aedes aegypti</i>	127
2.57 Projeto: Visita guiada ao setor de zoonoses em Ipatinga/MG	128
2.58 Saúde pública em ação: a estratégia de combinação de multas e repelentes na prevenção de arboviroses em Ipatinga/MG	130
2.59 Saúde Única e Prevenção de Arboviroses na Educação Básica: Experiências do Programa Saúde na Escola	133

2.60 SISDENGUE: implantação de sistema informatizado para monitoramento em tempo real de casos de dengue e chikungunya em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais	135
2.61 Telagem inovadora de ralos domésticos no combate à dengue em Pi-umhi/MG	138
2.62 Uso de drones no combate a <i>Aedes aegypti</i> em Muriaé/MG	140
2.63 Uso de drones no monitoramento territorial para controle vetorial de <i>Aedes aegypti</i> : experiência no município de Nova Serrana/MG	141
2.64 Uso do Prontuário Eletrônico - <i>Fast Medic</i> na análise diária das arboviroses em Uberlândia/MG: experiência da vigilância epidemiológica	143
2.65 Utilização de Drones no combate à dengue em Igarapé/MG.....	145
2.66 Vigilância entomológica de Pontos Estratégicos no município de Belo Horizonte/MG de 2023 a 2024	148
2.67 Vistoria individual no combate às arboviroses: impacto das tecnologias de processamento e monitoramento na gestão eficiente da produtividade em Matipó/MG	149

ANEXO

Anexo A – Programação	151
Anexo A – Programação	152
Anexo A – Programação	153
Anexo A – Programação	154

PREFÁCIO

Este caderno de relatos de experiência é mais que uma compilação de vivências; é um testemunho vivo do compromisso de Minas Gerais para o enfrentamento das arboviroses. Em suas páginas, refletimos sobre o papel fundamental da ciência, das experiências exitosas e inovadoras, além das colaborações para proteger a saúde da população.

Neste contexto, a Fiocruz Minas (Instituto René Rachou), com sua missão institucional de gerar, disseminar e aplicar o conhecimento científico para a saúde pública, assume uma posição de vanguarda. Há 70 anos, comemorados agora em 2025, a instituição tem sido um pilar estratégico na vigilância e no controle de doenças, atuando com excelência na pesquisa, no diagnóstico de alta complexidade e na formação de profissionais que atuam nas mais diversas áreas da saúde. Seus pesquisadores com expertise em entomologia, epidemiologia e imunologia têm sido vitais para desvendar os desafios impostos pelas arboviroses, como dengue, Zika, chikungunya e febre amarela compreendendo seus ciclos de transmissão e desenvolvendo novas estratégias de vigilância e controle.

A eficácia dessa atuação é multiplicada pela sinergia com parceiros estratégicos. A parceria com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) é o principal exemplo dessa colaboração, unindo o rigor científico da Fiocruz à capacidade de gestão e implementação de políticas públicas da SES/MG. A partir de 2023, a Fiocruz Minas e a SES/MG têm estreitado ainda mais essa relação, culminada com a realização do 1º Encontro de Inovação na Vigilância em Saúde, onde foram discutidas as prioridades do Estado de Minas Gerais em vigilância em saúde. Juntos atuam na capacitação de equipes, no monitoramento de cenários epidemiológicos e na resposta rápida a surtos, traduzindo o conhecimento em ações concretas que chegam a cada município mineiro. A Fiocruz Minas estará sempre com a SES/MG e pronta para colaborar em busca de uma saúde pública de qualidade e, consequente, do fortalecimento do SUS.

A Jornada Mineira de Arboviroses 2025, organizada novamente com a parceria Fiocruz Minas e SES/MG, consolida essa aliança, funcionando como um espaço de diálogo, aprendizado e troca de saberes. Este evento não apenas permitiu o compartilhamento de experiências e resultados, mas também reafirmou a importância de uma abordagem integrada e contínua. Os relatos aqui presentes são um reflexo desse esforço conjunto e um convite para a continuidade dessa parceria Fiocruz Minas/SES/MG, lado a lado, nessa jornada incansável em defesa da saúde pública e melhoria da qualidade de vida da população.

Que as lições aprendidas e as histórias contadas neste caderno inspirem novas ações e fortaleçam o nosso compromisso em construir um futuro mais saudável para todos os mineiros.

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), em parceria com o Instituto René Rachou – Fiocruz Minas, realizou a Jornada Mineira de Arboviroses 2025. O encontro consolida-se como espaço estratégico de atualização, integração e qualificação de gestores e técnicos de saúde no enfrentamento dessas doenças. O objetivo foi capacitar os participantes sobre as arboviroses que mais impactam o Brasil e Minas Gerais - dengue, chikungunya, Zika, febre amarela e Oropouche. Além de fortalecer a vigilância epidemiológica, a iniciativa buscou preparar os serviços estaduais e municipais para responder a surtos epidêmicos, especialmente durante o período mais quente e chuvoso do ano.

A programação contemplou Oficinas Pré-Seminários, voltadas para abordagens práticas e intensivas sobre diferentes temas relacionados ao controle das arboviroses. Em seguida, aconteceram dois eventos centrais:

- Seminário Estadual de Arboviroses: Diretrizes da Política de Vigilância, Prevenção e Controle, nos dias 04 e 05 de setembro de 2025;
- III Seminário de Manejo Clínico das Arboviroses: Qualificação da Assistência para o Período Sazonal, nos dias 08 e 09 de setembro de 2025.

Ambos foram realizados no Auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

A Jornada também contou com a apresentação de experiências exitosas de profissionais de municípios e regionais de saúde de Minas Gerais, por meio de pôsteres. Essa troca de práticas e conhecimentos fortalece diretamente as redes de vigilância e assistência, contribuindo para um sistema de saúde mais preparado e resolutivo.

Assim, a Jornada Mineira de Arboviroses 2025 afirmou-se como uma ferramenta essencial para a qualificação das ações de prevenção, controle e cuidado, marcando o início de um novo ciclo de enfrentamento das arboviroses em Minas Gerais.

2 RELATOS SELECIONADOS

Jornada Mineira de Arboviroses 2025

*Cada autor(a) dos Relatos Selecionados da Jornada Mineira de Arboviroses 2025 se responsabiliza pela redação dos textos nesta publicação. Também atestam que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de exclusiva autoria estão citados no texto com a devida identificação da referência bibliográfica de onde foram extraídas (se transcritos literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões ABNT vigentes. Cada autor(a) dos Relatos Selecionados da Jornada Mineira de Arboviroses 2025, ainda, tem pleno conhecimento de que pode ser responsabilizado legalmente, caso infrinja disposições previstas na LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

2.1 A importância de um reservatório de água bem vedado

Autores: Meire Frederico de Aquino, Jardel Vieira Meirelles, Henrique Sabioni Lopes, Carlos Roberto Costa Barros Júnior

Afiliação: Secretaria de Saúde de Ubá/MG

Durante o ano de dois mil e dezesseis, o município de Ubá MG enfrentou uma enorme crise hídrica. Esse evento climático modificou a cultura da população, ela passou a se preocupar com a escassez de água e começou a realizar o seu armazenamento em grandes depósitos, tais como tambores e caixas d'água ao nível do solo. O número desses depósitos a serem vistoriados foi elevado significativamente, consequentemente a preocupação e o trabalho dos agentes de endemias aumentaram. O número de notificações também apresentou um acréscimo, pois a vedação dos reservatórios sempre não era eficaz favorecendo a proliferação de *Aedes aegypti* transmissor dos vírus causadores de dengue, Zika, chikungunya e febre amarela. Em virtude da mudança cultural da população, a prefeitura de Ubá passou a adotar uma medida para amenizar a situação doando telas e arames para vedar caixas d'água e reservatórios sem tampas ou que as tampas apresentem frestas. Os próprios agentes de endemias colocam as telas quando julgaram necessário. Em janeiro de 2025, a Coordenação de Zoonoses, em conjunto com a Gerência de Epidemiologia, determinou que todas as seis equipes do município, uma vez por semana, teriam o compromisso de vedar caixas d'água e reservatórios problemáticos. Essa mudança na Materiais e Métodos de trabalho difere dos anos anteriores, nos quais a prática da vedação era feita de forma irregular e esporádica. Baseando-se nessa nova Materiais e Métodos de trabalho, os dados coletados pelo LIRAA foram avaliados para analisar a eficiência dessa ação. No primeiro LIRAA realizado no município, anterior a nova prática (janeiro de 2025), foram vistoriados 2849 imóveis, nos quais encontraram 10 focos em depósitos tipo A1(Caixas d'água elevada ligada a rede) e 56 focos em depósitos tipo A2 (depósitos de armazenamento de água ao nível do solo). Em maio de 2025 foi realizado o segundo LIRAA, já com a prática implementada, foram vistoriados 2992 imóveis sendo coletadas 9 focos classificadas como tipo A1 e 36 focos em A2. A análise dos valores encontrados nos dois LIRAA quando comparado os dois períodos, apresentou uma redução de 10 por cento dos depósitos A1 e 37,7 por cento dos depósitos A2, evidenciando uma queda expressiva nos focos dos depósitos classificados como A1 e A2. Os resultados do terceiro LIRAA de 2025, quando comparado ao primeiro, no qual foram vistoriados 3088 imóveis, observou uma queda proporcional ainda maior na identificação dos focos nos depósitos A1 e A2. No terceiro LIRAA foram coletados apenas 2 focos em tipo A1 (80 por cento a menos do que o primeiro LIRAA) e 10 focos em depósito tipo A2 (82,14 por cento a menos que no primeiro LIRAA). Além de um resultado promissor no controle do vetor de arboviroses, a intervenção permite assegurar maior segurança a água consumida pela população, já que a telagem pode evitar o contato de animais e eventualmente suas fezes com a água a ser consumida pela população. Tais resultados reforçam a tese de que a intervenção tem reduzido a identificação de amostras de depósito A1 e A2 no decorrer dos LIRAA. A

robustez de tais resultados será melhor avaliada após o transcorrer de mais ciclos, pois permitirá comparar antes e após a intervenção respeitando a sazonalidade dos períodos em análise.

Palavras-chave: Depósitos; Caixa d'água; Focos; LIRAA

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

2.2 Ação integrada de agentes de saúde no controle de *Aedes aegypti* em Taiobeiras/MG

Autores: Ruth Karolina Neves Costa, Wártineê Dias Miranda, Edmar Rocha Almeida, Brunna Thaís Costa

Afiliação: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Introdução: A proliferação de *Aedes aegypti* representa um dos principais desafios para a saúde pública nos municípios brasileiros, especialmente em regiões com clima tropical, como em Taiobeiras, no norte de Minas Gerais. A recorrência de epidemias de dengue, Zika e chikungunya exige respostas integradas entre a atenção primária a saúde e vigilância em saúde, coordenadas e contínuas. Nesse contexto, a atuação isolada de profissionais de saúde tem se mostrado limitada. Diante disso, a integração entre Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e Agentes Comunitários de Saúde (ACCs) surgiu como uma estratégia inovadora e necessária para fortalecer as ações em campo. A união das competências técnicas possibilita uma abordagem mais eficaz e humanizada durante os mutirões de combate ao mosquito.

Materiais e Métodos: A experiência foi desenvolvida entre fevereiro de 2024 e julho de 2025, nos bairros com maior incidência de focos de *Aedes aegypti* em Taiobeiras/MG, conforme os dados do Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* e registro de notificações de arboviroses. A proposta consistiu na atuação conjunta entre ACE's e ACS's em mutirões quinzenais. Antes das ações de campo, foram realizadas reuniões de planejamento e capacitações integradas, abordando técnicas de controle vetorial, comunicação comunitária e logística das visitas domiciliares. Durante os mutirões, as equipes visitaram os imóveis, realizando inspeções, eliminação de criadouros, aplicação de larvícola e orientações educativas. As informações coletadas em campo foram registradas em formulários padronizados e analisadas semanalmente para monitoramento dos resultados e replanejamento das ações.

Resultados: No período analisado, os mutirões atingiram mais de 8.000 residências. Houve aumento expressivo na sensibilização da população e, quando comparado o primeiro semestre de 2025 a 2024, reduziu 14,1 por cento nos casos de dengue, conforme dados do SINAN. A integração também fortaleceu os vínculos entre os profissionais e otimizou o tempo e os recursos nas ações de campo.

Conclusão: A experiência em Taiobeiras demonstrou que a articulação entre ACEs e ACCs potencializa as ações de combate ao *Aedes aegypti*, promovendo eficiência, participação social e resultados epidemiológicos significativos. Trata-se de uma estratégia eficaz, sustentável e replicável em outros municípios com contextos semelhantes.

Palavras-chave: Integração dos Serviços de Saúde; *Aedes aegypti*; Vigilância em Saúde; Atenção Primária a Saúde; Mobilização social.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretriz Nacional para Atuação Integrada dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde no Território.

Brasília: Ministério da Saúde, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/diretriz-nacional-para-atuacao-dos-ace-e-acrs-no-territorio.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025. MORAES, João Paulo; PEREIRA, Raiane Furtado de Carvalho; CARVALHO, Bárbara Miguel Alves. Manejo da dengue – experiência multidisciplinar entre atenção primária à saúde e vigilância em saúde. In: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), IdeiaSUS, 2024. Disponível em: portal Ideia SUS da Fiocruz. Acesso em: 13 ago. 2025.

2.3 Ações de controle vetorial em Arboviroses na Macrorregião Oeste 2022 a 2025: potencialidades para a tomada de decisão a partir do uso de painéis temáticos

Autores: Ana Camila Neves Moraes, Edilberto Flávio dos Santos, Marcelo Henrique Guimarães Bueno, Rogério Rocha, Fabrício Barbosa, Magno Santos

Afiliação: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Secretarias Municipais de Saúde Macrorregião Oeste

Introdução: As ações de controle vetorial são consideradas como básicas na abordagem da Vigilância em Arboviroses de forma geral, pois identificam e acompanham as características bem como a distribuição de *Aedes aegypti* permitindo, assim, uma atuação voltada à prevenção de processos epidêmicos deste grupo de doenças especificadas. No entanto, existe uma ausência de informações sistematizadas quando se pensa nas atividades específicas de controle vetorial levando a ocorrência de maiores dificuldades para uma tomada de decisão qualificada não apenas do tipo de ação a ser desenvolvida, mas também do tempo adequado antes do início de uma epidemia. Neste sentido, uma das principais estratégias da atualidade considerando o uso cada vez maior de tecnologias digitais consiste na organização dos dados coletados – em diferentes áreas – por meio de painéis temáticos para uma melhor análise, visualização e, consequente, utilização dos mesmos na rotina. Desta forma, a equipe da vigilância epidemiológica da SRS Divinópolis realizou a elaboração de um painel temático com abordagens exclusivas relacionadas ao controle vetorial em Arboviroses permitindo, assim, a organização destes dados coletados junto aos municípios para que seja realizada uma análise detalhada no território sanitário da Macrorregião Oeste de Minas Gerais. O objetivo deste trabalho consistiu em apresentar uma análise das ações de controle vetorial em arboviroses a partir da sistematização por meio de painel temático na Macrorregião Oeste de Minas Gerais, no período de 2022 a 2025. **Materiais e Métodos:** O presente trabalho consistiu em um estudo descritivo a partir dos dados inseridos no Painel Temático de Controle Vetorial em Arboviroses na Macrorregião Oeste de Minas Gerais, no período de 10 de junho de 2022 a 30 de julho de 2025. A Macrorregião Oeste de Minas Gerais é um território sanitário que conta com 53 municípios distribuídos em 8 microrregiões de saúde tendo uma população total de aproximadamente 1.200.000 habitantes, sendo considerada uma região endêmica para arboviroses. **Resultados:** O painel temático, objeto de uso neste trabalho, foi criado pela equipe de vigilância epidemiológica da SRS Divinópolis através do Microsoft Power BI com a presença de dados relacionados às ações de controle vetorial em arboviroses recomendadas pelo Ministério da Saúde. No tocante à estrutura do painel temático em controle vetorial de arboviroses, é possível a verificação de indicadores relacionados com pacto e técnico quanto às visitas de agentes de endemias nos domicílios, LIRAA, PE (ponto estratégico), depósito predominante e Recursos Humanos. Com base nos dados consolidados através do painel temático em controle vetorial de arboviroses, ocorreu uma análise descritiva comparando o período de 2022 a

2025 até o presente momento verificando as mudanças e informações de relevância para o devido monitoramento, vigilância e tomada de decisão a nível regional e municipal. O painel temático de controle vetorial em Arboviroses foi criado, pela equipe de vigilância epidemiológica da SRS Divinópolis, com o repasse pelas referências técnicas em controle vetorial dos dados realizados pelos municípios ao gestor da informação do setor que organiza de forma adequada nas diferentes abas desta ferramenta. O envio das informações ocorre para produção de pontos estratégicos, visitas domiciliares de agentes de endemias e composição da equipe de controle vetorial em Arboviroses com periodicidade mensal. Enquanto para dados referentes ao LIRAA e seus indicadores relacionados a periodicidade de envio ocorre de acordo com a realização do mesmo pelos municípios. Ao se considerar o trabalho quanto às visitas domiciliares dos agentes de endemias por ciclo, para o território da Macrorregião Oeste, em pelo menos 80 por cento de imóveis houve a identificação da seguinte situação: em 2022, 23 municípios (43,4 por cento); em 2023, 21 municípios (39,62 por cento); 2024 em 19 municípios (35,85 por cento) e, em 2025, 21 municípios (39,62 por cento). O LIRAA, em todas as suas execuções durante o ano podem ser avaliados por município e por ano com a possibilidade de comparação de 2022 até 2025 com a verificação de tendência de queda, manutenção ou, ainda, aumento do risco de infestação por *Aedes aegypti*. Quando se considera a caracterização, a partir do LIRAA, quanto ao depósito predominante de criadouros do vetor, o resultado para o território analisado foi o seguinte: em 2022, 52,30 por cento Grupo D e 15,25 por cento Grupo B; em 2023, 60,25 por cento Grupo D e 10,45 por cento Grupo B; em 2024, 61,52 por cento Grupo D e 9,52 por cento Grupo C; em 2025, 65,40 por cento Grupo D e 5,62 por cento Grupo C. Outra abordagem importante, presente no painel temático de controle vetorial em arboviroses consiste no acompanhamento das ações dos PEs com a identificação por município da produção de cada ponto, bem como a sua comparação com tratamentos focais e perifocais realizados. Em relação à situação de equipes de agentes de combate a endemias, no período considerado, 28 municípios (52,83 por cento) possuem número superior ao recomendado, 10 municípios (18,87 por cento) apresentam número suficiente em comparação com o recomendado pelo Ministério da Saúde e 15 municípios (28,3 por cento) contam com agente de número inferior ao indicado. Com base nos dados apresentados, extraídos e analisados a partir do painel temático de controle vetorial em arboviroses, foi possível a identificação das abordagens que efetivamente precisam ser realizadas para a melhoria na qualidade deste tipo de ação como: Ação intensa nos municípios que não realizam visitas domiciliares de agentes de endemias em 80 por cento dos domicílios; Acompanhamento e visitas técnicas nos municípios com tendência de elevação no risco de epidemia a partir dos resultados do LIRAA; Atuação de forma mais efetiva quanto aos depósitos predominantes que precisam ser controlados no território da macrorregião Oeste; Identificação, junto às equipes municipais, dos pontos que levaram a discrepâncias em tratamentos nos pontos estratégicos; Abordagem específica com os municípios que possuem equipes de agentes de endemias abaixo do número recomendado. Conclusão: A organização do Painel Temático de Controle Vetorial em Arboviroses, na Macrorregião Oeste de Minas Gerais, apresenta-se como uma importante ferramenta tecnológica para conhecimento detalhado

das atividades e resultados obtidos. Tem a possibilidade de subsidiar a tomada de decisão qualificada bem como para a identificação do perfil entomológico/epidemiológico de arboviroses no território tornando, assim, a abordagem específica e com melhores resultados para a população.

Palavras-chave: Controle vetorial; Tomada decisão; Informação em saúde; Arboviroses.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

2.4 Ações e articulações intersetoriais que resultaram na mitigação de risco sanitário em Ponto Estratégico (PE), dentro da vigilância e controle das arboviroses em área de vulnerabilidade social da Regional Leste, Belo Horizonte/MG

Autores: Lilian de Paula Gonçalves Reis, Mara Regina da Silva, Rachel Rosane Siqueira, Marcos Martins Naves, Elson Alípio Júnior, Eliane Andrade da Silva Martins, Cláudia Maria Bernardi Capistrano

Afiliação: Diretoria de Zoonoses - Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG

Dentro do programa de vigilância, prevenção e controle das arboviroses, as equipes de zoonoses trabalham em monitoramentos especiais que vão além do tratamento focal habitual, principalmente em imóveis e/ou locais classificados como “Pontos Estratégicos” (PE). São considerados PE’s, imóveis que possuem elevado risco para infestação por *Aedes aegypti*, seja devido à presença de grandes quantidades de recipientes ou ainda, por serem possíveis portas de entrada do vetores oriundos de outras localidades, dada a rotatividade e frequência de permanência dos materiais nesses locais. Alguns exemplos de PE’s são: ferros-velhos, oficinas mecânicas, pontos de coleta e/ou depósito de recicláveis, borracharias, construções inacabadas, entre outros. Imóveis que apresentam tais condições exigem um acompanhamento constante pelas equipes de vigilância e controle de zoonoses, onde os agentes de combate a endemias (ACE’s) realizam vistorias quinzenais, e são locais de difícil resolução das irregularidades encontradas. Entre os imóveis com tal classificação na regional Leste de Belo Horizonte, um PE que necessitava de maior atenção devido ao risco sanitário que oferecia era o imóvel localizado na área de abrangência do Centro de Saúde Novo Horizonte, região classificada de elevado a muito elevado risco no índice de vulnerabilidade à saúde (IVS). Parte do terreno pertence à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e estava sendo ocupado irregularmente há anos para armazenamento de carcaças de carros, materiais de ferro velho, além de um grande depósito de lixo doméstico, que servia de reservatório e potenciais criadouros de vetores, além de atrair diversos animais, como cães, gatos e cabras. Além disso, na parte dos fundos do terreno, próximo a algumas residências, há um pequeno córrego. Tendo em vista a complexidade da situação (grande volume de materiais sem rotatividade, tais como carcaças de veículo e materiais metálicos, eletrodomésticos inutilizados, entre outros) e as dificuldades de resolução dos problemas, o monitoramento no local era mantido quinzenalmente pela equipe de campo da zoonoses e vinha já ocorrendo, por aproximadamente 20 anos, sempre buscando diminuir os riscos à saúde pública, através da limpeza na área pertencente à PBH e na ação educativa junto ao responsável pelo ferro-velho. Como ações de monitoramento compreendem as vistorias quinzenais, coleta de amostras de larvas para análise no laboratório de zoonoses (setor de entomologia), eliminação de focos e tratamentos com larvicidas nos criadouros, e tratamentos químicos perifocais com o adulticida Fludora ®Fusion, com o auxílio de bombas costais em atividades realizadas pelos ACE’s da área. Associada

a estas ações foram encaminhados relatórios técnicos, para a vigilância sanitária (VS) e para o serviço de limpeza urbana (SLU). Em fevereiro de 2024, em plena epidemia de arboviroses em Belo Horizonte, intensificaram-se as solicitações de resolução dos problemas no local, pela GERZO-L em discussões também com a Diretoria de Zoonoses. Diante da situação de emergência em saúde pública e do risco potencial de transmissão às arboviroses que o local oferecia, as articulações, envolveram a Administração Regional Leste (ADRE-L), para realização de ação intersetorial buscando promover a limpeza do local de forma definitiva. O que exigiu grande estrutura organizacional devido a quantidade, tipo e peso dos materiais acumulados. No início de março, os setores da Prefeitura de Belo Horizonte acionados para a realização e acompanhamento da limpeza foram: ADRE-L, Fiscalização de Controle Urbanístico e Ambiental, Vigilância Sanitária, Polícia Civil, Guarda Municipal (GM), Gerência de Zoonoses Leste, Gerência Regional de Manutenção Leste, Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte, Assessoria de Comunicação, Defesa Civil, BHTrans, SLU e representantes da associação comunitária do bairro. Foi necessário um planejamento da logística operacional com a utilização de equipes de multitarefas da SLU, apoio operacional da BHTrans e GM, além de equipamentos pesados como tratores e caminhões para transporte dos materiais. Outro ponto fundamental foi a discussão intersetorial sobre a destinação do terreno público para a construção de uma praça de convivência, visando o bem-estar social da comunidade, aproveitando a localização próxima ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Taquaril, que atende a diversas famílias do local. Atualmente, as obras estão em curso. Parte do terreno, de propriedade particular, onde há atividade comercial de ferro-velho/oficina mecânica, continua sendo monitorado pela equipe de zoonoses da área. Nesta área particular, também foram observadas, após a ação, melhorias no manejo ambiental com o armazenamento dos materiais em área coberta. A ação intersetorial articulada pela Zoonoses, foi fundamental para resolução dos riscos sanitários relativos às arboviroses. A identificação do risco no território, a persistência e o acompanhamento vigilante das equipes de zoonoses com ações e relatórios técnicos tornaram a ação exitosa. Concluímos que, o diagnóstico situacional realizado pela zoonoses através da ação articulada de técnicos, coordenadores e as gerências, juntamente com as equipes de campo, permitem um melhor planejamento de estratégias práticas dentro do serviço de vigilância e controle de zoonoses, contribuindo para possíveis ações intersetoriais que irão ampliar a capacidade de intervenção e resolutividade com relação à eliminação e ou mitigação de condições que propiciem risco à saúde pública.

Palavras-chave: Ponto Estratégico; Arboviroses; Intersetorialidade; Zoonoses; Vigilância em saúde.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: 1 - Manual Técnico Padronização das ações para controle vetorial da dengue desenvolvidas no município de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Saúde – SMSA; Gerência de Vigilância em Saúde e Informação – GVSI; Gerência de Controle de

Zoonoses – GECOZ, 2009. 2 - IN 063/2024. Gestão das Ações de Vigilância em Saúde - Pontos Estratégicos. 3 - NOTA TÉCNICA nº 02/2022 – DIZO/SUPVISA/SMSA. Recomendações para organização e execução das ações de controle químico residual de populações adultas de *Aedes aegypti* (tratamento perifocal) em Pontos Estratégicos – PE's.

2.5 Ações integradas para redução do índice de infestação de *Aedes aegypti* no município de Lagoa Grande/MG

Autores: Adriana Álvares de Souza e Silva, Raphael Rodrigues Porto, Andreia Luiza de Souza, Carlos Henrique Ferreira Bispo, Elida Gonçalves Barbosa, Laysla Francielli de Lima Silva, Maíra Lemos de Castro, Nayara Cristina da Silva, Noemi Romero Augusto de Magalhães Portilho, Patrícia Helena da Silva, Raphael Rodrigues Porto

Afiliação: Superintendência Regional de Saúde de Patos de Minas, Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Grande

Introdução: A dengue é uma das doenças que mais tem causado impacto na saúde pública mundial. Sua incidência global aumentou acentuadamente nas últimas duas décadas.¹ O Brasil, em particular, se destacou nesse cenário devido a uma combinação de fatores. No país, o vetor da dengue é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti*.² Estudos de revisão sistemática e meta-análise apontam que o combate do vetor centrado somente no controle químico tem sido ineficiente e que o desenvolvimento de estratégias com enfoque intersectorial e com ações de base comunitária demonstraram eficácia significativa na redução da incidência da doença e podem subsidiar medidas de enfrentamento a serem implementadas em sistemas municipais de saúde.³ **Materiais e Métodos:** O presente trabalho apresenta o relato de experiência exitosa da intervenção de práticas integradas e intersetoriais para reverter a tendência crescente da dengue em Lagoa Grande, MG. O município, situado na região Noroeste do estado, está localizado a 460 km da capital mineira, possui uma população de 8.969 habitantes e uma área de 1.236.301 Km². Tem sua economia baseada na atividade agropecuária com destaque para produção leitera.⁴ Em relação à rede de serviços de saúde, o município apresenta uma cobertura de serviços distribuída em 5 unidades de saúde e um Pronto Atendimento (UPA). Conta entre os membros da equipe de saúde com 7 agentes de combate a endemias (ACEs) e 25 agentes comunitários de saúde (ACSSs). O presente artigo trata-se de um estudo descritivo e transversal, realizado a partir da análise do perfil epidemiológico de dengue em Lagoa Grande, abrangendo o período entre a semana epidemiológica (SE) 01 a SE 32 de 2025. Utilizaram-se dados secundários e quantitativos, acessados em agosto, obtidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)⁵ e pelo Boletim Epidemiológico da Superintendência Regional de Saúde de Patos de Minas.⁶ **Resultados:** No que tange à infestação por *Aedes aegypti* em 2025, o município apresentou, a partir da SE 18 um cenário de alta incidência de novos casos (classificação adotada quando a taxa de incidência ultrapassa 500 casos por 100 mil habitantes) e atingiu um patamar mais crítico nas semanas subsequentes até a 24^a SE (com exceção da SE 21, com pico decrescente). O diagrama de controle de casos prováveis de dengue, apresentado na Figura 1, indica que o número de notificações suspeitas no município deslocou-se, ao longo das SE acima do limite da incidência média histórica, com incidência acumulada muito alta a partir da sétima semana até a SE 30 e quase se aproximou do limite superior do canal endêmico do diagrama de controle, entre as SE 20-24. Vale ressaltar que a tendência de elevação nos casos após a 18^a SE, sugere

que a influência da sazonalidade, decorrente da diminuição das chuvas e da temperatura, não interferiu nas condições epidêmicas. A comparação do registro dos casos prováveis de dengue por semana epidemiológica nos anos de 2024 e 2025 demonstrou tendências diferentes, evidenciando uma disparidade notável, especialmente a partir da 10^a SE, quando os casos em 2025 superaram significativamente os de 2024. O município registrou, até a SE 31, um aumento de casos, passando de 137 em 2024 para 563 em 2025. A SE 32 ficou sem registros de casos nos dois anos. Quanto ao percentual de confirmação, até a SE 32, do total de casos prováveis de dengue notificados (563) em Lagoa Grande, 50.84 % foram confirmados (286), equivalendo a quase metade dos casos suspeitos com positividade. A grande maioria das confirmações se deu por critério clínico-epidemiológico. Pelo critério de classificação, os casos positivos foram (284) classificados como dengue; dois como dengue com sinais de alarme e nenhum caso como dengue grave. Foi registrado, no período avaliado, um óbito (sexo feminino, 85 anos e sem comorbidades). No monitoramento de possíveis focos de Aedes no município, os sobrevoos de drone, em 30 % da área urbana, identificaram 96 pontos de interesse, como prováveis tipos de criadouros do mosquito. Desse total, 77 pontos foram removidos, representando 80 % de resolutividade. Não foram encontrados possíveis criadouros nas proximidades da orla da lagoa da cidade e no seu entorno (Figura 4). Os resultados dos indicadores entomológicos (índices predial e Breteau) foram 6,5 e 3,5 para o levantamento do 1º e 2º LIRAA realizados em janeiro e maio, respectivamente. O quadro epidêmico resultou na sobrecarga dos serviços de saúde e um aumento significativo no número de atendimentos, nas unidades de saúde, de cerca de sete vezes mais em relação ao início do ano. Essa situação resultou ainda em longas filas de espera. Visando o enfrentamento da situação epidêmica em Lagoa Grande, em junho desse ano, o Comitê Regional de Enfrentamento de Arboviroses (CREA) da SRS de Patos de Minas se reuniu com a equipe de Vigilância em Saúde do município. Foram discutidos os pontos críticos que impactavam diretamente o cenário epidemiológico de dengue, na perspectiva de se traçar, juntamente com todos os serviços de saúde, gestores e população, estratégias úteis ao enfrentamento da epidemia em questão. Esta reunião desencadeou uma articulação entre o prefeito da cidade, a secretaria de saúde, a coordenadora de Vigilância em Saúde, a equipe de endemias, profissionais de atenção primária em saúde, moradores do bairro com maiores índices de infestação do vetor. As seguintes ações foram implementadas a partir desse alinhamento: decretação de emergência em saúde pública; apoio da gestão municipal como um todo; contratação de mais agentes de endemias; delimitação de focos em quarteirões positivos; maior integração da Atenção Básica com a equipe de vigilância em Saúde; mobilização social com ações de educação em saúde nos postos de atendimento e nas áreas mais afetadas. O resultado das ações intersetoriais realizadas interferiu significativamente na situação de saúde do município de Lagoa Grande impactando no decréscimo acentuado do número de notificações indicando redução na infestação por Aedes. Na SE 32 não foi registrado nenhum caso suspeito. A sobrecarga dos serviços de saúde foi aliviada e o fluxo dos atendimentos ficou concentrado no Pronto Atendimento. Após a decretação de emergência em saúde pública foram contratados mais dois ACEs e um técnico em enfermagem para atuação na UPA. Vale ressaltar

que a capacitação dos supervisores de endemias locais através da Oficina de Qualificação de Supervisores de Atividades do Controle Vetorial de *Aedes aegypti* possibilitou a correção de procedimentos de controle vetorial com relação à ajustes nas técnicas de aplicação dos inseticidas utilizados. Foram realizadas ações de mobilizações diariamente na sala de espera em todas as unidades de saúde e pela mídia local incluindo rádio e redes sociais para divulgação de informações. Foi realizado um dia “D” no bairro Planalto, local onde se concentrava maior número de casos novos, com força-tarefa envolvendo a participação da equipe de Vigilância em Saúde, de ACEs e ACSs e de enfermeiras das Equipes de Saúde da Família e visitação de casa em casa. No mês seguinte, julho, foram executadas ações de bloqueio diariamente nos endereços com casos suspeitos ou confirmados de dengue. A vigilância laboratorial foi intensificada com aumento da realização de testes rápidos (NS1) e de exames por sorologia (IgM/IgG) em laboratórios terceirizados para apoio diagnóstico e otimização das intervenções. Conclusão: A partir das intervenções realizadas, a equipe de saúde conseguiu modificar o cenário epidemiológico e fortalecer o vínculo entre os setores envolvidos. Percebeu-se, desde a primeira semana de agosto uma redução significativa de notificações e de atendimentos de casos. A compreensão política da situação de saúde em quadro de emergência foi de grande relevância com consequente bom uso dos recursos financeiros disponíveis para tal fim. O reforço na participação ativa da comunidade e na prática do trabalho em equipe e a articulação com o CREA demonstraram que o controle do mosquito não se fundamenta apenas na atuação da equipe de endemias, ou somente no controle vetorial seguindo um padrão campanhista, mas se desdobra também na responsabilização entre profissionais de saúde, comunidade e gestão pública. O controle da dengue continua sendo um grande desafio. A análise dos dados sobre a dengue ao longo das semanas epidemiológicas analisadas em Lagoa Grande revela padrões preocupantes e ressaltam a importância de intervenções preventivas e de respostas coordenadas, integradas e eficientes.

Palavras-chave: Aedes; Dengue; Vigilância em saúde; Colaboração intersetorial.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: 1 OMS. Organização Mundial da Saúde, 2025. 2 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial Brasília: MS, 2025. 3 Análise dos impactos causados pela Dengue na Saúde Pública brasileira: Uma revisão da literatura. Research, Society and Development, v. 13, n. 11, e98131147434, 2024. 4 IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2022 Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/lagoagrande.html>. Acesso em 14 ago 2025 5 BRASIL (2025). Ministério da Saúde. Sistema de informações de Agravos de Notificação. <http://portalsinan.saude.gov.br/sinan/>. Acesso em: 14 ago. 2025 6 SRS. Superintendência Regional de Saúde de Patos de Minas. Boletim de Arboviroses SRS/ Patos de Minas, SE 32/2025. Anexo 4.

2.6 Ações Intersetoriais de Mobilização Social no Enfrentamento da Dengue em São Sebastião da Bela Vista/MG

Autores: Luciana Hart Ferreira

Afiliação: Secretaria de Saúde de São Sebastião da Bela Vista, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Obras e Polícia Militar

Introdução: A dengue é um grave problema de saúde pública no Brasil, com ciclos epidêmicos recorrentes e impacto significativo na morbimortalidade da população. A prevenção e o controle da doença exigem ações integradas entre setores da saúde, educação, secretaria de obras e segurança pública, com forte ênfase na mobilização social. Nesse contexto, a comunicação e a participação comunitária tornam-se fundamentais para reduzir os focos do vetor *Aedes aegypti* e ampliar a conscientização da população.

Materiais e Métodos: Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo, sobre atividades realizadas pela Vigilância em Saúde em parceria com a rede pública municipal de ensino, Secretaria Municipal de Saúde secretaria de obras e Polícia Militar. As ações ocorreram entre janeiro e abril de 2025, período de maior risco sazonal para aumento de casos de dengue. As atividades foram divididas em 6 eixos principais: 1- limpeza de todos os bairros, manutenção de ruas e lotes da área urbana; 2- Educação em saúde: palestras e atividades educativas em escolas municipais, com participação de alunos, professores e comunidade escolar com tarefas a serem feitas em suas respectivos domicílios como manutenção do terreno, plantas calhas etc; 3- Mobilização social: realização de passeata com alunos, professores e profissionais de saúde pelas ruas centrais da cidade com fantasias criadas dentro da sala de aula, com apoio logístico e de segurança da Polícia Militar; 4- Ações de campo: execução do Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* (LI) em domicílios e vistorias em pontos estratégicos (PE), como borracharias, cemitérios e locais de grande acúmulo de água; 5- A gincana escolar do combate a dengue com brincadeiras voltadas para a conscientização com a presença de bonecos da dengue e blitz com distribuição de panfletos e uma exposição de larvas e mosquito para toda comunidade poder conhecer de perto este inimigo; 6 - divulgação em massa nas redes sociais todos os dias com stories educativos.

Resultados: As atividades alcançaram toda nossa população com estes eventos e divulgações diárias em nossa assessoria de comunicação que impactaram diretamente familiares e comunidade local. A participação ativa da Polícia Militar conferiu maior visibilidade e credibilidade às ações. O Levantamento de Índice revelou a presença de focos do vetor em pontos estratégicos, especialmente em locais com acúmulo inadequado de recipientes, possibilitando a implementação imediata de medidas corretivas e reforço das orientações junto aos responsáveis. A mobilização intersetorial favoreceu o fortalecimento do vínculo entre comunidade, escola e serviços de saúde, promovendo maior engajamento social. No entanto, destaca-se a necessidade de continuidade das ações, de estratégias permanentes de comunicação e da intensificação das visitas domiciliares.

Conclusão: As ações intersetoriais desenvolvidas no município de São Sebastião da Bela Vista/MG mostraram-se eficazes em alcançar muitas pessoas e identificar focos do

vetor *Aedes aegypti*. O resultado deste trabalho mostrou a grande diferença de registros de casos positivos neste ano com apenas seis casos confirmados, enquanto no ano de 2024 foram contabilizados 248 casos positivos, mostrando uma diferença relativa dos anos anteriores com uma queda significativa. Com os seguintes resultados evidenciamos a eficácia das ações de combate e prevenção realizadas no Município com uma queda percentual na incidência de casos positivos de 97,58 % durante o ano de 2024 para 2,42 % no ano de 2025 contabilizados até o momento.

Palavras-chave: Dengue; *Aedes aegypti*; Vigilância em Saúde Pública; Mobilização Social.

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: 1. BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças Transmissíveis. Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. 2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância em saúde [recurso eletrônico]. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2022. 3. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Guia para vigilância e controle de *Aedes aegypti*. Washington, D.C.: OPAS; 2019.

2.7 Agente Mirim: Educação e Protagonismo Infantil na Prevenção das Arboviroses em Ipatinga/MG

Autores: Vanessa Andrade Ramlow Nascimento; Josiane Marcia de Castro; Helen Cristina dos Reis Cezario; Elisangela Alves Santana; Wallisson Medeiros; Igor Gandra Neves; Elainize Dos Reis Rodrigues; Glauco Cezar Martins

Afiliação: Secretaria de Saúde de Ipatinga/MG

O Projeto Agente Mirim nas Escolas, desenvolvido pela Seção de Controle de Zoonoses em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, teve como objetivo conscientizar e mobilizar crianças do 4º ano do ensino fundamental das escolas municipais de Ipatinga sobre a importância da prevenção das arboviroses, como dengue, Zika, chikungunya e febre amarela. A Materiais e Métodos adotada foi totalmente lúdica e interativa, aproximando o conteúdo técnico da realidade das crianças de forma divertida e envolvente. Entre as atividades realizadas estiveram jogos educativos, como o “Passa ou Repassa” adaptado para questões sobre arboviroses, apresentações com fantoches abordando o ciclo de vida do mosquito e formas de prevenção, observação de larvas de *Aedes aegypti* através de microscópio e passeios pelas áreas externas das escolas, simulando vistorias reais em busca de possíveis focos do vetor. Durante essas visitas guiadas, os agentes de endemias explicaram aos alunos como identificar locais propícios à proliferação do mosquito e quais ações devem ser tomadas para eliminá-los, reforçando que a prevenção começa com atitudes simples no dia a dia. Os estudantes aprenderam sobre a importância da limpeza de quintais, da correta armazenagem de água e do descarte adequado de resíduos, relacionando cada ação ao impacto direto na redução de casos das doenças. Ao final das atividades em cada unidade escolar, uma comissão interna, formada por professores e representantes da comunidade escolar, avaliou o desempenho dos alunos com base na participação, no interesse, na compreensão dos conteúdos e na capacidade de repassar as informações aprendidas. O aluno com melhor desempenho foi nomeado Agente Mirim, título que carrega a responsabilidade de ajudar a identificar e comunicar possíveis focos do mosquito no ambiente escolar, orientar os colegas sobre cuidados preventivos e levar esse conhecimento para casa, envolvendo familiares e vizinhos no combate às arboviroses. O Agente Mirim passou a atuar como elo entre a escola, a família e a comunidade, fortalecendo a rede de vigilância e prevenção. Com o acompanhamento contínuo dos agentes de endemias, essas crianças participam também de ações complementares, como mutirões de limpeza e eventos educativos no município. O impacto do projeto pode ser percebido tanto nas escolas quanto nas comunidades onde os alunos vivem, com relatos de professores e familiares sobre mudanças positivas no comportamento das crianças, que passaram a adotar e incentivar práticas preventivas, como verificar recipientes de água, recolher lixo e alertar sobre possíveis criadouros. Diante dos resultados o projeto continua em execução, com previsão de ampliar o número de turmas participantes, incorporar novos recursos didáticos e manter o engajamento dos alunos.

Palavras-chave: Conscientização; Prevenção; Protagonismo infantil.

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: Prefeitura Municipal de Ipatinga – Secretaria Municipal de Saúde. Relatórios e registros internos do Projeto Agente Mirim nas Escolas. Ipatinga, 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para prevenção e controle da dengue, Zika, chikungunya e febre amarela. Brasília: Ministério da Saúde, 2024, Ministério da Educação. Educação em saúde: estratégias para escolas. Brasília: MEC, 2023.

2.8 Análise Retrospectiva dos Óbitos por Chikungunya em Sete Lagoas (MG) em 2024: O Papel das Comorbidades e Infecções Associadas a Gravidade da Doença

Autores: Maria Tereza Rodrigues, Thiago Boaventura Almeida da Silva, Carolina Ferrão Huibers Vitor, Terezinha Evangelista de Sá Comide

Afiliação: Secretaria de Saúde de Sete Lagoas/MG, Vigilância em Saúde

Introdução: A Chikungunya, uma arbovirose transmitida pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, representa um desafio significativo para a saúde pública, especialmente em regiões tropicais e subtropicais. Embora classicamente caracterizada por febre, artralgia intensa e outros sintomas autolimitados, a doença pode evoluir para quadros graves, particularmente em indivíduos com condições de saúde preexistentes e infecções concomitantes. No município de Sete Lagoas, Minas Gerais, durante o ano de 2024, foram registrados 19 óbitos associados à Chikungunya. Uma investigação preliminar desses óbitos revelou: a presença de comorbidades ou infecções associadas em todos os pacientes falecidos, com uma notável prevalência na população idosa. Essa observação indicou uma possível interação entre o vírus Chikungunya e os fatores agravantes, resultando em uma rápida evolução para formas graves da doença e, infelizmente, o óbito. A compreensão detalhada dessa associação é crucial para o aprimoramento das estratégias de manejo clínico e prevenção da mortalidade por Chikungunya no município. O presente estudo teve como objetivo geral analisar os óbitos por Chikungunya ocorridos no município de Sete Lagoas (MG) no ano de 2024, a fim de verificar a presença e o papel das comorbidades e infecções associadas na evolução para óbito, especialmente na população idosa. Os objetivos específicos foram: identificar as comorbidades preexistentes mais frequentes nos pacientes que faleceram por Chikungunya em Sete Lagoas em 2024; associar a ocorrência de infecções aos óbitos registrados por Chikungunya; Avaliar a distribuição dos óbitos por faixa etária; analisar a possível contribuição das comorbidades e infecções associadas para a aceleração do quadro de gravidade da Chikungunya, levando ao óbito.

Materiais e Métodos: A coleta de dados foi realizada por meio da análise detalhada dos prontuários médicos dos pacientes falecidos e dos relatórios de investigação epidemiológica de cada caso. As informações coletadas incluíram: Dados demográficos (idade, sexo), Histórico clínico detalhado (com identificação de todas as comorbidades preexistentes diagnosticadas), resultados de exames complementares que evidenciaram a presença de infecções associadas no momento da internação ou durante a evolução da doença, descrição da evolução clínica da Chikungunya, desde os primeiros sintomas até o óbito, com foco na velocidade de progressão para quadros graves. Os dados foram tabulados e analisados de forma descritiva, com o cálculo de frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas (presença de comorbidades específicas, tipos de infecções associadas, faixa etária). A análise buscou identificar padrões e associações entre a presença de comorbidades e infecções e a evolução desfavorável da Chikungunya.

Resultados: A análise retrospectiva

dos 19 óbitos por Chikungunya ocorridos em Sete Lagoas no ano de 2024 demonstrou de forma consistente a presença de comorbidades preexistentes e/ou infecções associadas em todos os pacientes. A faixa etária predominante entre os óbitos foi a de idosos, um grupo já conhecido por apresentar maior vulnerabilidade a complicações de diversas doenças. Os dados coletados sugerem fortemente que a associação do vírus da Chikungunya com esses fatores agravantes pode ter um papel crucial na potencialização da doença e na aceleração do quadro clínico para a gravidade, culminando no óbito. As comorbidades podem comprometer a resposta imunológica do organismo ao vírus, enquanto as infecções associadas podem sobrestrar ainda mais o sistema fisiológico já debilitado pela Chikungunya. Conclusão: Esses achados destacam a necessidade de uma abordagem clínica mais atenta e individualizada para pacientes com Chikungunya que apresentam essas condições, visando um diagnóstico precoce de sinais de alerta e uma intervenção terapêutica oportuna que possa minimizar o risco de desfechos fatais. Além disso, reforça a importância das medidas de prevenção da Chikungunya, especialmente em grupos de risco, e da otimização do manejo de comorbidades para reduzir a vulnerabilidade a formas graves da doença.

Palavras-chave: Chikungunya; Óbitos; Comorbidades; Infecções.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica.

Bibliografia: SINAN, SIM, Banco de dados municipal (Prontuários eletrônicos); BRASIL. Ministério da Saúde.

2.9 Avaliação da infestação de *Aedes aegypti* utilizando a armadilha PneuTrap3D no município de Buritizeiro/MG

Autores: Keicy Sandy Silvestre de Souza, Rosana Bretas Viana, Sivaldo Alves Pereira, Maria da Piedade Pessoa Pereira, Fernanda Valdete Guedes, Salvador Cardoso dos Santos, Flávia Duarte de Oliveira, Riverson Duarte Vieira

Afiliação: Secretaria de Saúde de Buritizeiro/MG

Introdução: As arboviroses são um grupo de doenças virais (dengue, chikungunya, Zika e febre amarela) transmitidas por mosquitos, principalmente *Aedes aegypti*. Diversos métodos têm sido implantados com o objetivo de reduzir a infestação do *Aedes aegypti*. Dentre eles, destaca-se a PneuTrap3D, uma armadilha patenteada em formato de pneu que não permite que o mosquito voe após depositar seus ovos. Ela é vedada e contém um atrativo para as fêmeas de *Aedes aegypti*, feito de levedo de cerveja a 0,04 % além de duas paletas onde os ovos podem ser depositados. A PneuTrap3D se diferencia das ovitrampas tradicionais por permitir a coleta das paletas a cada 15 dias para leitura e por ser capaz de reduzir o número de *Aedes aegypti* em circulação, ao eliminar ovos e larvas. Isso pode auxiliar na diminuição do Índice de Infestação Predial (IIP), resultado obtido pelo LIRAA (Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti*), que avalia a infestação de imóveis por larvas do mosquito (CORREIA et al., 2023). Em abril de 2024, o município de Buritizeiro (MG) implantou 70 PneuTrap3D, cada uma localizada a uma distância de 226 residências ou 400 metros. Esse estudo teve como objetivo avaliar a efetividade da PneuTrap3D na redução do Índice de Infestação Predial (IIP) após sua implantação.

Materiais e Métodos: Foram avaliados quatro ciclos de coleta das paletas, no período de abril a maio de 2024. Após a coleta das paletas, foi feita a leitura manual das lâminas, com a contagem de ovos, e os resultados foram inseridos em um software desenvolvido pela Céltica. Por meio de um mapa de calor, o software mostra a quantidade de ovos em cada PneuTrap3D ao longo das análises quinzenais. As cores utilizadas para representar a quantidade de ovos são: azul (nenhum ovo), verde (menos de 50 ovos), amarelo (50-199 ovos) e vermelho (acima de 200 ovos). O software também oferece os índices de armadilhas positivas/armadilhas inspecionadas (IPO) e número de ovos por paleta/armadilhas positivas (IDO). Para verificar se as PneuTrap3D auxiliam na redução dos mosquitos circulantes, foram analisados os resultados do LIRAA de 2024 do primeiro e do segundo ciclos, nos períodos de 15 a 19/01/2024 e de 20 a 24/05/2024, respectivamente.

Resultados: No período avaliado, foi possível inspecionar as PneuTrap3D quatro vezes, totalizando 560 paletas avaliadas. Foram encontradas 130 armadilhas positivas e coletados 5.908 ovos. O IPO variou de 38,57 % a 53,73 %, e o IDO, de 18,56 % a 62,08 %. O primeiro IIP foi 1,2, e o segundo, 0,8. Se todos esses ovos coletados nesse período eclossem, teríamos 5.908 novos mosquitos circulando. Caso fossem fêmeas, poderíamos ter, ao final, até 5.317.200 novos ovos, uma vez que o ciclo de vida da fêmea é de 30 a 35 dias, e ela pode botar de 100 a 200 ovos por ciclo (BRASIL, 2001).

Conclusão: Podemos inferir, com base nesses resultados, que a PneuTrap3D auxiliou na redução dos mosquitos *Aedes aegypti*

circulantes, uma vez que o IIP reduziu após a implantação das armadilhas no município. Trata-se, portanto, de uma armadilha promissora para auxiliar nas ações de combate às arboviroses, pois não gera foco de infestação caso a coleta das paletas se atrasar, já que é uma armadilha fechada que impede novos mosquitos de circularem no município.

Palavras-chave: Arboviroses; Buritizeiro/MG; Dengue; PneuTrap3D.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE. Dengue instruções para pessoal de combate ao vetor: manual de normas técnicas. [S.l.]: [s.n.], 2001. CORREIA, A. S. P. et al. Effectiveness of the PneuTrap3D ovitrap for monitoring *Aedes aegypti* in Maragogipe-BA. 2023

2.10 Comitê Municipal de Mobilização Social contra dengue, chikungunya e Zika Vírus: relato de experiência exitosa em São João del-Rei/MG

Autores: Cyntia Valéria Zanith Cyntia Valéria Zanith, Cinthia Domingues Costa, Maria Heloísa Gatti Cardoso, Letícia Ferreira Resende e Katiucia Carolina Canaan

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de São João Del Rei/MG

Criado em 2017, o Comitê Municipal de Mobilização Social contra a dengue, chikungunya e Zika Vírus, em São João del-Rei (MG), constitui uma experiência exitosa de articulação intersetorial e comunitária no enfrentamento das arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*. O Comitê tem caráter consultivo e propositivo, visando mobilizar diversos segmentos da sociedade civil, instituições públicas e lideranças locais na construção e fortalecimento de estratégias de prevenção e controle dessas doenças. Atualmente, conta com 36 membros representantes de diferentes setores da Secretaria Municipal de Saúde, outras secretarias municipais e estaduais, lideranças comunitárias e religiosas, além de assessorias de bairros. As reuniões mensais promovem o planejamento, execução e avaliação de ações baseadas em indicadores dos Programas Estadual e Nacional de Controle da Dengue (Brasil, 2002; Minas Gerais; 2024). Entre as principais iniciativas estão: elaboração de programas permanentes; campanhas de informação e mobilização comunitária; fortalecimento da vigilância epidemiológica e entomológica; qualificação das ações de campo; integração com a Atenção Básica; uso de instrumentos legais para eliminação de criadouros; destinação adequada de resíduos sólidos; ações educativas; e ampla divulgação por mídias sociais e imprensa (São João Del Rei, 2017). Destaca-se o projeto “Por uma São João del-Rei Mais Limpa”, voltado ao descarte adequado de resíduos não recolhidos pela coleta urbana, contribuindo para a eliminação de focos do mosquito. Os resultados indicam avanços importantes no enfrentamento das arboviroses e no fortalecimento da participação social. A experiência reforça a relevância de estratégias multissetoriais, contínuas e territorializadas para o enfrentamento dessas doenças.

Palavras-chave: Mobilização social; Controle de *Aedes aegypti*; Participação comunitária.

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). Instituído em 24 de julho de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002 (atualizado em 2024) MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Deliberação CIB SUS/MG nº 5.006, de 5 de dezembro de 2024. Aprova alteração do Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses (PEC ARBO), com enfoque em dengue, chikungunya, zika e febre amarela, período dezembro de 2023 a novembro de 2025. Boletim Oficial da Saúde MG, 2024. SÃO JOÃO DEL-REI. Secretaria Municipal de Saúde. Regimento Interno do Comitê Municipal de Mobilização Social contra a Dengue,

Chikungunya e Zika Vírus de São João del-Rei. São João del-Rei: Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 2017.

2.11 Contribuições da saúde bucal no enfrentamento das arboviroses: uma iniciativa da gestão municipal de Belo Horizonte/MG

Autores: Patricia Maria da Costa Reis, Pedro Henrique Gonçalves Ferreira, Leonardo Menezes dos Santos, Isa Cecília Carvalho Lima Rosenthal, Letícia Parreira de Almeida, Carolina Emmanuelle Camargos Lins, Cristiane Veiga Pinto Azzi, Helaine Pabliane Silva Oliveira, Vanessa Ferreira Machado, Natália Pontes de Albuquerque

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG

Introdução: Em 2024, o município de Belo Horizonte enfrentou um cenário epidêmico de arboviroses (dengue, chikungunya e Zika) exigindo respostas rápidas e integradas dos serviços de saúde. Reconhecendo as manifestações orais destes quadros, a identificação de possíveis sinais precoces pela atuação da equipe de saúde bucal tornou-se estratégica colaborando para a identificação e o manejo dos pacientes. Lesões na cavidade oral, como placas eritematosas, sangramentos, hiperpigmentações, vesículas, e alterações de paladar, podem estar associadas às infecções virais, afetando diretamente a qualidade de vida e a recuperação dos pacientes. Elaborar e publicar uma nota técnica com o intuito de orientar a equipe de saúde bucal da Rede SUS-BH quanto à identificação das manifestações orais das arboviroses, estabelecendo diretrizes clínicas e reforçando a importância da atuação interdisciplinar no cuidado integral dos pacientes.

Materiais e Métodos: A ação foi conduzida pela Coordenação Técnica de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com o apoio da Gerência de Atenção Primária em Saúde. A construção da nota técnica envolveu a análise de literatura científica e protocolos clínicos. O documento foi direcionado às equipes de saúde bucal, com foco em ações de capacitação, orientação clínica e suporte ao manejo dos casos suspeitos ou confirmados de arboviroses com manifestações orais. A nota técnica foi amplamente divulgada por meio dos canais institucionais da PBH e discutida em reuniões técnicas com os profissionais da rede.

Resultados: A publicação da nota técnica favoreceu a ampliação da percepção clínica dos profissionais de saúde bucal quanto à presença de sinais orais em pacientes com arboviroses. Entre as manifestações mais observadas estão: sangramento gengival, ressecamento bucal, lesões maculopapulares, hiperpigmentações, candidíase oral e dores articulares temporomandibulares, especialmente em casos de chikungunya. A nota também destacou a importância da anamnese detalhada e da busca ativa de sinais clínicos específicos durante as consultas odontológicas.

Essa iniciativa contribuiu para fortalecer a vigilância clínica e integrar a atuação da saúde bucal nas estratégias de enfrentamento às arboviroses.

Conclusão: A construção e publicação da nota técnica que reconhece a importância das manifestações orais como sinais precoces da doença reforça o papel da equipe de saúde bucal na identificação, encaminhamento e cuidado interdisciplinar dos pacientes, promovendo uma abordagem mais integrada e eficaz no enfrentamento das arboviroses.

Palavras-chave: Boca, Manifestações orais; Saúde bucal.

Eixo temático: Assistência, Gestão.

Bibliografia: Twerdochlib, L. AS MANIFESTAÇÕES ORAIS DO DENGUE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. BMS [Internet]. 12 de abril de 2022 [citado em 9 de abril de 2024]; 5(8). Oliveira, A. A. de et al. Manifestações orais de arboviroses com ênfase em dengue, zika e chikungunya: revisão de literatura. *Archives of Health Investigation*, v. 10, n. 2, p. 323–328, 2020. DOI: 10.21270/archi.v10i2.4677. Pedrosa, M. S. et al. Oral manifestations related to dengue fever: a systematic review of the literature. *Australian Dental Journal*, v. 62, p. 404–411, 2017. DOI: 10.1111/adj.12516. FERNANDES, Carla Isabelli Rodrigues; PEREZ, Luciano Elias da Cruz; PEREZ, Danyel Elias da Cruz. Manifestações orais incomuns de infecção viral por dengue. *Brazilian Journal of Otorhinolaryngology*, [S.l.], v. 86, p. S3-S5, 2020.

2.12 Controle Biológico Contra *Aedes* - Uso de Peixes Larvófagos em Cataguases/MG

Autores: Elcio Amaral Ferreira, Jacqueline Gouvêa Andrade

Afiliação: Secretaria de Saúde de Cataguases/MG

Introdução: O controle biológico é um fenômeno natural que consiste na regulação do número de plantas e animais por inimigos naturais. Assim todas as espécies de plantas e animais têm inimigos naturais atacando seus vários estágios de vida. Algumas espécies de peixes se alimentam de larvas de mosquitos que permanece na água. Espécies de peixes larvófagos estão sendo usados como controladores biológicos. As espécies que serão usadas são conhecidas popularmente como lebiste ou barrigudinho (*Poecilia reticulata*) e o piaba ou lambari (*Astyanax bimaculatus*) que tem grandes vantagens como reproduzir em grande escala e tolera certo grau de poluição. O uso do controle biológico tem muitas vantagens como por exemplo, por ser um método ecologicamente correto, já que o uso de larvicida polui o solo e a água, e o seu uso prolongado seleciona indivíduos mais resistentes; é de baixo custo já que os peixes são abundantes na região, reproduz com facilidade em cativeiro e não há gastos na sua criação para o município apenas manutenção nos reservatórios. Os objetivos do trabalho foram: manter um controle biológico permanente das larvas de mosquitos em locais estratégicos identificados pelo Núcleo de Controle de Endemias para diminuição da quantidade de larvicida que é colocado em recipientes que acumulam água; substituir o larvicida pelo peixe larvófago somente em reservatórios perenes; formar parcerias com profissionais da Educação visando incentivar os estudantes a realizarem campanhas de conscientização da população; informar crianças, jovens e adultos de maneira a serem mais responsáveis com os recursos naturais, tendo como instrumento a Educação Ambiental; ministrar palestras de acordo com a demanda das escolas e outras instituições.

Materiais e Métodos: O trabalho é simples e custa muito pouco. É simplesmente um lambari ou barrigudinho (popularmente conhecidos), capturados em açudes e trazidos para os reservatórios. Mas a implantação do método só é possível com o apoio da população. Os peixes que se alimentam das larvas do mosquito transmissor da dengue, febre chikungunya, Zika vírus e febre amarela urbana, ficam em reservatórios de água e distribuídos para as residências e outros tipos de construções do município. São poucos peixes por tanque, tonéis ou barris (cerca de 2 ou 3); e não há recomendação para que sejam alimentados: quando não há larvas, eles se alimentam da própria matéria orgânica do depósito de água. Quando o Agente de Combate a Endemias (ACE) faz a visita domiciliar e verifica que há um recipiente com grande volume de água, ele sugere ao morador o uso do peixe no lugar do larvicida. O morador autorizando o uso do peixe, o Agente anota o endereço do morador e alguns dados referentes à visita domiciliar em uma planilha específica que contém dados sobre o recipiente onde serão colocados os peixes, como quantidade de litros de água que ele comporta, para ter uma ideia da quantidade de peixes a coletar; serão colocados uma média de duas fêmeas e um macho para cada 50 litros de água, tendo em vista que é fácil diferenciar o macho da fêmea,

devido ao tamanho e coloração típica do macho. Após o Agente de Combate a Endemias (ACE) ter anotado os dados, é repassado ao Supervisor de Área que logo entrega os dados ao Supervisor Geral ou ao Coordenador de Endemias, que vai destinar a equipe específica para coletar os peixes no reservatório e entregar na residência do morador solicitante. A equipe passa as instruções para o morador sobre a criação de peixes, e deixa o número do telefone de contato do Núcleo de Controle de Endemias para demais dúvidas e sempre que o Agente de Saúde faz a visita domiciliar, ele verifica o recipiente onde se encontra os peixes e repassa as informações para seus superiores. Todo endereço onde há criação do peixe como controlador biológico é arquivado, e até mesmo dados específicos como tipo de recipiente, onde se encontra o peixe, que é muito importante, quantidade de litros que o recipiente comporta e quantidade de larvicida que é gasto no recipiente se o peixe não é colocado, que é o principal objetivo do projeto, saber o quanto de larvicida é economizado com o uso do controle biológico. Para termos uma ideia da distribuição do controle biológico é usado o mesmo esquema das armadilhas ovitrampas com auxílio do georreferenciamento e geoprocessamento. Distribuição geográfica conforme controle biológico são formuladas visando despertar o interesse para as práticas de controle ao vetor. O monitoramento dos locais faz parte da rotina do trabalho dos Agentes. Resultados: O resultado é a diminuição do impacto ambiental, com a redução da aplicação de larvicida. Por ser um método eficaz no controle de larvas de mosquito em locais onde a ação do larvicida não é eficaz, auxilia na prevenção de doenças transmitidas por mosquitos. Conclusão: Os Agentes de Endemias são treinados para ver o imóvel, por isso precisam desenvolver um diálogo com o dono da casa, para engajá-lo na adoção do método do peixe. A proposta é fazer a substituição gradual do controle químico pelo biológico, reduzindo o uso de larvicida. As equipes de saúde devem entender que não vão trabalhar somente com saúde, mas sim articular-se para promover qualidade de vida. Enfrentar os agravos transmitidos por esse mosquito não é uma tarefa apenas da Secretaria de Saúde, mas requer um esforço em cadeia, com várias frentes de ação. O compromisso da população, dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), dos Agentes de Combate a Endemias (ACE) e do poder público é fundamental para que essa política se torne uma ação ativa e continuada.

Palavras-chave: Peixes; Reservatórios de água; Controle de mosquitos.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: Dengue: Teorias e Práticas. Valle, D; Pimenta, DN; Cunha, RV. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Revista Radis, do Programa Radis de Comunicação e Saúde da Fiocruz Edição 166, julho 2016. BRASIL. Ministério da Saúde: Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). Brasília; 2002 [Cited 2014 Feb 20].

2.13 Controle de *Aedes aegypti* via VANT (Drone) em Ipanema-MG

Autores: Lucas de Oliveira Tito, Guilherme Pereira

Afiliação: Secretaria de Saúde de Ipanema-MG, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária

O município de Ipanema vem desenvolvendo um trabalho inovador e altamente eficaz no controle vetorial de *Aedes aegypti*, mosquito transmissor de doenças como Dengue, Zika e Chikungunya. A estratégia combina tecnologia de ponta com a atuação dos Agentes de Combate às Endemias, promovendo resultados expressivos na redução dos casos registrados. A ação consiste na utilização de drones para pulverização de inseticida biológico em áreas de difícil acesso, com foco na eliminação das larvas do mosquito. O equipamento utilizado é o DJI Agras T20, modelo de alta performance que permite sobrevoar locais de risco identificados previamente, tais como caixas d'água destampadas, lotes baldios, piscinas abandonadas e construções inacabadas. O inseticida aplicado é o *Bacillus thuringiensis* var. *israelensis* (Bti), sorotipo H-14, um agente biológico que age de forma seletiva sobre as larvas do mosquito sem causar impactos negativos à fauna, à flora ou à saúde humana. Por se tratar de uma solução sustentável, garante maior segurança ambiental em comparação aos inseticidas químicos convencionais, contribuindo para práticas de saúde pública alinhadas ao cuidado com o meio ambiente. O trabalho é orientado por mapeamentos prévios realizados pelos agentes de campo e pelo LIRAA (Levantamento de Índice Rápido de *Aedes aegypti*), ferramenta que indica os pontos mais críticos de infestação. Com base nessas informações, a logística de pulverização é organizada, permitindo a aplicação direcionada apenas nos locais com risco real de proliferação, evitando desperdício de insumos e ampliando a eficácia das ações. A atuação do drone não substitui o trabalho dos Agentes de Combate às Endemias, mas funciona como um grande aliado. O equipamento permite alcançar locais de difícil ou perigoso acesso, garantindo mais segurança e eficiência para a equipe. Enquanto o drone realiza a pulverização aérea, os agentes dão continuidade às visitas domiciliares, orientações educativas à população e eliminação de criadouros, criando, assim, uma estratégia integrada de combate. Os resultados alcançados demonstram o sucesso dessa parceria entre tecnologia e vigilância em saúde: comparando o período de 2023/2024 com 2024/2025, o município registrou uma redução de aproximadamente 90% nos casos de arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Esse dado expressivo reflete não apenas a eficiência do inseticida biológico e do uso do drone, mas também a dedicação constante dos profissionais de campo. Em termos de benefícios diretos para a população, a estratégia garante: redução significativa do risco de surtos de doenças; aumento da cobertura de áreas críticas, antes inacessíveis; otimização de recursos públicos, com menor custo operacional e maior alcance das ações; segurança ambiental, com uso de produto biológico seletivo e sustentável. Em síntese, o trabalho realizado em Ipanema mostra que o uso de drones para controle vetorial é um modelo inovador de gestão em saúde pública, capaz de unir tecnologia, sustentabilidade e eficiência operacional. Com essa Materiais e

Métodos, o município se destaca na prevenção das arboviroses, assegurando qualidade de vida e mais tranquilidade para a população

Palavras-chave: Drone; *Aedes aegypti*; Dengue; Mosquito; Saúde.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

2.14 Correlação entre os casos de dengue ocorridos entre 2018 e 2022 e os levantamentos de índice rápido de *Aedes aegypti* de 2022 no município de Itabira, Minas Gerais (Brasil) como Materiais e Métodos para definição de áreas prioritárias para mapeamento através de veículos aéreos não tripulados, conhecidos como drones

Autores: Marcelo Barbosa Motta

Afiliação: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais

A dengue é uma doença febril causada por arbovírus veiculados por fêmeas de mosquitos da espécie *Aedes aegypti*, cujos sintomas variam desde uma síndrome semelhante à gripe até casos graves e fatais. A principal ferramenta de combate à doença é o controle populacional de vetores, o qual tem apresentado resultados pouco satisfatórios. Para otimizar a capacidade de resposta do controle vetorial, a Secretaria de Saúde de Minas Gerais (MG) publicou a Resolução SES/MG 9.035/2023, definindo regras para utilização de veículos aéreos não tripulados (VANT), conhecidos como drones, no combate ao *Ae. aegypti*. Portanto, com o objetivo de criar um método tecnicamente viável e de baixo custo para definição de áreas prioritárias na intervenção por meio dos VANT, os casos de dengue ocorridos entre 2018-2022 foram correlacionados com a densidade vetorial em 2022 no município de Itabira/MG. Resultados: 1.004 casos confirmados entre 2018-2022, com força de correlação com a densidade vetorial em 2022 de 76,8 %, considerando três estratos. A significância estatística ($p < 0,05$) foi identificada em duas avaliações entre bairros com diferença de incidência igual ou maior que 64 %. Os resultados direcionaram a seguinte ordem decrescente de áreas prioritárias para o mapeamento através dos VANT: estrato-3, estrato-1, estrato-4 e estrato-2.

Palavras-chave: Controle de Vetores de Doenças; Dengue. Drones.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica; Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BABU, D. S. et al. Dengue symptoms classification analysis with improved conditional probability decision analysis. *Applied Nanoscience*, v.13, p. 3085-3093, 2023. BATISTELLA, C. E. C.; GONDIN, G. M. de M.; MONKEN, M. (Org.). O processo de trabalho da vigilância em saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV/PROFORMAR, 2003. (Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde, 5). BOYCE, R. et al. *Bacillus thuringiensis israelensis (Bti) for the control of dengue vectors: systematic literature review*. *Tropical Medicine and International Health*, v. 18, p. 564-577, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA) para vigilância entomológica do *Aedes aegypti* no Brasil: Materiais e Métodos para avaliação dos índices de Breteau e Predial e tipo de recipientes, 84 p., 2013.

2.15 Criatividade e conscientização: o poder do concurso de frases e desenhos na luta contra as arboviroses em Ipatinga/MG

Autores: Josiane Marcia de Castro, Vanessa Andrade Ramlow Nascimento, Elainize Rodrigues do Santos Oliveira, Elisangela Alves Santana, Glauco Cesar Martins, Walisson Medeiros, Igor Gandra Neves, Hélen Cezári

Afiliação: Secretário Municipal de Saúde de Ipatinga/MG

Introdução: O enfrentamento das arboviroses, como dengue, Zika e chikungunya, continua sendo um dos maiores desafios da saúde pública brasileira, especialmente em regiões tropicais, onde as condições climáticas favorecem a proliferação de *Aedes aegypti*, principal vetor dessas doenças. A elevada incidência dessas enfermidades exige estratégias de prevenção cada vez mais eficazes, que aliem ações governamentais à participação ativa da população. Dentre essas estratégias, as atividades de educação em saúde têm ganhado destaque, especialmente quando voltadas ao público infantojuvenil, que pode atuar como multiplicador de boas práticas dentro das famílias e comunidades. Nesse contexto, o município de Ipatinga, em Minas Gerais, desenvolveu, em 2025, o Concurso de Frases e Desenhos sobre Arboviroses - uma iniciativa de caráter educativo e preventivo, que buscou sensibilizar a comunidade escolar sobre os riscos e as formas de prevenção das doenças causadas por arbovírus. O concurso teve como objetivo principal engajar a população, especialmente as crianças em idade escolar, em atividades educativas que abordassem, de forma criativa e acessível, os cuidados necessários para evitar a proliferação do mosquito transmissor. Ao incentivar os alunos a criarem frases e desenhos sobre o tema, a ação promoveu o protagonismo estudantil, além de estimular a reflexão sobre o papel de cada indivíduo na luta contra essas doenças.

Materiais e Métodos: A ação foi realizada nas escolas municipais de Ipatinga, envolvendo aproximadamente 3.000 alunos do ensino fundamental, com a participação ativa de professores, profissionais da saúde e familiares dos estudantes. Antes da produção dos trabalhos, as escolas promoveram atividades pedagógicas sobre o tema das arboviroses, com apoio técnico de agentes de saúde e das equipes da vigilância epidemiológica. Essas atividades foram essenciais para garantir que os alunos tivessem acesso a informações corretas e compreensíveis sobre as formas de transmissão, sintomas e, principalmente, prevenção das doenças transmitidas por *Aedes aegypti*. Com esse conhecimento prévio, os estudantes foram convidados a elaborar frases e desenhos que expressassem, de forma criativa e educativa, mensagens de prevenção e combate ao mosquito. As produções foram organizadas por faixas etárias e avaliadas por uma comissão formada por professores, profissionais da saúde, representantes da Secretaria de Educação e artistas locais. Os critérios de avaliação incluíram originalidade, clareza da mensagem, pertinência ao tema e impacto visual ou linguístico. Os trabalhos mais bem avaliados foram premiados em uma cerimônia especial, com a presença de familiares, professores e autoridades municipais. Além do reconhecimento simbólico, os desenhos e frases vencedores foram amplamente utilizados em campanhas de conscientização promovidas pela Prefeitura, sendo inseridos em materiais educativos impressos (cartazes, panfletos) e

em publicações nas redes sociais e eventos públicos. Essa estratégia permitiu ampliar o alcance das mensagens produzidas pelas crianças, reforçando o conteúdo educativo para toda a população e incentivando a adoção de práticas preventivas dentro e fora do ambiente escolar. Resultados: Os resultados da ação foram expressivos. Além do número significativo de participantes, o concurso proporcionou um aumento de 40 por cento no engajamento das famílias nas atividades de prevenção realizadas em conjunto com as escolas. Essa participação foi observada em mutirões de limpeza, ações de visita domiciliar e eventos comunitários voltados ao combate ao mosquito. A presença ativa dos pais e responsáveis demonstrou que a mensagem transmitida pelas crianças, por meio da arte, teve impacto direto na mudança de comportamento da comunidade. Outro ponto relevante foi a melhora no nível de conhecimento dos alunos sobre as arboviroses. Professores e agentes de saúde relataram maior interesse das crianças pelo tema, além da adoção de comportamentos preventivos em suas casas, como a eliminação de recipientes com água parada, uso de repelentes e vedação de caixas d'água. Essa mudança de postura reflete a eficácia da abordagem educativa adotada, que aliou conhecimento científico a formas lúdicas e participativas de aprendizado. Os efeitos do concurso também se refletiram nos dados epidemiológicos. Em janeiro de 2025, Ipatinga apresentou uma incidência acumulada de arboviroses consideravelmente inferior à do mesmo período de 2024, quando a cidade teve que decretar estado de emergência em saúde pública devido aos altos índices de contaminação. Segundo dados do SINAN, atualizados em 22 de maio de 2025, os casos prováveis de dengue no município foram: 12.894 em 2023, 17.225 em 2024 e 10.190 até maio de 2025. Observa-se um aumento expressivo entre 2023 e 2024, seguido de uma queda significativa em 2025. Essa redução pode estar relacionada ao fortalecimento das campanhas educativas e do controle vetorial intensificado no período. Em relação à chikungunya, o comportamento foi ainda mais notável: foram 929 casos em 2023, um salto para 10.190 em 2024 e apenas 26 registros até maio de 2025. A queda abrupta de casos em 2025 indica um importante avanço no controle da doença, resultado provável de medidas mais eficazes de prevenção, resposta rápida às notificações e envolvimento comunitário. No que se refere à febre Oropouche, Ipatinga registrou apenas três casos confirmados em 2024, e nenhum caso humano de febre amarela autóctone até o momento. Esses dados reforçam que, embora a dengue continue sendo um desafio epidemiológico, os avanços no controle das arboviroses - especialmente da chikungunya - são significativos. Tais resultados evidenciam a importância de manter ações intersetoriais contínuas e sustentáveis, com forte componente educativo e participação social. Conclusão: A experiência de Ipatinga com o Concurso de Frases e Desenhos sobre Arboviroses demonstrou que estratégias educativas, quando bem estruturadas e integradas com a comunidade, podem gerar efeitos concretos na saúde pública. A mobilização das crianças como agentes multiplicadores de conhecimento mostrou-se eficaz tanto na escola quanto no ambiente familiar. A ação também promoveu maior integração entre os setores de saúde e educação, fortalecendo parcerias que viabilizaram a continuidade das ações após o encerramento do concurso. Equipes escolares e profissionais de saúde passaram a atuar de forma mais colaborativa, desenvolvendo atividades conjuntas de orientação, monitoramento e mobilização. Além disso, o

projeto valorizou a expressão artística dos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizado significativo e inclusivo. O uso das produções nas campanhas públicas reforçou o sentimento de pertencimento e responsabilidade social entre os estudantes. O Concurso de Frases e Desenhos sobre Arboviroses configurou-se como uma prática pedagógica inovadora, com alto potencial educativo e grande impacto social. Ao unir criatividade, arte e informação científica, a iniciativa contribuiu para a redução de focos do *Aedes aegypti* e para a melhoria da qualidade de vida da população ipatinguense. Ao transformar conhecimento em arte - e arte em ação - a proposta demonstrou que o envolvimento das crianças é essencial na promoção de ambientes mais saudáveis, seguros e solidários. Diante dos resultados positivos, recomenda-se a continuidade e ampliação do projeto, com a inclusão de mais escolas, novas ferramentas de comunicação (como vídeos, podcasts e jogos) e sua integração ao calendário anual de ações de educação em saúde. A replicação da iniciativa em outros municípios representa uma oportunidade de fortalecer as políticas públicas de prevenção de arboviroses em nível regional e nacional.

Palavras-chave: Arboviroses; *Aedes aegypti*; Educação em saúde; Prevenção; Participação comunitária.

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social .

Bibliografia: : 1. Pimentel AG, Spiegel CN, Morel APM, Ribeiro CCM, Gomes SAO, Alves GG. Concepções de educação em saúde nos jogos didáticos sobre *Aedes aegypti* no Brasil: uma revisão integrativa. *Invest Ens Ciências*. 2021;26(1):285-304. 2. De Sá Catão CD, et al. Ações de educação em saúde em ambiente escolar sobre arboviroses: relato de experiência. *Rev Saúde Ciência*. 2019;8(3):105-114.

2.16 Dengue não tem vez: intervenção lúdico-educativa sobre arboviroses no Ensino Fundamental em Florestal/MG

Autores: Guido Guimarães Sampaio, Richard Gregory, Rodrigues Chagas

Afiliação: Universidade Federal de Viçosa - campus Florestal, Secretaria de Saúde de Florestas - Zoonoses, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

A dengue é uma arbovirose com alta prevalência e representa um desafio à saúde pública no Brasil. Sua prevenção depende, além do combate direto ao vetor, de ações educativas que envolvam segmentos da população de diferentes faixas etárias. Com base nessa premissa, o projeto de extensão “Dengue não tem vez” foi realizado em Florestal/MG com estudantes do ensino fundamental, em parceria com o Pibid/Biologia da UFV, o setor de Zoonoses do município e a Escola Municipal Dercy Alves Ribeiro, no contexto do Programa Saúde na Escola. O objetivo deste trabalho foi promover a conscientização de crianças de 6 a 11 anos sobre a dengue, abordando seus sintomas, formas de transmissão, ciclo de vida do mosquito Aedes aegypti e medidas preventivas. As ações aconteceram ao longo de três dias, com atividades lúdicas e participativas que incentivaram o protagonismo estudantil. No primeiro dia, os estudantes participaram de uma peça teatral encenada por agentes de endemias, além da contação de história com enredos tematizado em um contexto de realidade tangível aos alunos. Após as apresentações, as crianças criaram seus próprios super-heróis da prevenção de forma relacionada a história contada. No segundo dia, realizaram uma caça “gamificada” aos criadouros contendo larvas reais inviabilizadas e participaram de oficinas científicas com observação das fases do desenvolvimento do mosquito no microscópio. No último dia, foram propostos jogos educativos e oficinas criativas. Aplicaram-se questionários antes e depois das atividades para avaliar o impacto da intervenção. Dentre os resultados observados no diagnóstico inicial se destacam a frequência de orientação sobre a dengue, em que 75 % dos respondentes do questionário indicaram “Poucas vezes” e “Nunca”, apenas 15 % dos alunos citaram os agentes de saúde como fonte de informação. Além disso, 31 dos 60 estudantes avaliaram seu conhecimento sobre o assunto como “sei muito pouco”. Após a intervenção, 92 % compreenderam o tempo de desenvolvimento dos ovos, 89 % reconheceram atitudes preventivas adequadas, 93 % avaliaram as oficinas como ótimas ou muito boas e 87 % relataram ter aprendido bastante ou muito sobre o tema. Os dados revelaram lacunas no conhecimento prévio dos estudantes, ressaltando a importância da escola como espaço estratégico para ações de educação em saúde. A Materiais e Métodos lúdica e participativa mostrou-se eficaz para favorecer a aprendizagem significativa, estimulando a criatividade e a responsabilidade social dos alunos com a compreensão da saúde única e o impacto coletivo. Além disso, os conteúdos assimilados podem transcender o espaço escolar, impactando também os lares e o município. A experiência reforçou a integração entre universidade, escola e comunidade alinhando-se aos princípios da extensão universitária.

Palavras-chave: Dengue; Materiais e Métodos lúdica; Aprendizagem.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica; Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: 1- BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica n 23/2024-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS. 2- BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica n 5/2023-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno do Gestor do Programa Saúde na Escola. 1 ed. 2022. Barbosa, J. et al. (2021). Efetividade de intervenções educativas no combate à dengue. Revista de Saúde Pública, 55(2), 1-10. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. PAIM, Jairnilson Silva. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. In: Czeresnia, Dina; Freitas, Carlos Machado de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 19-43. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

2.17 Desafios da gestão de saúde frente as arboviroses em Nova Módica/MG

Autores: Glauber Henrique Firme Santos, Vanessa de Souza Pina, Euzeny Tigre do Nascimento, Alan Pina Mendes, Nataly Tomaz de Oliveira

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Nova Módica/MG

A gestão de saúde frente as arboviroses tem se tornado um desafio para o Brasil. É possível observar que essa dificuldade aumenta ainda mais em municípios pequenos. O município de Nova Módica possui hoje 3.663 habitantes e renda per capita de 16.530,55 mil reais. Realizar a vigilância epidemiológica e assistência emergencial se torna um desafio para a gestão municipal. O município tem apresentado altos índices de doenças de transmissão vetorial nos últimos anos, o que levou a SMS a buscar soluções práticas e menos onerosas. Nos últimos cinco anos a tendência do número de casos seguiu a realidade do estado, destoando apenas em 2022 onde ocorreu um aumento significativo no número de notificações em proporção a 2021 onde foram notificados apenas três casos. Com todas as dificuldades enfrentadas em 2021, ações simples seriam suficientes para melhorar a vigilância, pois o município atendia um número elevado de casos, mas com a demora dos exames laboratoriais muitos casos ficavam subnotificados. A primeira ação tomada pelo município foi a compra de materiais de laboratório que permitiram a coleta, preparação, acondicionamento e transporte adequado das amostras. As amostras eram enviadas ao Laboratório Macrorregional que nos anos de 2021-2022-2023 realizou as análises, sendo que, partir de 2024 as análises foram realizadas no laboratório da UFVJM-TO. Outra medida adotada foi uma maior interação do setor de epidemiologia e o setor assistencial. No período sazonal, todos os casos de febre associado a algum outro sinal ou sintoma clássico foram investigados, o que fez aumentar o número de notificações. Neste mesmo período o município criou um núcleo de enfrentamento as arboviroses, aumentou o número das ações socioeducativas e melhorou a qualidade no diagnóstico. Com essas ações a cidade, diante dessas mudanças, conseguiu reduzir os gastos públicos com a assistência ao paciente, melhorou a qualidade e velocidade do diagnóstico.

Palavras-chave: Arbovirose; Gastos; município.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Assistência, Gestão.

2.18 Descritivo epidemiológico da arbovirose urbana dengue no município de Conselheiro Lafaiete, nos anos de 2023-2024

Autores: Ana Paula Belchior Pereira de Melo Souza

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG

Introdução: A dengue é uma arbovirose urbana de grande impacto em saúde pública, causada por quatro sorotipos distintos do vírus da dengue (DENV-1 a DENV-4), pertencentes à família Flaviviridae. A transmissão ocorre principalmente pela picada da fêmea de *Aedes aegypti*, vetor amplamente disseminado em todo o território brasileiro, caracterizado por elevada capacidade de adaptação ao meio urbano. Além da via vetorial, a transmissão pode ocorrer verticalmente, de mãe para filho durante a gestação, ou por transfusão sanguínea. O quadro clínico é variável, indo desde formas assintomáticas e quadros leves, caracterizados por febre, mialgia, artralgia, cefaleia e exantema, até formas graves, com manifestações hemorrágicas, choque e risco de morte. O diagnóstico baseia-se na avaliação clínica e epidemiológica, sendo complementado por exames laboratoriais como sorologia, teste NS1, RT-PCR e isolamento viral. No Brasil, a dengue é agravo de notificação compulsória, conforme estabelecido pela Portaria GM/MS nº 1.061/2020. A obrigatoriedade de notificação imediata ocorre em situações de sinais de alarme, hospitalização ou óbito. As diretrizes nacionais de prevenção e controle das arboviroses urbanas enfatizam o fortalecimento da vigilância epidemiológica, o controle vetorial e as ações intersetoriais como estratégias centrais de enfrentamento. O tratamento é sintomático e não há antiviral específico. As medidas terapêuticas se concentram na hidratação, repouso e controle da febre e da dor, com contraindicação de anti-inflamatórios e ácido acetilsalicílico devido ao risco de sangramentos. Casos graves requerem hospitalização imediata e suporte clínico adequado. Em 2024, o Brasil enfrentou a maior epidemia de dengue já registrada, contabilizando mais de 6,5 milhões de casos prováveis e 5.800 óbitos confirmados. No município de Conselheiro Lafaiete, situado na macrorregião de Barbacena (MG), foram confirmados 38.644 casos e 32 óbitos. O município apresenta características ambientais e urbanas favoráveis à proliferação do vetor, com elevada densidade populacional, urbanização acelerada e fatores climáticos propícios. Diante desse cenário, torna-se essencial analisar o comportamento epidemiológico da dengue em âmbito local, de modo a subsidiar políticas públicas e estratégias de prevenção, controle e mitigação de impactos. O objetivo do trabalho foi realizar um estudo descritivo epidemiológico dos casos de dengue no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, no período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024. Como objetivos específicos foram: caracterizar os casos de dengue no município de Conselheiro Lafaiete segundo tempo, lugar e pessoa; comparar o padrão de ocorrência da dengue entre os anos de 2023 e 2024, destacando variações no número de casos e óbitos; avaliar a completude e consistência dos dados quanto às variáveis sexo, classificação final do caso e evolução clínica, a partir das bases TabNet/DATASUS; recomendar medidas de prevenção e controle a partir do cenário epidemiológico identificado; discutir os achados à luz dos dados apresentados no Painel de Vigilância das Arboviroses

da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Materiais e Métodos: Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, baseado em dados secundários de casos de dengue notificados no município de Conselheiro Lafaiete. O período analisado compreendeu os anos de 2023 e 2024, recorte temporal escolhido devido à magnitude da epidemia observada em 2024 e à tendência de aumento iniciada em 2023. As informações foram obtidas a partir do Painel de Arboviroses da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), por meio da ferramenta TabNet/DATASUS. Foram analisadas as seguintes variáveis: semana epidemiológica, faixa etária, sexo, presença de comorbidades, casos graves, óbitos, taxa de letalidade, evolução clínica e qualidade do preenchimento das fichas de notificação. A análise foi conduzida com uso de estatística descritiva, calculando frequências absolutas, relativas e taxas epidemiológicas. Resultados: Entre 2023 e 2024, foram confirmados 40.062 casos de dengue em Conselheiro Lafaiete. O aumento entre os dois anos foi de 2.625 %, com 1.418 casos em 2023 e 38.644 em 2024. Comorbidades: em 2023, 6,21 % dos casos apresentaram comorbidades, enquanto em 2024 esse percentual subiu para 11,08 %. As principais condições associadas foram hipertensão, diabetes e doenças autoimunes. Distribuição etária e por sexo: o aumento foi expressivo em todas as faixas etárias, com destaque para os extremos da idade (crianças menores de 10 anos e idosos acima de 70 anos). Em 2024, as mulheres apresentaram maior número de casos em praticamente todas as faixas etárias. Óbitos: em 2023 foram confirmados 2 óbitos (adultos de 40-59 anos). Em 2024, ocorreram 32 óbitos, com destaque para a faixa etária de 1 a 9 anos (34,38 % do total), seguida por idosos. Casos graves: entre 2023 e 2024, foram registrados 2.617 casos graves, representando um aumento de 2.592 %. Apesar do aumento, a taxa de letalidade por casos graves caiu de 2,06 % em 2023 para 1,27 % em 2024. Evolução temporal: a curva de 2024 apresentou um surto intenso e concentrado, com pico na semana epidemiológica 12 (4.000 casos) e declínio progressivo após a semana 20. Em contraste, 2023 apresentou baixa incidência e estabilidade ao longo do ano. Qualidade dos dados: a variável sexo apresentou preenchimento quase completo (<1 % ignorados). A classificação final dos casos melhorou entre 2023 (15,5 % inconclusivos) e 2024 (1,63 %). A evolução clínica ainda apresentou problemas, com 16,25 % de dados ignorados em 2023, reduzindo para 2,31 % em 2024. Conclusão: O estudo evidenciou que o município de Conselheiro Lafaiete enfrentou uma epidemia de dengue sem precedentes em 2024, com forte impacto em crianças, idosos e na população feminina. Houve expressivo crescimento do número de casos, hospitalizações e óbitos, em comparação ao ano anterior. Apesar da gravidade do cenário, observou-se melhoria na completude dos registros epidemiológicos e redução da letalidade proporcional entre casos graves, sugerindo avanços no diagnóstico precoce e na resposta assistencial. As análises indicam que a epidemia foi influenciada por múltiplos fatores, incluindo condições climáticas, urbanização, circulação viral e falhas no controle vetorial. Recomenda-se o fortalecimento da vigilância epidemiológica, com qualificação contínua das unidades notificadoras para reduzir registros ignorados ou inconclusivos. A intensificação das ações de controle vetorial, com eliminação de criadouros, uso de fumacê em áreas de maior incidência e inspeções regulares em locais de risco. Ampliação da comu-

nicação social, com campanhas educativas sobre prevenção, reconhecimento precoce dos sintomas e busca imediata por atendimento. Preparação da rede assistencial, garantindo estrutura para atendimento de alta demanda em períodos epidêmicos, com fluxos assistenciais bem definidos. Ampliação da vacinação contra dengue, conforme disponibilidade da vacina Qdenga®, visando maior proteção em grupos vulneráveis.

Palavras-chave: Arbovirose; Dengue; Epidemiologia

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica.

2.19 Distribuição de mosquiteiros a pessoas acamadas e com mobilidade reduzida em Itabirito/MG

Autores: Thais Ribeiro Guimarães, Katia Pacheco Araújo da Silva, Luciene Lima Macário Marcia Souza, Luiz Fernando Costa

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Itabirito/MG

Introdução: O presente trabalho refere-se à distribuição de mosquiteiros tamanho casal a pessoas acamadas e com mobilidade reduzida cadastradas através das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Limitação física expõe a população acamada às arboviroses. Em busca de proporcionar proteção mecânica a esta população foram adquiridos mosquiteiros para distribuição, para evitar que pessoas acamadas e/ou com mobilidade reduzida sejam acometidas por arboviroses (Dengue, Chikungunya, Zika e febre amarela), além de usar com responsabilidade verba destinada às Arboviroses pela Resolução SES/MG Nº 8.386.

Materiais e Métodos: Maior exposição da população acamada/com mobilidade reduzida às picadas de fêmeas de *Aedes aegypti* as quais podem estar infectadas pelos vírus causadores de dengue, Zika, chikungunya ou Febre Amarela urbana, além do aumento do número de casos de dengue no Município, Estado e País em 2023. A Vigilância em Saúde, por meio da Coordenação de Vigilância Ambiental, adquiriu mosquiteiros tamanho casal através da dotação orçamentária utilizada foi referente a Resolução SES nº 8.386. Após a chegada do material foi feita articulação com a Atenção Primária, que por meio de seus ACS e equipe de enfermagem conduziram as entregas.

Resultados: Desde o início da campanha de distribuição dos mosquiteiros, 173 unidades já foram distribuídas ao público-alvo, sendo 19 na UBS Santa Rita, 10 na UBS Santa Efigênia, 50 na UBS Central, 47 na UBS Vila Gonçalo, 34 na UBS São José e 13 na UBS Nossa Senhora de Fátima.

Conclusão: Até o momento não foi registrado no município acometimento desta população por arboviroses.

Palavras-chave: Mosquiteiro; Dengue; Acamados.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

2.20 Do pico à queda: estratégias municipais para vencer a dengue em Sabinópolis/MG

Autores: Ludimila de Almeida Vertelo; Giselle Mota Trigo Maravilha; Heloína Alves da Rocha

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Sabinópolis/MG, Hospital São Sebastião, Laboratório Municipal

Introdução: A dengue, causada pelo vírus transmitido pelo *Aedes aegypti*, configura-se como uma das principais ameaças à saúde pública no Brasil. Em Sabinópolis, o ano de 2024 foi marcado por cenário epidêmico sem precedentes, com 1.420 casos suspeitos até a 24^a semana epidemiológica (SE), coeficiente de incidência de 6,68 % e 295 internações por arboviroses (todas por dengue), incluindo 3 óbitos confirmados por formas graves. O pico ocorreu entre as SEs 14 e 15, seguido de queda progressiva a partir da SE 16. Em 2025, no mesmo período, observou-se redução expressiva, com apenas 79 casos suspeitos (coeficiente de incidência de 0,54 %), 3 internações e ausência de óbitos. O objetivo foi escrever o panorama epidemiológico da dengue em Sabinópolis nos anos de 2024 e 2025, bem como as estratégias implementadas que resultaram na expressiva redução de casos e internações. **Materiais e Métodos:** Estudo descritivo comparativo com base em dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN On-line) e SUSfácil/MG, abrangendo o período da SE 1 à SE 24 em 2024 e 2025. Foram analisados casos notificados, prováveis e internações por dengue, chikungunya e zika, estratificados por faixa etária e evolução temporal. Complementarmente, revisaram-se registros operacionais das ações de vigilância e relatórios de campo. **Resultados:** 2024: 1.420 casos suspeitos, 295 internações, coeficiente de incidência de 6,68 % e 3 óbitos. Faixa etária mais afetada: 20–34 anos (360 casos), seguida de 35–49 anos (295) e 15–19 anos (150). Concentração de casos nos bairros Centro e Populares Novas. 2025: 79 casos suspeitos, 3 internações, coeficiente de incidência de 0,54 % e nenhum óbito. Faixa etária predominante: 20–34 anos (24 casos). Redução de 94,4 % no número de casos e de 98,9 % nas internações. Ausência de picos epidêmicos significativos em 2025. A expressiva queda nos indicadores epidemiológicos entre 2024 e 2025 está associada à intensificação e integração das ações de prevenção e controle vetorial, com execução plena das diretrizes do Ministério da Saúde, acrescida de estratégias locais adaptadas à realidade do município: **Controle vetorial:** cobertura de 100 % das visitas domiciliares em 2024 e dois ciclos completos até junho de 2025; identificação e intervenção em 17 pontos críticos. **Educação em saúde:** palestras, oficinas e distribuição de materiais educativos em escolas e unidades de saúde. **Capacitação profissional:** treinamentos para manejo clínico e notificações, discussão de casos entre ESF e vigilância epidemiológica. **Mobilização social:** campanhas em rádio, redes sociais, carros de som e articulação com lideranças comunitárias. Fatores climáticos menos favoráveis à proliferação do vetor em 2025 podem ter potencializado os resultados obtidos pelas ações humanas. A redução drástica de internações e a ausência de óbitos demonstram eficácia tanto na prevenção quanto no manejo clínico. **Conclusão:** A experiência de Sabinópolis evidencia

que, mesmo após um cenário epidêmico de grande magnitude, é possível alcançar rápida e significativa redução de casos e internações por meio de ações contínuas, integradas e intersetoriais, associadas ao engajamento comunitário. A manutenção dessas estratégias é essencial para prevenir novos surtos e manter o controle da dengue no município.

Palavras-chave: Dengue; Vigilância epidemiológica; Controle vetorial; Saúde pública; Sabinópolis.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, Assistência, Mobilização e Comunicação Social, Gestão.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle da Dengue. Brasília: MS, 2023. SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Painel de Internações por Arboviroses. Organização Mundial da Saúde. Dengue and severe dengue. WHO, 2023.

2.21 EducaZoo: crianças e adolescentes em vulnerabilidade no combate a endemias

Autores: Roberta Gonçalves Neto, Danielle Foureax Alves, Gabriela Marianne Gonçalves Fernandes, Letícia França Veloso, Luciana Antônia Tibúrcio da Rocha, Luisa Espíndola Borges e Silvana Tecles Brandão

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG, Gerência de Zoonoses Centro-Sul, Diretoria de Zoonoses e Secretaria Municipal de Educação

Contextualização: O EducaZoo foi idealizado visando estabelecer um programa de educação em saúde consistente, eficaz em resultado e reproduzível para o público-alvo e para os territórios diversificados do município de Belo Horizonte. O projeto foi construído em parceria com a Diretoria de Zoonoses (DIZO) e Secretaria Municipal de Educação e executado pelas Gerências de Zoonoses, com foco, neste trabalho, pelas atividades desenvolvidas na Regional Centro-Sul. Para sua realização, a DIZO elaborou materiais, jogos e apresentações lúdicas para entretenimento, sem perder a qualidade da informação a ser transmitida, com foco em arboviroses e outras endemias prevalentes nas áreas contempladas. Envolvidos (quem realizou a ação/prática, qual foi o público envolvido): O projeto envolveu os gestores municipais das secretarias de educação e saúde, um responsável técnico para coordenação da execução (Médico Veterinário), gestores e profissionais da educação das escolas, supervisores operacionais de campo e agentes de combate a endemias atuantes nas áreas de realização das atividades. Considerou-se público-alvo crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos, sendo mobilizados cerca de 894 alunos. Quando foi realizado: o projeto foi realizado entre os meses de agosto e novembro de 2024, totalizando 29 encontros. Onde foi realizado: em cinco escolas municipais de educação infantil da região do Aglomerado da Serra (Vilas Nossa Senhora da Conceição, Cafezal, São Miguel Arcanjo e Nossa Senhora da Aparecida), a saber: Escola Municipal Maria das Neves, Escola Municipal Theomar de Castro Espíndola, Escola Municipal Vila Fazendinha, Escola Municipal Padre Guilherme Peters e Escola Municipal Professor Edson Pisani. Como foi realizado: inicialmente a Diretoria de Zoonoses realizou um estudo detalhado de áreas e escolas prioritárias considerando-se o Indicador de Vulnerabilidade Social (IVS) e dados epidemiológicos de arboviroses com o objetivo de selecionar locais de alto risco socioeconômico, com pouco acesso à informação e educação e que apresentam os piores indicadores epidemiológicos. Após esta seleção, o projeto foi discutido e alinhado junto a representantes das instituições, seguido da construção do cronograma e apresentação dos recursos materiais necessários para execução. Após detalhamento, os agentes responsáveis pelas áreas e realização das atividades foram capacitados. No dia agendado para a atividade, uma vez que o planejamento foi acertado previamente, os alunos já estavam alocados nas salas e/ou auditórios, bem como os recursos audiovisuais disponíveis para uso. Nos primeiros encontros iniciou-se as atividades por meio de uma conversa com as crianças e adolescentes utilizando-se apresentação digital rica em imagens em movimento, vídeos e espécimes reais (ciclo do mosquito Aedes aegypti) para tornar mais lúdica a assimilação

do conhecimento. Em seguida, realizou-se uma gincana com brincadeiras de pergunta e resposta como forma de entretenimento e fixação do conteúdo apresentado, bem como os alunos realizaram a vistoria da própria escola. Nos demais encontros houve participação do grupo artístico MobilizaSUS, que trouxe teatro e música aplicada a uma situação de combate ao mosquito Aedes aegypti, momento de grande envolvimento e participação ativos das crianças. Uma vez que as escolas selecionadas são da rede integral de Belo Horizonte, as atividades do projeto são sempre realizadas no contraturno, quando os estudantes desenvolvem oficinas extracurriculares, como esportes e atividades artísticas e culturais. Em relação ao tema arboviroses, explorou-se as principais doenças transmitidas, fases do ciclo do mosquito transmissor, curiosidades sobre a fêmea do inseto, sintomas, prevenção e o que fazer ao apresentar manifestações clínicas. Resultados alcançados e expectativas: Uma vez que foram realizadas atividades lúdicas, percebeu-se grande interesse e retenção de conhecimento pelos alunos, que desenvolveram respostas corretas durante as gincanas, pela participação ativa através do momento de dúvidas, ao assimilarem o conteúdo mesmo dias após a realização das atividades e por solicitarem o retorno e a permanência da equipe. Os pais também puderam ser alcançados, uma vez que as crianças levavam para casa deveres e brincadeiras, bem como monitores e professores que participaram ativamente e foram capacitados. Observaram-se ainda momentos de interação entre crianças com transtornos de ansiedade e síndrome de Down, que retiveram os conhecimentos compartilhados, qualificando o projeto em acordo com o princípio de igualdade do SUS. Uma vez que o programa não demanda recursos extraordinários, é de fácil aplicação em qualquer contexto público. Espera-se que as atividades possam ser realizadas em todas as áreas do território, principalmente as de vulnerabilidade, mas também nas demais localidades. Projeta-se sua realização para escolas que realizam o atendimento de crianças com deficiência auditiva, distúrbios de fala e linguagem e deficiência intelectual. Para estas instituições, outros jogos, maquetes e brinquedos já foram idealizados, alguns sendo construídos pelos próprios alunos. Por fim, como se trata de um projeto que apresenta resultados imediatos no desenvolvimento de uma sociedade mais participativa e responsável, observou-se gratificação e envolvimento das equipes que trabalharam no projeto.

Palavras-chave: Educação infantil; Arboviroses; Educação em saúde

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social

Bibliografia: SMSA-BH. 2025. Manuais da Saúde. DIZO. 2025. Diretoria de Zoonoses. DIZO. 2024. Projeto EducaZoo 2025. Acesso restrito. Acesso em: agosto de 2025. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 2024. Índice de Vulnerabilidade Social. BRASIL. Ministério da Saúde. GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. 1128 p.

2.22 Estratégias integradas de enfrentamento à dengue em Betim/MG: articulação entre vigilância, mobilização social e vacinação

Autores: Ana Paula Macêdo Gomes, Charles Aparecido Almeida Meira, Dálian Cristina Rocha

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Betim/MG

Introdução: O Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti* (LIRAA) é uma Materiais e Métodos de monitoramento que possibilita a obtenção de dados sobre a infestação do vetor *Aedes aegypti*, principal transmissor da dengue, chikungunya e zika vírus (BRASIL, 2022). Em Betim, foi realizado um LIRAA entre 21 de outubro e 5 de novembro de 2024, com visita a 9.324 imóveis, resultando em um Índice de Infestação Predial (IIP) de 2,5 %. Esse valor configurou situação de alerta, sendo que 95 % dos focos identificados estavam em domicílios, tanto em áreas internas quanto externas. No mesmo ano, o município registrou 53.506 casos confirmados de dengue e 14 óbitos. Segundo recomendações do Ministério da Saúde (2025), os dados obtidos em cada estrato do LIRAA devem ser repassados aos Agentes de Combate a Endemias (ACE) e aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), permitindo informações mais próximas da realidade dos territórios. Além disso, dados técnicos sobre as características dos criadouros favorecem a identificação de pontos menos evidentes, como calhas, lajes irregulares e mobiliário urbano sem manutenção. No campo da comunicação social, observa-se que a abordagem campanhista ainda é predominante, veiculada pela mídia convencional, por vezes dissociada de recomendações técnicas do Ministério da Saúde. Torna-se relevante ampliar o uso de mídias locais, veículos não convencionais e espaços alternativos na mídia tradicional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2025). Entre as ações de enfrentamento à dengue, destaca-se a vacinação, iniciada em Betim em abril de 2024 com a vacina Qdenga, produzida pelo laboratório Takeda. Estudos indicam que o imunizante apresenta segurança e eficácia, protegendo contra os quatro sorotipos do vírus da dengue (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4), com eficácia global de 80,2 % e prevenção de 90,4 % das hospitalizações (TAKEDA, 2023). A meta do Ministério da Saúde é alcançar 90 % de cobertura vacinal na população-alvo de 10 a 14 anos, com esquema completo de duas doses. Entretanto, a adesão inicial em Betim foi baixa. MACÊDO e BISPO JÚNIOR (2024) destacam que a Estratégia Saúde da Família (ESF) desempenha papel central na prevenção e no controle das arboviroses, promovendo integração entre setores do sistema de saúde e incentivando a participação comunitária. Diante desse contexto, o Comitê de Enfrentamento às Arboviroses, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, elaborou e implementou um Plano de Ação Estratégico (PAE), com foco na Atenção Primária à Saúde (APS), prevenção, mobilização social e intensificação da vacinação contra a dengue. Esse plano buscou integrar medidas educativas, de controle vetorial e de vacinação, visando ampliar a cobertura vacinal e reduzir a incidência da doença no município. O objetivo foi intensificar a vacinação contra a

dengue por meio da mobilização social e da busca ativa de adolescentes de 10 a 14 anos e realizar ações estratégicas de conscientização da população para a eliminação de criadouros domiciliares e de focos identificados. Materiais e Métodos: Inicialmente foi realizada reunião, em outubro de 2024, para apresentação e discussão dos resultados do LIRAA com enfermeiros da ESF, gerentes das UAPS e ACS, visando à orientação e sensibilização das equipes quanto ao risco de arboviroses no município. Em dezembro de 2024, Betim promoveu a Semana de Combate à Dengue, conduzida pela APS, com foco na conscientização sobre a eliminação de criadouros e focos. As ações incluíram intensificação das visitas domiciliares dos ACS, especialmente em imóveis de risco; orientações educativas durante as visitas para eliminação de criadouros; atividades educativas nas UBS e em espaços comunitários; incentivo à prática coletiva dos 10 minutos contra a dengue; e busca ativa de não imunizados, com divulgação da disponibilidade da vacina. A Busca Ativa Vacinal (BAV) foi realizada a partir de relatórios das equipes de enfermagem das UAPS, permitindo identificar crianças não vacinadas ou com esquema vacinal incompleto. Foram feitos contatos telefônicos com as famílias das crianças que estavam com a segunda dose em atraso e realizadas visitas domiciliares para aquelas crianças que não haviam recebido nenhuma dose da vacina ou para as quais o contato telefônico não teve sucesso. As famílias foram orientadas a procurarem a Unidade para atualizar a vacinação. Resultados: Durante a Semana de Combate à Dengue, observou-se aumento expressivo nas visitas domiciliares e na identificação de imóveis com risco de dengue em comparação a 2023. Foram registradas 25.163 visitas e 645 imóveis de risco, frente a 10.246 visitas e 71 imóveis no ano anterior. Durante essas visitas, os ACS reforçaram a estratégia “10 minutos contra a dengue”, além de promoverem a eliminação mecânica de criadouros sempre que possível. As 41 UAPS do município desenvolveram atividades educativas e mobilizações comunitárias sobre dengue, incluindo 14 atividades em sala de espera, 2 blitz educativas, 3 apresentações artísticas, 5 grupos educativos, 8 ações de entrega de informativos e 4 campanhas em mídias sociais locais. Além disso, orientações foram incorporadas a consultas médicas e de enfermagem. Na BAV, foram realizadas 3.742 ligações telefônicas e visitas em 7.411 residências. Entre os adolescentes de 10 a 14 anos, 64,3 % não haviam recebido nenhuma dose da vacina, 18,8 % estavam com a segunda dose em atraso e apenas 16,9 % tinham situação vacinal atualizada. A análise inicial revelou cobertura vacinal de 25 % para a primeira dose e 8 % para a segunda, muito abaixo da meta ministerial. Durante a Semana de Combate à Dengue, foram aplicadas 1.762 doses, totalizando 3.022 até 27/01/2025. Dezembro concentrou 28,9 % das doses aplicadas, seguido de abril com 18,8 %. Apesar da evolução positiva, a cobertura ainda é crítica: a 1^a dose passou de 25 % para 44 % e a 2^a de 8 % para 13 %. A adesão à segunda dose permanece insatisfatória, evidenciando abandono vacinal. Os principais motivos de não vacinação foram: desconhecimento da necessidade (2.547 casos), falta de tempo (1.850), recusa (322) e dificuldade de deslocamento até a UAPS (307). Esses achados reforçam a importância de ações educativas, ampliação do acesso e fortalecimento da comunicação em saúde. Conclusão: Os dados do LIRAA e epidemiológicos evidenciam alta incidência de arboviroses e a necessidade de intensificação da vigilância e do controle. Embora tenha havido melhora na cobertura vacinal, os índices

ainda estão muito aquém da meta de 90 % do Ministério da Saúde, sobretudo pela baixa adesão à segunda dose. A BAV deve ser contínua e integrada às equipes de ESF, especialmente em áreas de baixa cobertura vacinal. A identificação dos fatores que dificultam a vacinação é essencial para aprimorar estratégias educativas, de comunicação e de acesso. Além da vacinação, o controle do *Aedes aegypti* permanece fundamental, com inspeções domiciliares, eliminação de criadouros, mobilização comunitária e promoção de medidas de proteção individual. O manejo integrado do vetor, aliado à vacinação, garante maior efetividade na redução da incidência da dengue e de outras arboviroses urbanas.

Palavras-chave: Mobilização social; Arboviroses; Estratégia Saúde da Família; Busca.

Eixo temático: Controle Vetorial; Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: TAKEDA FARMACEUTICALS. Vacina Qdenga (TAK-003): dengue 1,2,3 e 4 (atenuada). Osaka; Cambridge: Takeda, 3 mar. 2023. Disponível em: Takeda Newsroom – Brasil. MACÊDO, Talita Farias Correia; BISPO JÚNIOR, José Patrício. Estratégia Saúde da Família na atenção e prevenção das arboviroses: entre assistência, educação em saúde e combate ao vetor. Interface (Botucatu), v. 28, 2024, e230194. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* – LIRAA: Materiais e Métodos e aplicação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis. Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* – LIRAA: Materiais e Métodos e aplicação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças transmissíveis. Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses. Diretrizes Nacionais Para Prevenção E Controle Das Arboviroses UrbanaS Vigilância entomológica e controle vetorial. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

2.23 Estudo do aumento de notificação de arboviroses em consequência aos rompimentos de barragens de rejeitos em Minas Gerais, Brasil

Autores: Mônica Valadares Martins, Sara Maria Dias, Mauro Lúcio de Oliveira Júnior, Raylaine Castro

Afiliação: Universidade Vale do Rio Doce (Univale), Departamento de Vigilância em Saúde (SMS/DVS/GV), Superintendência Regional de Saúde (SRS/GV)

Introdução: O estado de Minas Gerais (MG), apresenta um perfil endêmico para as arboviroses e, além de enfrentar tal desafio, esta região conhecida por sua rica herança cultural e vastos recursos minerais, tem sido palco de tragédias ambientais significativas, devido aos rompimentos de barragens de rejeitos de mineração nos municípios de Mariana e Brumadinho, em 2015 e 2019 respectivamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO, 2015; DONATELI, CAMPOS, 2023). Neste contexto, os rompimentos de barragens de rejeitos de mineradoras em MG, como a barragem de Fundão no município de Mariana (2015) e a barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho (2019), configuraram os maiores desastres socioambientais da história do Brasil (LOPES, 2016). Para mais, os rompimentos de barragens em MG representam eventos de grande impacto ambiental e social, que vão além das consequências imediatas como perdas humanas e danos materiais. Esses desastres têm sido associados a uma série de problemas de saúde pública, incluindo o aumento da notificação de arboviroses, como dengue, Zika e chikungunya (FREITAS et al., 2019; SOUZA et al., 2021). Considerando o cenário posto, algumas indagações nortearam este estudo, sendo elas: a) os fatores ambientais resultantes dos rompimentos de barragens contribuíram para a proliferação de *Aedes aegypti*? b) a movimentação de lama e resíduos provenientes dos rompimentos de barragens, afeta a qualidade da água e do ambiente favorecendo a reprodução de mosquitos vetores de arboviroses? c) existe uma relação temporal entre os eventos de rompimento de barragens e os picos de notificações de arboviroses em MG? Nesta circunstância, formulou-se a seguinte hipótese: o aumento das notificações de arboviroses está diretamente correlacionado com a disseminação de vetores de doenças decorrentes das mudanças ambientais em áreas afetadas por rompimentos de barragens em MG. O estudo se justificou pela necessidade de entender os mecanismos ocasionadores dos rompimentos de barragens de rejeitos, bem como, sua correlação com o aumento de notificações de arboviroses nos municípios afetados por esses desastres, direta ou indiretamente, incluindo Governador Valadares/MG. O objetivo do trabalho foi identificar a correlação entre o aumento de notificações de arboviroses e os rompimentos de barragens em MG, perpassando pela descrição dos fatores socioambientais, que contribuem para elevação da incidência de arboviroses e pela identificação e interpretação dessa correlação nas publicações selecionadas.

Materiais e Métodos: Estudo de revisão da literatura com abordagem quanti qualitativa. Os Descritores em Ciências da Saúde foram Infecções por Arbovírus, Arboviroses e Rompimento de Barragens e suas

combinações, nas línguas portuguesa e inglesa, foram utilizados para o levantamento da literatura nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram considerados textos completos publicados em português e inglês, com a definição temporal de 2000 a 2023. Foram 29 referências selecionadas, dentre artigos científicos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso. Além disso, 11 publicações foram excluídas por não responderem ao objetivo proposto no estudo. Prosseguindo, foi realizado fichamento dos textos em planilha criada por meio do aplicativo de planilhas eletrônicas Microsoft Excel. Após a releitura das publicações, foram identificados padrões recorrentes nas informações extraídas dos textos selecionados, especialmente, no que se refere a correlação entre as variáveis “rompimentos de barragens” e “aumento de notificações de arboviroses” ($n=18/62,1\%$). O compilado da planilha de fichamentos foi tabulado e apresentado com posterior análise da técnica analítica, numa abordagem quanti qualitativa para a identificação, interpretação, descrição e classificação dos dados numa abordagem qualitativa (SOUZA, 2019). Resultados: Entre as 29 publicações inicialmente elencadas, 18 (62,1 %) foram selecionadas por abordarem diretamente a correlação entre o aumento das notificações de arboviroses e os rompimentos de barragens em MG, oferecendo um panorama da crescente preocupação acadêmica com a interface entre desastres ambientais e a saúde pública. A temática impacto ambiental está entre as principais problemáticas, sendo representada pelos códigos de destruição da biodiversidade (55,60 %), alteração da qualidade da água, contaminação do solo e água (ambos com 27,80 %), destruição de nascentes e migração de mosquitos (ambos com 16,70 %). Dessa forma, o comprometimento ambiental causado pelos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho não só beneficiou a multiplicação dos mosquitos vetores, como também modificou as dinâmicas ecológicas responsáveis pelo controle da sua população (PEREIRA et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2021; SILVA et al., 2022). Além disso, o assoreamento e a destruição das nascentes implicaram na diminuição dos habitats naturais, enquanto a contaminação do solo e da água acentuou o comprometimento ambiental. Por outro lado, a lama de rejeitos provocou mudanças físicas e químicas do recurso hídrico, como turbidez, qualidade e presença de metais pesados, abalando a saúde dos ecossistemas aquáticos, indispensáveis à sobrevivência de espécies (PEREIRA et al., 2020; RODRIGUES et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2021; SILVA et al., 2022). Também, os infortúnios instaurados pelo impacto ambiental aumentam a vulnerabilidade das comunidades, expostas além da ameaça de surtos de doenças transmitidas por vetores, também à contaminação dos recursos hídricos e do solo. Assim, origina não só um acréscimo das notificações de arboviroses, mas também problemas relacionados à saúde pública, tais como doenças respiratórias e gastrointestinais e até mesmo psicossociais (SILVA, SILVA, 2020; SOUZA et al., 2021). Nesta conjuntura, o tema mencionado se relaciona com rigor à saúde pública e epidemiologia, abrangendo o aumento de mosquitos vetores (44,40 %), notificações de arboviroses (38,90 %), comprometimento da saúde pública (22,20 %), criadouros de mosquitos e comprometimento do abastecimento de água (ambos com 22,20 %). Tais fatores decorrem diretamente das condições trazidas pós desastre, onde os

rompimentos das barragens favoreceram não só a migração dos mosquitos para as áreas urbanas, como também levaram a uma crise severa no abastecimento de água e na questão do saneamento que afeta profundamente as comunidades vizinhas (PASSOS, 2020; SILVA, 2022; TROVÃO et al., 2023). Ademais, a destruição ocasionada pela pluma de rejeitos dos referidos eventos, não só modificou brutalmente o ciclo orgânico dos vetores favorecendo sua multiplicação, como promoveu o comprometimento do fornecimento de água, o que amplia a vulnerabilidade da população em surtos de doenças (SILVA, SILVA, 2020; SANTOS et al., 2023; SOUZA et al., 2021). Posto isso, os dados demonstram que a crescente quantidade de notificações não decorre somente da vigilância epidemiológica, mas também da falta de fiscalização (22,20 %) e deficiências na fiscalização ambiental (11,10 %), que ficaram evidentes após as consequências dos desastres, efetivando a singular relevância do tema desafios de controle e mitigação. A precariedade das estruturas de saúde das comunidades atingidas, se agrava diante do cenário de adversidade, indicando a urgente necessidade de ações de controle de vetores (27,80 %) conjuntas, que priorizem a aplicação de programas abrangentes de restabelecimento ambiental e a proteção da saúde da população. Portanto, estes dados sugerem que a mobilização deve ser proativa e não reativa, objetivando a prevenção dos surtos e não apenas seu combate (LOPES, 2016; FREITAS et al., 2019; SANTOS, 2023; TROVÃO et al., 2023). Por último, os danos psicossociais (16,70 %) e deslocamento forçado (11,10 %), demonstram que as crises ambientais, a citar os desastres de Mariana e Brumadinho, não impactam somente a saúde física, tendo também impactos sociais e psicológicos relevantes. Desse modo, o tema sobre impacto psicossocial e sociocultural representa, assim, a importância de abordagens integradas, que levaram em conta este fator nas intervenções de saúde pública (SANTOS et al., 2023; MACHADO, DOWBOR, AMARAL, 2020). Conclusão: Os desastres ambientais, como os ocorridos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), criaram condições propícias à proliferação do *A. aegypti*, principalmente devido à deterioração ambiental, ao acúmulo de água em áreas contaminadas, ao deslocamento populacional e à precariedade dos serviços básicos de saneamento. Tais fatores amplificaram os riscos epidemiológicos, demonstrando a estreita relação entre os desastres ambientais e a saúde pública. A destruição da biodiversidade e o assoreamento de nascentes, juntamente com a contaminação do solo e da água, foram identificados como fatores críticos que agravaram as condições para o surgimento de surtos de arboviroses. Para mais, o comprometimento do abastecimento de água e a migração de mosquitos para áreas urbanas representaram desafios adicionais à saúde pública, exacerbando as dificuldades de controle de doenças nas áreas afetadas. Evidencia-se a necessidade de políticas públicas mais eficazes e integradas, que priorizem tanto a prevenção de desastres ambientais quanto o controle de vetores. Vale ressaltar que a carência de fiscalização ambiental e a inadequação das práticas de gestão territorial emergem como desafios críticos que precisam ser abordados para mitigar os riscos futuros. Desse modo, os dados analisados destacam a importância de ações intersetoriais, envolvendo planejamento urbano, infraestrutura de saneamento e vigilância epidemiológica, com o intuito de proteger as populações vulneráveis.

Palavras-chave: Infecções por Arbovírus; Arboviroses; Rompimento de Barragens.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica,

Bibliografia: BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Relatório de Segurança de Barragens 2019. Brasília: ANA, 2020. AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. Report Trimestral: descaracterização de barragens a montante. Brasília: ANM, 2023. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Diretrizes para a organização dos serviços de atenção à saúde em situação de aumento de casos ou de epidemia por arboviroses. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN Net). Versão 3.0. 2024. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/sinan>. Acesso em: 18 mar. 2024. CARNEIRO, G. S. G. Estudo das causas, impactos e medidas corretivas do rompimento de uma barragemde rejeitos, usando o caso da barragemde Mariana – MG. 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Civil) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal da Uberlândia, Uberlândia, 2018. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Relatório Final da CPI. Brumadinho: CPI, 2019. COSTA, A. L. F.; YAMAMOTO, O. H. Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação qualis de psicologia. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 1, p. 13-24, jan./mar. 2008. DIAS, E. G.; MISHIMA, S. M. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. Revista Sustinere, v. 11, n. 1, p. 402–411, 2023.

2.24 Evento Lições Aprendidas - CREA SRS/Sete Lagoas

Autores: Sâmia Aguiar Medeiros, Laureana Pereira dos Santos, Isabella Maria Ferreira Saraiva Rocha

Afiliação: Superintendência Regional de Saúde de Sete Lagoas/MG

Introdução: Em 2024, Minas Gerais enfrentou a maior epidemia de arboviroses de sua história, com 1,6 milhão de casos prováveis de dengue, 160 mil de chikungunya, 221 de Zika e 194 de oropouche, além de 998 óbitos confirmados por dengue e chikungunya. Uma das estratégias adotada na SRS/Sete Lagoas, para enfrentamento dessa epidemia foi a implementação do Comitê Regional de Enfrentamento das Arboviroses da SRS/Sete Lagoas (CREA SRS/SL), composto por membros dos diversos eixos como gestão, vigilância, assistência e mobilização social. O Comitê possui agenda de reuniões semanais para discussão do cenário epidemiológico e ações a serem desencadeadas juntos aos municípios para os eixos de atuação. Este resumo apresenta as principais lições aprendidas no enfrentamento dessa emergência, com foco em gestão, estratégias de vigilância, controle vetorial, assistência e mobilização social, vivenciadas pelo CREA SRS/SL.

Materiais e Métodos: A análise baseou-se nos relatórios/atas de reuniões técnicas do CREA SRS/SL. Foram avaliadas as ações de preparação e respostas do CREA SRS/SL junto aos municípios do território.

Resultados: As principais lições incluem:

- Ações de Preparação:** Eventos de capacitação e Informes Técnicos elaborados e divulgados aos municípios abordando os eixos de atuação no enfrentamento das arboviroses foram cruciais para preparar os gestores e técnicos municipais na condução da emergência.
- Controle Vetorial:** A estratégia de utilização de novas tecnologias como o uso do VANTS possibilitou um melhor controle e direcionamento no tratamento dos possíveis focos de vetores.
- Capacitação e Assistência:** Seminários macrorregionais (setembro a novembro de 2024) capacitaram profissionais de saúde para manejo clínico, reduzindo a letalidade por dengue. A organização da rede assistencial, com fluxos claros para atendimento, foi essencial para lidar com o aumento de casos.
- Mobilização Comunitária:** O Dia D de Mobilização contra a Dengue e campanhas educativas reforçaram a participação popular, com destaque para a atuação de agentes comunitários de saúde.
- Desafios:** A vigilância laboratorial, o manejo clínico do paciente e o uso das novas tecnologias no enfrentamento das arboviroses destacaram-se como pontos que necessitam de maior atenção e atuação dos membros do CREA SRS/SL para a próxima sazonalidade.

Conclusão: O enfrentamento da epidemia de 2024 em Minas Gerais destacou a importância de ações integradas, com planejamento intersetorial, uso de tecnologias inovadoras e engajamento comunitário. As lições aprendidas reforçam a necessidade de vigilância contínua, intensificação das ações de prevenção e controle, fortalecimento da rede de saúde, expansão de novas tecnologias e fomento às ações de preparação no território para reduzir casos graves e óbitos.

Palavras-chave: Arboviroses; Emergências; Minas Gerais; Vigilância; Controle Vetorial; Comitê.

Eixo temático: Gestão.

Bibliografia: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG). (2024). Avaliação de Risco à Saúde Pública Relacionada às Arboviroses no Estado de Minas Gerais. Centro de Operações de Emergências de Arboviroses, Número 2, 06 de maio de 2024. Disponível em: www.saude.mg.gov.br. BRASIL. Ministério da Saúde. (2024). Novo plano de ação prevê reduzir impactos da dengue e outras arboviroses em Minas Gerais. Publicado em 18/09/2024. Disponível em: www.gov.br. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG). (2024). Plano Estadual de Enfrentamento às Arboviroses (PEC-ARBO 2023-2025). Disponível em: ajudasaf.saude.mg.gov.br.

2.25 Experiência do Comitê Municipal de Vigilância e Prevenção de Óbitos por Arboviroses em Uberlândia/MG

Autores: Rejane Aparecia de Souza Carrijo, Elaize Maria Gomes de Paula, Rejane da Silva Melo, Maria Raquel Marques de Sousa Vital, Wederson Barreto Santana

Afiliação: Secretaria Municipal de Uberlândia/MG

Introdução: Arboviroses como dengue, Chikungunya e Zika constituem desafios importantes à saúde pública, especialmente em municípios com alta densidade populacional e condições favoráveis à proliferação do Aedes aegypti. Em Uberlândia-MG, a ocorrência de casos graves e óbitos evidencia a necessidade de ações integradas de vigilância e prevenção. O objetivo do trabalho foi relatar a experiência do Comitê Municipal de Vigilância e Prevenção de Óbitos por Arboviroses, destacando ações intersetoriais voltadas à prevenção de óbitos, detecção, investigação/notificação e a qualificação da resposta a casos graves no ano de 2025.

Materiais e Métodos: O Comitê desenvolveu ações de detecção precoce de casos de arboviroses por meio do sistema de prontuário eletrônico Fastmedic, utilizando o módulo de vigilância epidemiológica para garantir a identificação ágil de casos suspeitos. Manteve articulação diária com a Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ), laboratórios, serviços de saúde públicos e privados do município, a Atenção Primária à Saúde (APS) e o Serviço de Verificação de Óbito (SVO). Além disso, encaminhou amostras biológicas à Fundação Ezequiel Dias (Funed) para confirmação laboratorial. Durante a investigação dos óbitos suspeitos, a equipe de campo da vigilância, composta por agentes epidemiológicos, realizou visitas aos serviços de saúde para o recolhimento de fichas, análise de prontuários e entrevistas com as equipes assistenciais para orientações sobre o preenchimento do roteiro de investigação hospitalar e a coleta de amostras biológicas nos laboratórios. Foram realizadas também visitas domiciliares para coleta de informações complementares e oferta de apoio às famílias. Reuniões técnicas periódicas foram realizadas com profissionais das redes pública e privada, a fim de orientar sobre fluxos de atendimento, critérios de notificação e condutas adequadas. Ao término de cada investigação, foi elaborado pelo médico do comitê, um parecer com a causa básica do óbito, acompanhado de um relatório de devolutiva encaminhado ao corpo clínico das unidades notificadoras.

Resultados: Durante o ano de 2025, a atuação integrada do Comitê possibilitou a investigação de 100 % dos óbitos suspeitos por arboviroses no município. Houve redução do tempo médio entre a notificação e a conclusão da investigação. As reuniões de alinhamento contribuíram para aumento da completude das fichas de notificação e para maior adesão dos serviços privados ao fluxo municipal. A devolutiva sistemática permitiu aprimorar a conduta clínica e a vigilância, reduzindo inconsistências nos registros.

Conclusão: A experiência de Uberlândia em 2025 demonstrou que a articulação intersetorial, o uso de ferramentas tecnológicas, o envio de amostras à Funed e a comunicação contínua entre vigilância e assistência são fundamentais para prevenir óbitos por arboviroses. A estratégia adotada reforça a importância de comitês locais atuantes e integrados, capazes de transformar dados em ações efetivas e sustentáveis para a saúde pública.

Palavras-chave: Arboviroses; Vigilância em Saúde; Prevenção de Óbitos; Uberlândia; Comitê de Vigilância.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia de vigilância em saúde: volume 1 [recurso eletrônico]. 6. Ed. Faz. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. MINAS GERAIS. Fundação Ezequiel Dias. Instituto Octávio Magalhães. Manual de orientações para o envio de amostras biológicas para a Funed. Belo Horizonte: Funed, 2022. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Nota Técnica nº 3/SES/SUBVS-SVE-CELP/2024. Estabelece fluxo para a vigilância laboratorial de gestantes com suspeita de arboviroses. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Nota Técnica nº 3/SES/SUBVS-SVE/2025. Orientações de vigilância epidemiológica e laboratorial relacionadas às gestantes com suspeita de arboviroses (dengue, Zika, chikungunya, febre amarela, Oropouche e Mayaro), recém-nascidos/fetos com anomalias congênitas e óbitos fetais. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Ofício SES/URSUDI-NUVEPI nº 23/2023. Orientações quanto aos encerramentos de óbitos por arboviroses.

2.26 Experiência exitosa na prevenção e controle de arboviroses no município de Lassance/MG

Autores: Sérgio Henrique Ferreira da Silva, Gustavo Donizete Soares, Thiago William Soares Guimarães

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Lassance/MG , Vigilância em Saúde

Contexto: As arboviroses, especialmente dengue e chikungunya, representam um desafio constante para a saúde pública brasileira. Em 2024, o município de Lassance confirmou 364 casos de dengue e 347 de chikungunya. Em 2025, até a primeira semana de agosto, foram confirmados 42 casos de dengue e 3 de chikungunya. Esse cenário demandou ações urgentes e integradas para prevenção e controle. **Envolvidos:** A ação foi realizada pelos autores e coautores, servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Lassance – Setor de Vigilância em Saúde. O público envolvido incluiu toda a população do município, com foco especial nas áreas de maior incidência. **Quando?** O projeto foi executado entre julho de 2024 e agosto de 2025. **Onde?** Município de Lassance, estado de Minas Gerais. **Como foi realizada?** Foram distribuídos repelentes para pacientes com suspeita de arboviroses, instaladas telas em reservatórios de água e fossas sépticas, realizadas visitas domiciliares para orientação e fiscalização, e executado monitoramento aéreo com drones em parceria com a empresa Tech Dengue. O acompanhamento epidemiológico foi feito semanalmente via SINAN on-line, com confirmação por critérios clínico-epidemiológicos e laboratoriais. **Resultados alcançados:** Observou-se redução expressiva dos casos confirmados de chikungunya e decréscimo nos casos de dengue em 2025, em comparação a 2024. A integração de ações físicas e tecnológicas possibilitou respostas rápidas e efetivas, com forte engajamento da população. **Dados Epidemiológicos:** Ano 2024: - Casos notificados: 450 – Dengue – casos confirmados (critérios clínico-epidemiológico e laboratorial): 364 – Chikungunya – casos confirmados (critérios clínico-epidemiológico e laboratorial): 347 – Casos em investigação: 86. Ano 2025 (até a 1^a semana de agosto): - Casos notificados: 62 – Dengue – casos confirmados (critérios clínico-epidemiológico e laboratorial): 42 – Chikungunya – casos confirmados (critérios clínico-epidemiológico e laboratorial): 3 – Casos em investigação: 19. **Expectativas:** Manter a redução dos casos de arboviroses, ampliar a cobertura de barreiras físicas e intensificar o uso de tecnologia para monitoramento e combate aos vetores, replicando em outros municípios com perfil epidemiológico semelhante.

Palavras-chave: Dengue; Chikungunya; Controle de Vetores; Vigilância em Saúde.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Dengue and severe dengue. Geneva: WHO, 2023. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Plano de contingência estadual para arboviroses. Belo Horizonte: SES-MG, 2024.

2.27 Febre amarela: análise dos casos humanos e epizootias em primatas não humanos na unidade regional de saúde de Pouso Alegre de 2017 a 2025

Autores: Patrícia Coutinho Silva, Flávia Moreira Alves da Silva, Laís Fraga Alves de Oliveira, Giovani Adilson Grande, Vivian Castro Lemos

Afiliação: Superintendência Regional de Saúde de Pouso Alegre/MG

Introdução: Febre amarela (FA) é uma doença infecciosa febril aguda, causada por arbovírus, transmitida por mosquitos, com dois ciclos de transmissão: silvestre (FAZ), tendo como hospedeiros Primatas Não Humanos (PNH) e como vetores mosquitos Haemagogus e Sabethes e urbano (FAU) tendo o homem como hospedeiro e o mosquito Aedes aegypti como vetor. Os últimos registros de FAU datam de 1942. Importante salientar a gravidade clínica, elevado potencial epidêmico e letalidade da doença. A última reemergência da FAZ fora da região amazônica no Brasil, teve início em 2014, também atingiu o estado de Minas Gerais e a Unidade Regional de Saúde (URS) de Pouso Alegre. **Materiais e Métodos:** Realizou-se um estudo observacional, descritivo, retrospectivo com dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) apontando a distribuição geográfica da febre amarela humana e epizootias em PNH, caracterizando os municípios com circulação viral. Foram incluídos casos humanos residentes e epizootias notificadas na área de abrangência da URS de Pouso Alegre no período de 2017 a 2025. **Resultados:** De 2017 a 2025 houve a ocorrência de surtos de febre amarela no território da URS Pouso Alegre, com a notificação de 707 casos em humanos e 342 epizootias em PNH. Dos casos humanos, 32 foram confirmados para FAZ; destes, a maioria eram homens (93,75 %), com idade entre 35 a 49 anos (54,83 %), residentes em áreas urbanas (59,37 %) e não vacinados contra FA (84,37 %). Dos casos confirmados, 14 evoluíram para óbito (43,75 %). Em relação às epizootias em PNH, das 342 notificadas, em 136 realizou-se coleta de amostras; destas, 43 apresentaram resultados detectáveis para FA. Com casos autóctones de FA na abrangência regional, houve intensificação das ações de vacinação orientadas a partir da ocorrência das epizootias e casos humanos, com classificação de risco dos municípios afetados e limítrofes, demonstrando o papel fundamental dessa estratégia para a proteção da população. **Conclusão:** Diante do cenário de risco persistente de casos de febre amarela no território, torna-se de extrema importância as ações de vigilância ativa e qualificação constante dos profissionais, além de respostas rápidas e coordenadas, justificando a classificação da doença como uma questão de emergência que requer atenção contínua.

Palavras-chave: Febre Amarela; Epidemia; Epizootias; Epidemiologia Descritiva; Vigilância em Saúde Pública.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica.

2.28 Ferramenta Automatizada para Monitoramento Assistencial das Arboviroses na Atenção Primária à Saúde de Juiz de Fora/MG

Autores: Cosme Rezende Laurindo, Ana Beatriz Louzada Eugenio, Tayene de Oliveira Souza, Livia Carolina Braga Kapel Perez Silva, Luiz Felipe Magalhães Martins

Afiliação: Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora/MG e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Vila Velha/ES

Introdução: A ocorrência de arboviroses representa um desafio crescente para a saúde pública, especialmente em municípios de médio e grande porte como Juiz de Fora-MG, onde fatores ambientais, climáticos e sociais contribuem para a circulação contínua de vírus como dengue, chikungunya e Oropouche (Almeida; Cota; Rodrigues, 2020; Dantas et al., 2025; Lima-Camara, 2024). No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), compreender de forma mais precisa o impacto dessas doenças sobre a demanda assistencial é fundamental para orientar a organização dos serviços, a alocação de recursos humanos e materiais, e o planejamento de ações preventivas e de resposta rápida (Donateli; Campos, 2023; Elidio et al., 2024). Até anteriormente à experiência relatada, o monitoramento e a tomada de decisão baseavam-se predominantemente nos indicadores produzidos pela vigilância epidemiológica, sem que houvesse um acompanhamento sistemático de indicadores assistenciais capazes de refletir diretamente o volume e o perfil dos atendimentos realizados na APS. Essa lacuna limitava a capacidade de antecipar necessidades, redistribuir recursos e alinhar a rede de atenção conforme variações sazonais ou aumento abrupto de casos. A partir dessa demanda, buscou-se desenvolver e implementar uma ferramenta que integrasse e processasse dados assistenciais de maneira ágil e acessível, permitindo comparações históricas e oferecendo um panorama mais detalhado para gestores e equipes. Trata-se de uma iniciativa inédita no município, concebida para fortalecer a integração entre vigilância e APS e potencializar o uso estratégico da informação em saúde. O objetivo do trabalho foi relatar a experiência de elaboração e implementação de uma ferramenta automatizada para monitoramento de indicadores assistenciais relacionados às arboviroses na APS de Juiz de Fora/MG, destacando seu potencial para apoiar o planejamento e a gestão intersetorial.

Materiais e Métodos: A experiência foi conduzida entre novembro de 2024 e março de 2025, sob coordenação de um supervisor de interface entre a APS e a vigilância em saúde, responsável pela concepção das fórmulas e da lógica de cálculo da ferramenta. O desenvolvimento contou com apoio direto de uma equipe envolvida na organização e qualificação dos dados, composta por duas profissionais da gestão da APS, responsáveis por estruturar e revisar as bases extraídas, e por uma supervisora da gestão da informação, que atuou no preenchimento de registros ausentes e na melhoria da consistência dos dados analisados. A fonte de dados foi o e-SUS APS, software gratuito e estratégico da Secretaria de Atenção Primária (Saps) para reestruturar as informações da APS à nível nacional. A ferramenta de análise de dados foi desenvolvida em Microsoft Excel, utilizando funções que permitiram o cálculo automatizado de diferentes indicadores: frequência absoluta de atividades coletivas com recorte para ações de combate ao Aedes

aegypti; solicitação de sorologia e de PCR para dengue registradas no sistema de informação em saúde (SIS) utilizado; realização de prova do laço identificada por código SIGTAP; e volume de atendimentos classificados por códigos do CIAP-2 e do CID-10 relacionados à dengue clássica, febre de chikungunya e febre de Oropouche, além de um consolidado destes códigos denominado “atendimento às arboviroses”, para visão geral. O cálculo foi estruturado para abranger a série histórica de 2020 a 2025, possibilitando comparações anuais. O funcionamento foi planejado para demandar apenas a extração de um arquivo CSV do e-SUS APS, sem necessidade de manipulação manual complexa. Foram gerados gráficos de linhas para melhor representação da distribuição dos dados. Resultados: A ferramenta desenvolvida proporcionou ganhos significativos na agilidade de processamento e análise dos dados assistenciais. A automatização das fórmulas eliminou etapas manuais complexas, permitindo que a atualização das análises fosse realizada em poucos minutos após a extração do arquivo do sistema. Essa característica foi fundamental para garantir maior responsividade da APS na identificação de mudanças no cenário epidemiológico, contribuindo para a definição de estratégias rápidas e direcionadas (Donateli; Campos, 2023; Elidio et al., 2024). A análise comparativa ano a ano evidenciou o potencial da ferramenta para detectar variações sazonais e tendências de aumento ou redução na frequência de atendimentos e procedimentos relacionados às arboviroses. Essas informações, quando integradas a outros sistemas de vigilância e à logística de insumos, fortaleceram o planejamento intersetorial, favorecendo, por exemplo, a antecipação da distribuição de testes diagnósticos ou a mobilização de equipes para regiões com maior demanda, em consonância com o recomendado para estratégias de enfrentamento (Dantas et al., 2025; Faria et al., 2023). Entretanto, a experiência também expôs limitações relevantes. A qualidade das análises geradas é diretamente dependente da completude e fidedignidade dos registros no e-SUS APS. Inconsistências de preenchimento, codificações incorretas ou ausentes e lacunas nos registros podem comprometer a precisão dos indicadores (Laurindo, 2022). Além disso, a forma como o sistema disponibiliza os dados, em estrutura bruta e pouco personalizada, demanda certo grau de manipulação e padronização antes de alimentar a ferramenta, o que, embora minimizado pela automatização, ainda exige conhecimento técnico. Outro ponto é que a ferramenta não abrange variáveis contextuais externas, como dados entomológicos ou informações meteorológicas, que poderiam enriquecer a análise e fornecer um panorama mais completo sobre a dinâmica das arboviroses (Almeida; Cota; Rodrigues, 2020; Dantas et al., 2025). Apesar dessas limitações, houve qualificação da participação da APS nas reuniões do comitê municipal de enfrentamento das arboviroses, possibilitando que as decisões fossem embasadas não apenas nos dados de casos prováveis, mas também no volume de atendimentos e procedimentos realizados na APS. Por ter sido concebida com base em software amplamente disponível (Microsoft Excel) e exigir apenas dados que já compõem a rotina da APS, pode ser adaptada para diferentes municípios e realidades, inclusive para monitorar outros agravos transmissíveis e não transmissíveis. A replicabilidade é favorecida pela simplicidade operacional e pela flexibilidade das fórmulas, permitindo que novos indicadores sejam incorporados de acordo com as necessidades locais. Dessa forma, a experiência contribui para a consolidação de

um modelo de monitoramento assistencial que pode ser integrado a estratégias de vigilância em saúde mais amplas, fortalecendo a capacidade de resposta do sistema. Conclusão: A experiência relatada evidencia que é possível, com recursos acessíveis, criar soluções efetivas para qualificação do monitoramento assistencial na APS. A ferramenta desenvolvida fortaleceu a capacidade de resposta e planejamento, promoveu maior integração entre setores e mostrou-se potencialmente replicável em outros contextos. Embora limitada pela qualidade e padronização dos registros e pela ausência de dados complementares externos, representa um avanço significativo na forma como a informação é utilizada para gestão em saúde. Sua contribuição não se restringe ao contexto local, pois apresenta um modelo metodológico capaz de ser incorporado a práticas de vigilância assistencial em diferentes municípios, ampliando a base de evidências disponíveis para o campo da saúde coletiva e fortalecendo a articulação entre monitoramento, planejamento e tomada de decisão.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Indicadores de Serviços; Infecções por Arbovírus; Difusão de Inovações.

Eixo temático: Gestão.

Bibliografia: ALMEIDA, L. S.; COTA, A. L. S.; RODRIGUES, D. F.. Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana. Ciência e Saúde Coletiva, [Internet], v. 25, n. 10, p. 3857-3868, 2020. DANTAS, C. L. et al.. Arboviroses emergentes no Brasil: desafios e implicações para a saúde coletiva. Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida , [Internet], v. 17, n. 2, p. 8, 2025. Acesso em: 11 ago. 2025. DONATELI, C. P.; CAMPOS, F. C.. Visualização de dados de Vigilância das arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Journal Of Information Systems And Technology Management, [Internet], v. 20, 2023.2025. ELIDIO, G. A. et al. Atenção primária à saúde: a maior aliada na resposta à epidemia da dengue no Brasil. Revista Panamericana de Salud Pública, [Internet], v. 48, p. e47, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2024.47>. Acesso em: 11 ago. 2025. FARIA, M. T. S. et al. Saúde e saneamento: uma avaliação das políticas públicas de prevenção, controle e contingência das arboviroses no Brasil. Ciência e Saúde Coletiva, [Internet], v. 28, n. 6, p. 1767-76, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232023286.07622022>. Acesso em: 11 ago. 2025. LAURINDO, C. R.. Completude das notificações de arboviroses urbanas e febre amarela: papel da Atenção Primária à Saúde. Revista APS, [Internet], v. 25, n. 2, p. 239-41, 2022. LIMA-CAMARA, T. N.. A dengue é produto do meio: uma abordagem sobre os impactos do ambiente no mosquito *Aedes aegypti* e nos casos da doença. Revista Brasileira de Epidemiologia (Epidemio), [Internet], v. 27, p. e240048, 2024.

2.29 Fortalecimento da gestão em saúde para o controle das Arboviroses no município de Carlos Chagas/MG

Autores: Lace Caroline Serafim da Silva

Afiliação: Secretaria municipal de saúde de Carlos Chagas, UFVJM

Introdução: As arboviroses, como dengue, Zika e chikungunya, permanecem entre os principais problemas de saúde pública no Brasil, exigindo ações contínuas e coordenadas para controle e prevenção. A dinâmica de transmissão dessas doenças está associada a múltiplos fatores, incluindo vulnerabilidades socioambientais, sazonalidade e falhas na articulação intersetorial. No município de Carlos Chagas/MG, observou-se um aumento significativo no número de casos, o que motivou a elaboração de um projeto de intervenção centrado no fortalecimento da gestão, organização dos serviços e integração das equipes de saúde. O objetivo do trabalho foi fortalecer a capacidade de resposta do município frente às arboviroses por meio da qualificação da gestão, integração entre setores e planejamento estratégico.

Materiais e Métodos: O projeto foi desenvolvido no período sazonal de 2024/2025 e envolveu as seguintes etapas: Levantamento de áreas de risco com base em dados epidemiológicos e ambientais, utilizando aplicativo desenvolvido em parceria público-privada com a UFVJM; Reestruturação do fluxo de notificações e resposta rápida para surtos; Capacitação das equipes técnicas e gerenciais sobre arboviroses e planejamento territorial; Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Agentes de Combate a Endemias (chapéus, bolsas, uniformes, protetor solar); Identificação e controle de criadouros, incluindo instalação de telas em caixas d'água destampadas; Criação de um Comitê Intersetorial de Enfrentamento às Arboviroses; Elaboração do Plano de Contingência Municipal, com definição de responsabilidades e otimização do uso de recursos. As ações foram implementadas pelas equipes de vigilância em saúde, atenção básica, agentes de endemias, setor de comunicação, setor jurídico e profissionais da UFVJM, priorizando áreas com maior número de notificações e pontos críticos identificados pelo aplicativo.

Resultados: observou-se: Maior agilidade na identificação e resposta a surtos; Melhoria na comunicação entre setores; Ampliação da cobertura de visitas domiciliares orientadas; Intensificação das ações em bairros vulneráveis e pontos críticos; Obtenção do índice de infestação predial (LIRAA) de 0,8, o menor dos últimos 8 anos; Eliminação da necessidade de aplicação de UVB pesada. A experiência evidenciou que a qualificação da gestão e a articulação intersetorial contribuem significativamente para a efetividade das ações de controle das arboviroses.

Conclusão: Conclui-se que o fortalecimento da gestão, aliado ao planejamento, monitoramento de indicadores e valorização das equipes, constitui um pilar essencial para o enfrentamento das arboviroses e outros agravos de relevância em saúde pública. O modelo de intervenção pode ser replicado em outros municípios com características semelhantes.

Palavras-chave: Gestão em Saúde; Arboviroses; Planejamento em Saúde; Vigilância em Saúde; Carlos Chagas.

Eixo temático: Gestão.

Bibliografia: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG). Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses (PEC-Arbo) 2023-2025. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG). Política Estadual para Vigilância, Prevenção e Controle das Arboviroses – Minas Gerais. Agência Minas, 2023. Ministério da Saúde. Centro de Operações de Emergência monitora arboviroses em Minas Gerais. Comunicação em 9 jan. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 6531, de 8 jan. 2025. Estrutura e atribuições do COE Dengue e outras Arboviroses. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3140, de 2 fev. 2024. Ação integrada contra epidemias urbanas. BRASIL. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Portaria GM/MS nº 1.823, 2012

2.30 Fortalecimento da vigilância de arboviroses nos Pontos Estratégicos: experiência do município de Itaúna/MG

Autores: Rogério Rocha, Raquel Burrini Nogueira, Eduardo Bianchini Galliac, Cristofer de Jesus Cunha Bernardo

Afiliação: Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis/MG , Secretaria Municipal de Saúde de Itaúna/MG

O trabalho dos Agentes de Endemias é essencial no Programa Nacional de Controle às Arboviroses. Buscando prevenir e controlar a transmissão do vírus pelo mosquito *Aedes aegypti*. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se os Pontos Estratégicos (Pes), locais previamente definidos nos municípios por apresentarem grande quantidade de potenciais criadouros do vetor. Apesar de sua relevância, cada município estabelece critérios e formas próprias de atuação nesses pontos. Considerando que não há uma padronização, além da exigência dos ciclos quinzenais, resultando em abordagens heterogêneas. Essa lacuna compromete a efetividade das ações e interfere negativamente no trabalho dos ACEs em áreas domiciliares. Um PE mal monitorado aumenta o risco de proliferação do mosquito e, consequentemente, a possibilidade de surtos nas áreas urbanas próximas. O presente projeto objetivou caracterizar, qualificar e fortalecer a vigilância dos Pontos Estratégicos do município de Itaúna, que é localizado no centro oeste de Minas Gerais, distando 78 km da capital, Belo Horizonte. O setor de serviços, a mineração e a indústria são fatores de destaque na economia. Com início em janeiro de 2024, e execução pela equipe específica de controle de pontos estratégicos, procurou tratar e monitorar de forma sistemática e regular as ações realizadas em ciclos quinzenais, priorizando o tratamento mecânico, aplicação de larvicidas, e adulticida a cada sessenta dias ou quando necessário. Uma inovação proposta foi a subclassificação dos Pes por grau de complexidade, categorizando-os em A, B, C ou D. A categoria “A” representa os pontos de menor complexidade, com tempo reduzido de permanência e menor quantidade de criadouros; enquanto a “D” abrange os mais complexos, com grande volume de materiais, alta densidade de criadouros e necessidade de longos períodos de inspeção, podendo chegar a um dia inteiro de trabalho. Essa classificação otimizou os recursos e priorizou as ações em que o risco é maior. Outro pilar do projeto foi a criação de um prontuário individual para cada PE, registrando características específicas e ocorrências relevantes de cada visita. Esse histórico propiciou a agilidade das decisões, aumentando a assertividade e contribuindo para a evolução contínua das ações. Com esse prontuário, foi possível reclassificar os pontos estratégicos. Reduzindo de início em 17,07 % em seu número, partindo de um total absoluto de 82 para 68 PE's. Totalizando em grau de complexidade em: A 29; B 22; C 5 e D 12. Registrando a distância da sede de serviço dos agentes, o horário de maior facilidade de atuação (haja vista que alguns são localizados em grandes empresas como siderúrgicas com a necessidade de agendamento prévio e acompanhamento do técnico de segurança do trabalho). Além disso é feito uma correlação da positividade de *Aedes aegypti* com as notificações de arboviroses e os indicadores do LIRAA, norteando as ações

de toda a equipe municipal de controle das arboviroses. Com esta estratégia, buscou-se não apenas garantir a regularidade e a qualidade das ações nos Pes, mas também fundamentar a elaboração de um manual específico para atuação nesses pontos, o que ainda está em fase de produção. O documento deverá padronizar procedimentos, contemplando as peculiaridades e desafios que eles apresentam, de modo a servir como referência para outros municípios e contribuir para que os Pontos Estratégicos deixem de ser tratados de forma secundária, tornando-se prioridade no combate a *Aedes aegypti*.

Palavras-chave: Vigilância; Ponto estratégico; Fortalecimento; *Aedes aegypti*.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

2.31 Gestão do programa de controle de Arboviroses no território de Jaboticatubas/MG

Autores: Elison Julianam Pereira

Afiliação: Secretaria Municipal de saúde, Gestão do Programa de Controle de Arboviroses no território de Jaboticatubas/MG

Em janeiro de 2025 foi realizado o segundo sobrevoo de mapeamento em 144,9 hectares em Jaboticatubas em duas áreas. Sendo ÁREA 1 composta pelos bairros Sagrada Família e São Vicente e a ÁREA 2 composta pelos bairros Nossa Senhora da Conceição, Bom Jesus, Bosque dos Coqueiros e Bacana. Dentro dessa área de sobrevoo se encontram cerca de 2037 imóveis, e foram detectados 253 pontos para intervenção. Já em abril foi realizado o terceiro sobrevoo de mapeamento em São José de Almeida em 135,3 hectares nos bairros Centro/Flores e Novo Belo Horizonte. Dentro dessa área de sobrevoo se encontram cerca de 1988 imóveis, e foram captados 305 pontos passíveis de intervenção. A intervenção nos pontos captados resulta no olhar mais objetivo e focado em resolução dos problemas identificados no território e consequentemente a redução de risco a saúde pública causadas pelas arboviroses.

Palavras-chave: Mobilização; Ação; Gestão.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, Mobilização e Comunicação Social, Gestão.

2.32 Gincana Mexa-se contra o mosquito em Coronel Fabriciano/MG

Autores: Vânia Tavares De Andrade, Adelson Arruda, Jaime Tolentino

Afiliação: Secretaria de Saúde de Coronel Fabriciano/MG

Introdução: O projeto surgiu em um contexto epidemiológico preocupante: nos últimos cinco anos, foram registrados 27 mil casos notificados de arboviroses, com estimativa de que cada caso notificado represente outros dez não notificados. Além disso, o LIRAA (Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti*) do município apresentava, de forma recorrente, classificação de médio a alto risco, acima do aceitável pelo Ministério da Saúde (menos de 1 %). A sazonalidade das doenças, associada ao período de chuvas, contribui para o aumento de criadouros, exigindo ações conjuntas entre poder público e sociedade. O projeto foi estruturado como uma gincana comunitária com mais de 5.000 participantes, distribuídos em equipes lideradas por tutores do Programa Mexa-se. Ao todo, 10 tarefas foram propostas, envolvendo desde atividades lúdicas (confecção de mascote, grito de guerra) até ações práticas de recolhimento e eliminação de inservíveis que pudesse acumular água. Os objetivos do trabalho foram: reduzir a infestação do *Aedes aegypti* e manter a saúde local, sensibilizando a comunidade para a prevenção e eliminação de criadouros, partindo da esfera domiciliar para o ambiente comunitário; Implementar medidas intersetoriais para reduzir riscos; Intensificar ações de prevenção e controle do vetor nos diferentes tipos de depósitos urbanos; Fortalecer a mobilização social no combate ao mosquito; Incentivar novas atitudes e comportamentos frente às arboviroses; Conscientizar a população sobre sua responsabilidade; Reduzir morbidade e mortalidade por arboviroses.

Materiais e Métodos: A gincana foi realizada em todos os bairros, tendo como base os polos do Programa Mexa-se. A abertura contou com divulgação das tarefas e definição de líderes de equipe. O encerramento premiou os grupos com melhor desempenho: o primeiro colocado recebeu viagem e kits de atividade física, e os demais, kits em quantidades proporcionais à classificação. O projeto utilizou recursos do bloco de Vigilância em Saúde, destinados ao combate de endemias e zoonoses, totalizando investimentos em sonorização, palco, banheiros químicos, transporte, tendas, barracas, materiais de consumo e camisetas.

Resultados: A ação retirou e destruiu cerca de 1.000.000 (um milhão) de inservíveis, como plásticos, pratos de vasos de plantas, pneus, garrafas, vasos sanitários, tampas, copos descartáveis e caixas d'água. Após o término, o LIRAA indicou índice de infestação de 0,8 %, abaixo do parâmetro do Ministério da Saúde. Além da redução de criadouros, houve queda expressiva nos casos de arboviroses. Na ocasião a cidade passou a ser classificada como baixo risco para Dengue, Zika e Chikungunya. Outro resultado foi o fortalecimento do espírito de cooperação comunitária, com participação não apenas de integrantes do Mexa-se, mas também de vizinhos, parentes e demais moradores.

Conclusão: A gincana foi considerada um sucesso, cumprindo objetivos sanitários e educacionais, ao mobilizar a população e promover mudanças de comportamento em relação ao combate ao mosquito. Destacou-se a importância da união entre gestão e comunidade para controlar as arboviroses, ressaltando que nenhum esforço isolado é suficiente. A ex-

periência é apontada como um modelo replicável para outros municípios brasileiros, por unir ações educativas, participação popular e resultados concretos na redução de índices epidemiológicos.

Palavras-chave: Arboviroses; *Aedes aegypti*; Mobilização social.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: CORONEL FABRICIANO (MG). Secretaria Municipal de Saúde. Gincana Mexa-se Contra o Mosquito. Coronel Fabriciano, 2022. Relatório Técnico Interno.

2.33 Grupo técnico de discussão e análise dos óbitos suspeitos de arboviroses: a experiência da unidade regional de saúde de Pouso Alegre/MG na epidemia de 2024

Autores: Patrícia Coutinho Silva, Ana Carolina Portugal Gonçalves, Flávia Moreira Alves Silva, Vivian Castro Lemos

Afiliação: Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, URS Pouso Alegre

Introdução: Arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos por artrópodes e constituem relevante problema de saúde pública. Dentre os arbovírus circulantes no Brasil, destaca-se o vírus da dengue (doença febril aguda, sistêmica, dinâmica, apresentando amplo espectro clínico, variando de casos assintomáticos a graves, inclusive fatais). Em 2024 houve a maior epidemia de arboviroses no território mineiro com 1.399.297 casos confirmados e 1.188 óbitos pelo agravo. Na URS Pouso Alegre confirmou-se 42.594 casos, com 33 óbitos pelo agravo. Considerando a evitabilidade de óbitos por arboviroses, a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais publicou a Nota Técnica nº 6/SES/SUBVS-SVE-DVDTI-CEVARB/2024, com orientações para notificação, investigação e encerramento de óbitos por arboviroses no estado. A referida NT estabelece que a investigação deve ser conduzida pela Equipe de Investigação do Óbito por Arboviroses (EIOA) do município de residência, com possível apoio da URS. Com as solicitações de apoio, a EIOA da URS Pouso Alegre desenvolvia seu papel. **Materiais e Métodos:** A partir da ocorrência do óbito suspeito de arbovirose, o município de ocorrência/residência preenchia os documentos pertinentes à investigação e encaminhava para a URS Pouso Alegre para apoiá-los na classificação final. As informações eram organizadas em relatório executivo para discussão no grupo técnico, emissão de parecer e ofício com pontuação das fragilidades identificadas, além das recomendações para suas correções. **Resultado:** Com o fluxo estabelecido, a EIOA da URS Pouso Alegre recebeu e classificou 47 investigações de óbitos suspeitos de arboviroses, com emissão de parecer técnico para cada óbito avaliado, o que corresponde a 55,29 % do total de óbitos suspeitos residentes no território. Esse fluxo permitiu o encerramento da totalidade de óbitos notificados no ano de 2024. **Conclusão:** A instituição do grupo técnico mostrou-se um desafio para a EIOA da URS Pouso Alegre, diante das demais demandas pelas quais as referências técnicas respondem em seus respectivos setores, mas também se mostrou como grande oportunidade de aquisição/aprimoramento de conhecimentos, visto as reuniões realizadas possibilitarem um espaço de discussão de fluxos de atendimento, bem como da qualidade da assistência prestada, com vista à identificação de fragilidades e proposição de ações para melhoria da atenção prestada à população.

Palavras-chave: Palavras-chave: arbovirose; investigação epidemiológica; comitê de óbito.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica.

2.34 Hospital de campanha com aplicação do método Kanban como estratégia de enfrentamento às arboviroses em Belo Horizonte/MG, 2024

Autores: Renata Alves Mourão Cecilia Alves, Raquel Felisardo Rosa, Alysson Siqueira, Caroline Martins, Danilo Borges

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG

Em 16 de fevereiro de 2024, a Prefeitura de Belo Horizonte decretou situação de emergência em saúde pública devido à propagação das arboviroses (dengue, chikungunya e Zika). A expectativa era de sobrecarga da rede hospitalar, com risco iminente de colapso assistencial, em razão da recomendação do Ministério da Saúde de observação mínima de 48h para pacientes classificados como Grupo C no manejo clínico da dengue. Frente a esse cenário, a Secretaria Municipal de Saúde (SMSA-BH) adotou medidas emergenciais e inovadoras para preservar a vida e garantir atendimento oportuno à população. A iniciativa foi conduzida pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, por meio da Diretoria de Atenção às Urgências e Emergências (DAUE), com participação do Comitê Operacional de Estratégias (COE), Defesa Civil e unidades de atenção primária do município. O público-alvo foram pacientes suspeitos ou confirmados de arboviroses, principalmente aqueles que necessitavam de observação clínica. O hospital de campanha foi implantado em 1º de março de 2024, durante o período de maior incidência de arboviroses, com funcionamento durante os meses críticos da epidemia. A estrutura foi montada na região Norte de Belo Horizonte, ao lado da UPA Norte, com instalação de tenda para 40 leitos e uso de containers para consultórios, em alinhamento com a Defesa Civil. O projeto seguiu etapas estratégicas: 1. Definição do número estimado de pontos assistenciais necessários; 2. Escolha e instalação da estrutura física em parceria com a Defesa Civil; 3. Aprovação para contratação emergencial de profissionais de saúde; 4. Capacitação (online e presencial) das equipes segundo fluxos do Ministério da Saúde; 5. Integração da rede assistencial (atenção primária, terciária e regulação central); 6. Acompanhamento em tempo real da volumetria de atendimentos, tempo de internação e taxa de ocupação utilizando o método Kanban como ferramenta de gestão visual; 7. Transparência e comunicação pública por meio de relatórios e mídia. O hospital de campanha atendeu 8.646 pessoas e internou 1.449 pacientes, com taxa de utilização de 184 %. Houve redução significativa da pressão assistencial nas UPAs, que chegavam a registrar mais de 900 atendimentos de suspeitos/dia. O método Kanban possibilitou reorganização rápida dos recursos, transparência e eficiência no cuidado. Nenhum óbito foi registrado. As principais barreiras foram relacionadas à gestão de recursos humanos, superadas por capacitação intensiva e ajustes logísticos. A experiência consolidou-se como modelo para futuras respostas rápidas a emergências sanitárias, demonstrando que a aplicação do Método de gestão lean, como o Kanban, pode ser determinante para otimizar recursos, ampliar a capacidade assistencial e fortalecer a infraestrutura de saúde pública.

Palavras-chave: Arboviroses; Gestão em Saúde; Hospital de Campanha; Kanban; Epidemias.

Eixo temático: Gestão.

Bibliografia: bRASIL. Ministério da Saúde. Fluxograma de Manejo Clínico da Dengue. Brasília: MS; 2023.; Prefeitura de Belo Horizonte. – Plano Municipal de Enfrentamento às Arboviroses – 2024. Belo Horizonte: PBH/SMSA; 2024.

2.35 Identificação dos sorotipos de dengue circulantes no município de Buritizeiro/MG em 2024

Autores: Keicy Sandy Silvestre de Souza, Rosana Bretas Viana, Sivaldo Alves Pereira, Maria da Piedade Pessoa Pereira, Fernanda Valdete Guedes, Salvador Cardoso dos Santos

Afiliação: Secretaria de Saúde Buritizeiro/MG

Introdução: A dengue é uma doença viral de preocupação mundial que causa inicialmente febre aguda. Ela é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* e é dividida em quatro sorotipos: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4 (PEREIRA et al., 2025). Independente do sorotipo, os sintomas podem variar de leves a graves e até ocasionar o óbito do paciente. Um indivíduo pode contrair mais de um sorotipo da doença ao longo da vida, mas fica imune apenas ao sorotipo que o acometeu. No Brasil, os sorotipos mais encontrados são o DENV-1 e o DENV-2; no entanto, os outros sorotipos também são encontrados (ADELINO, T. et al., 2024). No município de Buritizeiro (MG), em 2024, foram notificados 1.248 casos de dengue (TABNET, 2025). Dessa forma, para investigar quais sorotipos circulavam em Buritizeiro (MG), foi realizada a sorologia dos pacientes com sintomas de dengue no período de 2024.

Materiais e Métodos: Foram coletadas amostras de sangue para isolamento viral de 60 pacientes atendidos até o 5º dia de sintomatologia da dengue no ano de 2024.

Resultados: Por meio da análise sorológica, nove pacientes apresentaram DENV-1, dois apresentaram DENV-2, 35 não apresentaram resultado detectável, houve dois resultados inconclusivos, cinco foram descartados e sete foram suspensos. Dessa forma, no ano de 2024, os sorotipos circulantes encontrados no município de Buritizeiro, entre os pacientes avaliados, foram o DENV-1 e o DENV-2, corroborando as informações fornecidas por Adelino et al. (2024).

Conclusão: Para que tenhamos resultados mais favoráveis, o ideal seria conseguir realizar o exame em todos os pacientes notificados como suspeitos de dengue. Contudo, a demora da população em procurar a Unidade Básica de Saúde e o tempo exato em que a coleta de sangue para isolamento viral pode ser realizada dificultam esse procedimento. Conhecer o sorotipo circulante no município pode auxiliar no monitoramento e na implementação de ações rápidas para impedir a evolução grave da doença.

Palavras-chave: Arboviroses; DENV-1; DENV-2; Buritizeiro

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: ADELINO, T. et al. Resurgence of Dengue Virus Serotype 3 in Minas Gerais, Brazil: A Case Report. *Pathogens* (Basel, Switzerland), 24 fev. 2024. V. 13, n. 3. PEREIRA, J. S. et al. Unravelling dengue serotype 3 transmission in Brazil: evidence for multiple introductions of the 3IIIB.3.2 lineage. *Virus evolution*, 18 maio. 2025. V. 11, n. 1. BRASIL. TABNET. Casos notificados (suspeitos/confirmados) de Dengue por local de residência – Minas Gerais. 18 ago. 2025.

2.36 Impacto de diferentes ações de controle utilizando como referência a densidade de ovos de *Aedes* spp. em Patos de Minas/MG

Autores: Daniele Cristine Nunes, José Bento Pereira Lima, Leon Diniz Alves

Afiliação: Instituto Oswaldo Cruz - IOC/RJ

Os mosquitos do gênero *Aedes*, mais especificamente *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, destacam-se como os principais vetores de arboviroses. Nos últimos anos, houve um aumento considerável na incidência de dengue no Brasil e no mundo, o que tem representado um grande desafio para a saúde pública. O Programa Municipal de Controle de Arboviroses de Patos de Minas/MG trabalha com a instalação de ovitrampas em todo o perímetro urbano, para detectar as áreas mais infestadas ou a presença do vetor em áreas não infestadas. Essas armadilhas também estão sendo utilizadas para avaliar as ações de controle, através da análise do número de ovos de *Aedes* e índices entomológicos. Neste estudo foram avaliados quatro tipos de ação de controle vetorial em áreas distintas, comparando com uma área controle e variáveis climáticas, como temperatura e pluviosidade. Também foi avaliada a suscetibilidade aos inseticidas utilizados nos programas de saúde pública. Os bioensaios evidenciaram que a população de Patos de Minas é resistente aos quatro piretróides avaliados, possível resistência ao organofosforado malathion e susceptibilidade para os neonicotinoides imidacloprida e flupidifurona. O resultado obtido em todas as áreas evidencia a necessidade de um controle integrado do vetor. Na área 02 onde foi realizada combinação de eliminação de criadouros, tratamento focal e pulverização espacial, a redução dos índices entomológicos foi insignificante. Na área 05 onde foram combinados eliminação de criadouros e tratamento focal houve uma redução mais significativa destes índices. A área 06 que foi usada como controle, mantendo apenas ações rotineiras do programa, como visitas domiciliares dos Agentes de Endemias e bloqueios de transmissão em casos positivos de dengue apresentou oscilações possivelmente ocasionadas pela sazonalidade. Na área 08 onde realizamos mutirões de recolhimento de inservíveis houve uma pequena diminuição dos índices seguida de aumento. Na área 11 na qual foi realizada pulverização de forma isolada houve aumento dos índices. Fica evidente que a área com maior redução de densidade de ovos foi aquela em que dois métodos foram associadas, reforçando as recomendações da OPAS, OMS e Ministério da saúde, que o controle do vetor deve ser uma ação integrada. Ficou evidenciado também que o resultado das intervenções não é uniforme, e que fatores como cobertura das intervenções e preferências do mosquito pelos locais podem influenciar os resultados. Os modelos de previsão demonstraram que ainda existe imprevisibilidade e oscilações, reforçando a necessidade de vigilância contínua, adaptações de estratégias conforme a realidade local e participação da população para o sucesso do combate à dengue.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; Controle vetorial; Índices entomológicos.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

2.37 Implantação de ovitrampas nos municípios da Superintendência Regional de Saúde de Sete Lagoas, Minas Gerais

Autores: José Luiz Teixeira; Ronaldo Felex; José da Aparecida dos Santos; Silmeiry Angélica Teixeira

Afiliação: Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais/Superintendência Regional de Saúde de Sete Lagoas.

A Superintendência Regional de Sete Lagoas é composta por 35 municípios e subdividida em duas microrregiões de saúde, Curvelo e Sete Lagoas. A população residente deste território conforme IBGE 2022, conta com um total estimado de 630.000 habitantes e com extensão territorial de 30.650 Km². Com a perspectiva de complementar um dos instrumentos de monitoramentos vigentes, o levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA). As ovitrampas se constituem de um recipiente normalmente preto e de material plástico com interior liso e de um pedaço de madeira com um lado áspero - conhecido como Eucatex® - posto de forma vertical no interior desse. O recipiente é preenchido quase em sua totalidade por água. Seu uso como método de vigilância do Ae. aegypti não é novo, tornando-se ao longo dos anos, importante ferramenta para detecção e controle desse vetor. Essa forma de detecção de ovos de mosquitos foi descrita primeiramente por R.M. Fay e D.A. Eliason em 1966. A implantação das ovitrampas no território da regional de Sete Lagoas, ocorreu de forma gradativa tendo inicialmente um piloto em 4 (quatro) municípios de porte populacional diferentes. Dentre os municípios selecionados para o piloto, o município de Sete Lagoas (com 227.395 habitantes) já tinha implantado a algum tempo as ovitrampas, sendo incluído os municípios de Presidente Juscelino com 3.445 habitantes, Três Marias com 28.895 habitantes, Curvelo 80.665 habitantes, segundo o censo do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. Em seguida, foram realizadas reuniões técnicas com os gestores e técnicos municipais para apresentação da proposta, seguida de apresentação em reunião de Comissão intergestores bipartite (CIB) conjunta para que todos tivessem ciência do projeto piloto de implantação das ovitrampas. A ampliação para os demais municípios ocorreu dentro da Materiais e Métodos estruturada pela Secretaria de Estado da Saúde a partir de 2017, que incluía os municípios sede de microrregião de saúde. O fato da regional de saúde de Sete Lagoas já ter uma experiência prévia e bem-sucedida no piloto supracitado, resolveu se propor aos gestores municipais a implantação, aliando ao LIRA/LIA como uma Materiais e Métodos complementar. Foram objetivos deste projeto ampliar para todo território da SRS/SL a implantação das armadilhas de oviposição denominadas ovitrampas para monitoramento complementar a outras estratégicas de controle do vetor transmissor das Arboviroses. Demostrar através da estratificação de território (bairros), as áreas de risco da proliferação do vetor para implementação e intensificação das ações de controle. Monitorar, em todos os períodos do ano, a dispersão do Aedes para intensificar as estratégicas de controle deste vetor antes da ocorrência de casos de doenças. Esta segunda fase iniciou-se com reuniões de alinhamento técnico interno sobre os principais documentos técnicos e organização de estratégias de

operacionalização de execução prática. Foi incluído apresentação da Materiais e Métodos do uso das ovitrampas em reunião de CIB conjunta e reunião com técnicos municipais de controle de endemias e vigilância epidemiológica. Organização de capacitação de para as equipes de agentes comunitários de endemias (ACE) para as ações operacionais de campo; apresentação de todos os formulários a serem preenchidos e seus devidos tempos; as ações de rotina do procedimento de instalação e retirada das armadilhas ovitrampas; O raio definido foi de 300 metros para a colocação de cada ovitrampa e que estivessem em zona urbana. Que seria colocada com consentimento do morador/colaborador. Quanto ao local de implantação no imóvel, recomendava-se que fosse sombreado e protegido da chuva, bem como do acesso de crianças e animais. A instalação deveria ocorrer a uma altura entre 0,80 m e 1,50 m, em áreas de menor circulação de pessoas e animais. A armadilha permaneceria instalada por um período de 7 dias. Além disso, esta etapa incluía ações de educação em saúde, com a finalidade de sensibilizar e informar a comunidade sobre o novo processo; inclusão do termo de consentimento do morador/colaborador que residia no local programado para a implantação da ovitrampa. Neste momento de operacionalização em campo, as referências técnicas em endemias da regional, estiveram in loco nos municípios acompanhando o processo de implantação/espacialização das ovitrampas. Foi estabelecido cronograma de montagem e retirada das ovitrampas da seguinte maneira: 1º dia - Instalação das armadilhas; 7º dia - Recolhimento das armadilhas 8º dia - Envio das palhetas; 9º dia – Envio das palhetas ao núcleo de entomologia; até 11º dia - Liberação de resultado de contagem de ovos; 15º - Instalação das armadilhas. O cronograma foi expresso em calendário mensal para facilitar a visualização. O procedimento de operacionalização em campo das ovitrampas, passou por várias etapas que deviam ser compreendidas por todos os integrantes das ações e realizadas nos tempos programados, desde o momento da instalação até o momento de inclusão dos resultados no sistema de informação oficial, assim como a utilização dos resultados para tomada de decisões nas ações do controle do vetor nas áreas monitoradas pelas ovitrampas. No Materiais e Métodos, incluiu-se o preenchimento de formulário diário de campo que apresentava desde a instalação até o resultado do laboratório de entomologia. Os Processos de digitação no sistema de informação do Programa nacional de controle da dengue (SisPNCD); Avaliação de indicadores entomológicos Índice de Positividade de Ovitrampas (IPO), Índice de Densidade de Ovos (IDO) e Índice de Densidade Vetorial (IDV); Treinamento de laboratorista para leitura de paleta na contagem de ovos; Processo de envio de paletas para laboratório de referência municipal; Envio de paletas para revisão em laboratório regional para acompanhamento e avaliação de qualidade. Avaliação das condições ambientais com relação ao clima durante a permanência da instalação da ovitrampa no domicílio. Quanto aos insumos, para o piloto foram conseguidos apoio com a regional de saúde de Belo Horizonte e municípios participantes. As armadilhas foram montadas pela equipe técnica da regional e disponibilizadas aos municípios nas quantidades adequadas, assim como os demais insumos necessários. Para a implantação em todos os municípios da regional, na segunda etapa os insumos foram cedidos pela SES/MG, sendo incluído os seguintes itens: Palhetas de compensado, tipo Eucatex no tamanho de 12cm x 3cm, armadilhas (vasilhame escuro),

clipes para fixação da palheta, pincel, contador de ovos, levedo de cerveja (que foi pesado e separado para atendimento por uso em cada instalação), colher dosadora de soro fisiológico caseiro, como medida, tubo dosador de 50 ml, pipeta de 2 ml e caixa para transporte de palhetas. As armadilhas utilizadas foram pequenos vasos de plástico, na cor preta, com capacidade de 300 ml. Contendo uma palheta tipo Eucatex para coletar as oviposição das fêmeas. Perfurado com um orifício na lateral superior do vasilhame para regular o nível da água com levedo de cerveja, garantindo a faixa de oviposição e melhora do rendimento das armadilhas. Alça de arame para ser pendurada no local definido. As ovitrampas foram adequadamente identificadas com número específico, assim como as palhetas nelas utilizadas, evitando serem utilizadas para outra finalidade. Os agentes foram capacitados para realizarem as atividades de rotina de uso da armadilha, desde a instalação e as ações coleta da palheta, limpeza do recipiente e recolocação de nova palheta identificada, assim como o transporte até o laboratório municipal. Cada município organizou caixa para esse transporte evitando a perda de ovos e outras condições de perda das palhetas. Durante esse processo a equipe técnica da regional permaneceu realizando atividades de educação permanente ao monitorar todos os procedimentos, os resultados dos municípios, apoiando in loco diante de necessidades. Foram realizadas várias reuniões com os técnicos municipais para acompanhar e fortalecer as ações de execução em campo. Assim como realizado através de reuniões de CIB conjunta, feedback aos gestores municipais. Os resultados foram alcançados primeiramente por termos conseguido implantar em todos os municípios, um total de 746 ovitrampas e continuarem em uso até a presente data. Os resultados foram e são utilizados durante todo ano para monitorar o comportamento de Aedes; ao identificarem palhetas com altas quantidades de ovos as ações são mobilizadas para o território que compõem o raio da referida ovitrampa; mobilização de ações de pente fino em áreas específicas até o descobrimento do foco gerador, ações de tratamento focal, ações de educação em saúde em áreas delimitadas. Foi um desafio inicial a não flexibilidade por parte do Ministério da Saúde (MS), da realização dos seis ciclos de tratamento focal, a manutenção de mesma Materiais e Métodos do Programa nacional de controle da dengue (PNCD). Os municípios tiveram que se organizar para realizarem as ações do PNCD e ao mesmo tempo operacionalizarem as ovitrampas no território. Foi verificado, o quanto as ovitrampas são sensíveis e sinalizadoras oportunas do aumento da infestação por Aedes. Houve uma boa adesão pelos colaboradores. Permanece como principal desafio, a estratificação de ações de controle do vetor em função da quantidade de ovos identificados por palheta ou outra forma de estratificar as ações de controle de vetor. Conclui-se, que a Materiais e Métodos das ovitrampas é um indicador sensível, oportuno, com baixo custo operacional, portanto exequível em todos os portes populacionais de nossos municípios.

Palavras-chave: Controle de vetores; ovitrampas; vigilância entomológica.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. do Ministério da Saúde, NOTA TÉCNICA N° 3/2025-CGARB/DEDT/SVSA/MS, de Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses.

ses – CGARB, de 05 de julho de 2025. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. LIMA, J. B. P. Materiais e Métodos para amostragem de *Aedes aegypti* por meio de armadilhas de postura (ovitrampas). Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde e Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz.

2.38 Implementação de unidades sentinelas na atenção básica para casos de dengue dos grupos a e b em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2024

Autores: Jessica Cristina de Araújo Faria, Cristiane Augusta de Oliveira Gonçalves

Afiliação: Secretaria de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG

Em 2024, Minas Gerais vivenciou um dos maiores surtos de dengue da última década, com alta taxa de incidência e pressão significativa sobre os serviços de saúde. No município de Conselheiro Lafaiete/MG, observou-se crescimento abrupto das notificações entre janeiro e fevereiro de 2024 sendo declarada situação de emergência em saúde pública por meio do Decreto nº 919 de 1º de fevereiro, o que demandou medidas imediatas para ampliar o acesso à assistência, garantir diagnóstico precoce e reduzir a sobrecarga da rede. Neste contexto, a Secretaria Municipal de Saúde implantou Unidades Sentinelas, com o objetivo de descentralizar os atendimentos, qualificar a vigilância epidemiológica e otimizar o fluxo assistencial durante o pico da transmissão. A ação foi conduzida pela Secretaria Municipal de Saúde por meio do Departamento de Atenção Básica, em articulação com a Vigilância Epidemiológica e o Pronto Socorro Municipal envolvendo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de obras e serviços, equipe administrativa, regulação e apoio logístico. Houve ainda a integração com os setores de transporte e comunicação social para viabilizar a operacionalização das unidades. Entre os dias 05 de fevereiro a 08 de maio de 2024 período de maior circulação viral e de demanda assistencial elevada no município, foram implantadas três Unidades Sentinelas em pontos estratégicos, definidos a partir da análise territorial, a fim de ampliar o acesso e reduzir barreiras geográficas. O processo iniciou-se com a seleção das unidades estratégicas, montagem da estrutura física e designação das equipes. Inicialmente o funcionamento era de segunda a sexta feira, das 7h às 19h atendendo pacientes encaminhados pelas equipes da ESF que eram classificados como grupo B e demandavam soroterapia. À medida que o cenário epidemiológico se intensificou, houve contratação emergencial de 80 profissionais de saúde, ampliando a escala das Unidades Sentinelas, que passaram a funcionar também aos sábados e domingos em caráter de “porta aberta” sem necessidade de prévia triagem na ESF. As equipes realizavam acolhimento e classificação de risco conforme protocolos do Ministério da Saúde e SES/MG, atendimento clínico e de enfermagem, coleta de amostras, solicitação de exames laboratoriais, administração de medicação e hidratação endovenosa para os casos de grupo B, notificação dos casos, encaminhamento de casos graves para unidades de referência, além de monitoramento diário de atendimentos e ajustes operacionais. Foi criado um fluxo para realização de exames laboratoriais, no qual a coleta era realizada na própria Unidade Sentinelas e transportada por motorista da Atenção Básica até o laboratório conveniado, onde a análise ocorria de forma prioritária, permitindo maior agilidade na condução dos casos. Os profissionais das unidades tinham acesso ao resultado por meio do sistema eletrônico. Também foi estabelecido fluxo específico para transporte de pacientes

que necessitassem remoção: casos graves eram encaminhados via acionamento do SAMU ou Corpo de Bombeiros, enquanto situações de menor gravidade contavam com contato direto com o setor de ambulâncias sanitárias para transporte até o Pronto Socorro Municipal. Os medicamentos que não faziam parte dos protocolos da Atenção Básica, como os de uso endovenoso, foram inicialmente fornecidos pela Atenção Especializada até a disponibilização de estoque próprio para as Unidades Sentinelas. A Atenção Especializada também cedeu mobiliários, como cadeiras para medicação, suportes de soro e uma bala de oxigênio para cada unidade, garantindo suporte adequado em urgências até o encaminhamento do paciente ao serviço de referência. Essa estrutura possibilitou resposta rápida, fluxos organizados e articulação direta com a vigilância epidemiológica. Como resultados registraram-se 6.141 atendimentos - número possivelmente superior, tendo em vista que devido ao caráter de urgência imposto pela epidemia, parte dos registros foi realizada em formulários impressos devido à ausência temporária de logins no Prontuário Eletrônico do Cidadão, aguardando cadastro no CNES, não sendo estes atendimentos contabilizados neste resumo. Observou-se redução da sobrecarga nos Postos de Saúde e no Pronto Socorro, maior agilidade na detecção e manejo de casos graves, ampliação da vigilância ativa no território, e fortalecimento da integração entre assistência e vigilância. A experiência evidenciou que Unidades Sentinelas configuraram estratégia de alta efetividade durante epidemias de arboviroses, podendo ser reproduzidas em outros contextos, como nas Síndromes Respiratórias, desde que haja planejamento ágil, definição de pontos estratégicos, disponibilidade de recursos humanos e integração intersetorial. Recomenda-se sua inclusão nos planos municipais de contingência como ferramenta para resposta rápida e ordenamento da rede assistencial.

Palavras-chave: Dengue; Atenção Básica; Epidemia.

Eixo temático: Assistência.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Centro de Operações de Emergência em Saúde – COE Dengue e outras Arboviroses. Fluxograma do manejo clínico da dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Plano de Contingência Estadual para Arboviroses. Belo Horizonte: SES-MG, 2024.

2.39 Inovação tecnológica no combate às arboviroses em Ipatinga/MG: agilidade, otimização de recursos e eficiência no atendimento

Autores: Josiane Marcia de Castro, Vanessa Andrade Ramlow, Nascimento, Elainize Rodrigues do Santos Oliveira, Elisangela Alves Santana, Glauco Cesar Martins, Walisson Medeiros, Igor Gandra Neves, Hélen Cezário

Afiliação: Secretaria Municipal Saúde de Ipatinga/MG

Introdução: A gestão da saúde pública no Brasil enfrenta desafios constantes e complexos, especialmente no que diz respeito ao controle e à prevenção de doenças transmissíveis. Entre essas enfermidades, as arboviroses, como dengue, Zika vírus e chikungunya, configuram-se como graves problemas de saúde pública, uma vez que são transmitidas principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*, vetor adaptável a ambientes urbanos e que se prolifera rapidamente, especialmente em regiões tropicais e subtropicais. O combate eficaz a essas doenças requer ações integradas, rápidas e estratégicas por parte do poder público, que incluem vigilância ativa, engajamento da comunidade, alocação eficiente de recursos e uso de tecnologias que otimizem a gestão dos serviços de saúde. Nesse contexto, a cidade de Ipatinga, localizada no estado de Minas Gerais, deu um passo importante rumo à modernização de suas políticas de saúde pública ao implementar, em 2023, o aplicativo Fala Ipatinga. Esta plataforma digital inovadora foi concebida como uma ferramenta de apoio ao enfrentamento das arboviroses, sendo voltada para a facilitação do processo de denúncias e solicitações de vistorias em imóveis com suspeita de focos de *Aedes aegypti*. A ideia surgiu da necessidade de modernizar o atendimento, reduzir a burocracia e tornar mais ágil o fluxo de informações entre a população e os órgãos de saúde. Anteriormente à digitalização, as denúncias e solicitações eram feitas de forma manual, por meio de formulários físicos ou atendimento presencial, o que acarretava um tempo de resposta mais longo, além de dificultar o gerenciamento das informações. Com a criação do Fala Ipatinga, foi possível não apenas otimizar o monitoramento das áreas de risco, mas também viabilizar uma resposta mais rápida e eficaz às demandas da população. A plataforma passou a permitir que os cidadãos registrassem ocorrências em tempo real, incluindo denúncias de possíveis focos de mosquito e solicitação de visitas das equipes de vigilância sanitária, o que contribuiu significativamente para o controle e prevenção das arboviroses no município. Além disso, a digitalização proporcionou melhorias operacionais, como a integração de dados em um sistema único, georreferenciado e acessível, o que facilitou a logística das equipes de campo e reduziu o tempo necessário para a adoção de medidas corretivas. Essa transformação demonstra o potencial da inovação tecnológica na gestão pública de saúde, permitindo maior eficiência no enfrentamento de surtos epidêmicos e garantindo melhores condições de proteção à saúde coletiva. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a implementação e os impactos do aplicativo Fala Ipatinga no combate às arboviroses no município de Ipatinga. A pesquisa busca compreender como a digitalização das solicitações de vistorias e denúncias relacionadas a *Ae. aegypti* contribuiu para a melhoria da gestão das ocorrências, a agilidade

na resposta das equipes de saúde e a eficácia na contenção de surtos de doenças como dengue, Zika e chikungunya. De forma específica, pretende-se avaliar a eficácia do aplicativo na redução dos prazos de atendimento e na eliminação de focos do mosquito; analisar a melhoria na organização do trabalho das equipes de vigilância e zoonoses a partir do uso da tecnologia; verificar o impacto da ferramenta na participação ativa da população nas ações de controle; identificar os principais resultados obtidos desde a implantação do aplicativo, com base em dados comparativos; e propor recomendações para a continuidade e aperfeiçoamento da estratégia digital no combate às arboviroses.

Materiais e Métodos: A Materiais e Métodos adotada neste trabalho é do tipo relato de experiência, com abordagem qualitativa, considerando o processo de concepção, desenvolvimento, implementação e acompanhamento da plataforma Fala Ipatinga. O projeto foi dividido em etapas sequenciais, com o objetivo de garantir sua eficácia e integração com as práticas de saúde pública já existentes no município. A primeira fase consistiu em um diagnóstico detalhado das necessidades do município, com participação da Vigilância em Saúde, do setor de Zoonoses, da Atenção Básica e da Secretaria Municipal de Saúde. Foram realizadas reuniões técnicas e levantamento de dados que evidenciaram a morosidade no atendimento às denúncias e a dificuldade de comunicação entre a população e os órgãos de saúde. A partir dessa análise, iniciou-se o desenvolvimento do aplicativo, com foco em acessibilidade, usabilidade e eficiência. A segunda etapa envolveu a criação da interface da plataforma, priorizando a linguagem simples, ícones intuitivos e funcionalidades como geolocalização, registro fotográfico dos focos e acompanhamento em tempo real do status da solicitação. Foram realizados testes-piloto em bairros selecionados, o que permitiu identificar falhas e promover ajustes antes da ampliação para todo o município. Posteriormente, foi feita a capacitação das equipes de saúde, incluindo agentes comunitários, agentes de combate às endemias e supervisores. Essa formação teve como foco o uso do aplicativo, o entendimento da triagem das solicitações e a importância da comunicação efetiva com os usuários da plataforma. Paralelamente, a Prefeitura de Ipatinga iniciou uma ampla campanha de divulgação para engajar a população no uso da ferramenta. A mobilização envolveu redes sociais, rádios comunitárias, escolas, unidades básicas de saúde e parcerias com lideranças comunitárias. O objetivo foi sensibilizar os moradores sobre a importância de atuar preventivamente e de colaborar com a vigilância, utilizando o aplicativo para reportar possíveis criadouros do mosquito. A etapa de execução foi acompanhada por um processo contínuo de monitoramento e avaliação. Reuniões periódicas entre os setores envolvidos analisavam os dados coletados, o tempo de resposta, o índice de resolução dos casos e a eficiência operacional das equipes. Quando identificadas falhas ou oportunidades de melhoria, medidas corretivas eram implementadas de forma imediata. Essa abordagem dinâmica garantiu a evolução constante da plataforma e sua adaptação às necessidades reais da população.

Resultados: Desde a implementação do aplicativo Fala Ipatinga, os resultados observados têm sido amplamente positivos e demonstram o potencial da tecnologia na transformação da gestão em saúde pública. Entre os principais avanços, destaca-se o fato de que aproximadamente 80 % das solicitações de vistoria passaram a ser atendidas em até 48 horas, permitindo uma atuação mais ágil e eficaz das equipes na

eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*. Esse tempo de resposta representa uma redução significativa em relação aos períodos anteriores à digitalização. Houve também uma redução de 30 % nas denúncias de casos suspeitos de arboviroses, o que pode ser atribuído à intensificação das ações preventivas e ao aumento da vigilância ativa, viabilizados pelo uso do aplicativo. Em termos quantitativos, o número de atendimentos passou de 633 em 2022 (antes da implantação do sistema digital) para 1.598 em 2023 e 1.454 em 2024, evidenciando uma ampliação substancial na capacidade de resposta do município. Outro resultado relevante foi a implementação de um sistema de triagem digital, que permite classificar automaticamente as denúncias com base em critérios epidemiológicos e geográficos. Isso otimizou o uso dos recursos humanos e logísticos, direcionando as equipes prioritariamente para as áreas com maior risco e reduzindo deslocamentos desnecessários. Com isso, foi possível ampliar a cobertura das ações sem aumentar proporcionalmente os custos operacionais. A transparência do processo também foi aprimorada. A plataforma possibilita que os cidadãos acompanhem o andamento de suas solicitações em tempo real, o que gerou maior confiança no serviço público e reduziu a sobrecarga nos canais tradicionais de atendimento, como telefone e balcões presenciais. Essa mudança contribuiu para a redução de filas e do tempo de espera por informações. Importante ressaltar ainda o impacto social da ferramenta, que se mostrou acessível a qualquer cidadão com um *smartphone*, ampliando o acesso ao serviço e promovendo maior equidade. O aplicativo também incentivou o engajamento da população, que passou a exercer um papel mais ativo no combate às arboviroses, fortalecendo a cultura de corresponsabilidade na promoção da saúde.

Considerações Finais: A experiência de Ipatinga com a implantação do aplicativo Fala Ipatinga evidencia o potencial transformador da tecnologia na gestão da saúde pública. A ferramenta contribuiu significativamente para a modernização dos processos, aumentando a eficiência das ações de controle vetorial e reduzindo o tempo de resposta a surtos de arboviroses. A integração entre diferentes setores, o uso estratégico de dados e a participação ativa da comunidade foram fatores decisivos para o sucesso da iniciativa. Além disso, o projeto demonstrou que investimentos em inovação tecnológica, quando bem planejados e executados, podem gerar impactos positivos de curto, médio e longo prazo, tanto na saúde da população quanto na sustentabilidade do sistema público. A capacitação contínua das equipes, o monitoramento constante dos indicadores e a abertura ao *feedback* da população foram elementos fundamentais para o aprimoramento constante da plataforma. O caso de Ipatinga serve como exemplo para outros municípios que enfrentam desafios similares no controle de doenças endêmicas. A experiência mostra que a digitalização não apenas torna os serviços mais rápidos e eficientes, mas também promove maior transparência, engajamento social e melhoria na qualidade de vida da população. Diante dos resultados alcançados, conclui-se que a incorporação de tecnologias como o aplicativo Fala Ipatinga representa um avanço significativo na gestão da saúde pública municipal, sendo um modelo promissor para políticas públicas em todo o país.

Palavras-chave: Arboviroses; *Aedes aegypti*; Saúde pública; Inovação tecnológica.

Eixo temático: Gestão.

Bibliografia: 1. Avelar RS, Busato IMS, da Costa Rosa I. O uso de tecnologias no enfrentamento das arboviroses no município de Goiandira-GO: proposta de governança sustentável. Rev Meio Amb Sustent. 2022;11(23):106-117. 2. Cruz DMO, et al. Inteligência epidemiológica, investimento em tecnologias da informação e as novas perspectivas para o uso de dados na vigilância em saúde. Cad Saude Publica. 2024;40:e00160523. 3. Vieira AF, et al. Aplicando tecnologia participativa para mapear e combater arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* em redenção. Observ Econ Latinoam. 2023;21(12):27299-27314.

2.40 Integração de ovitrampas e estações disseminadoras de larvicida como estratégia baseada em evidências e baixo custo para o controle da dengue em Cássia, Minas Gerais

Autores: Matheus Vilela Abrão Juliana Guimarães, Laíza Marques Melo, Rodrigo Carrijo De Melo, Matheus Vilela

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Cássia/MG

Contexto: O município de Cássia, no sudoeste de Minas Gerais, enfrenta, há anos, índices elevados de infestação por *Aedes aegypti* e recorrência de casos de dengue, especialmente no período chuvoso. O desafio é duplo: alcançar áreas críticas de forma rápida e com recursos limitados. Para isso, adotou-se um programa integrado que une ovitrampas, reconhecidas desde Fay e Eliason (1966) como ferramenta de monitoramento precoce, e Estações Disseminadoras de Larvicida (EDL), modelo descrito por Régis et al. (2013), como intervenção direcionada. Além da eficácia técnica, a escolha se baseou no baixo custo unitário — aproximadamente R1,93 por ovitrampa e R7,88 por EDL — valores compatíveis com a realidade orçamentária de municípios pequenos. Esses custos tornam viável não apenas a implantação, mas também a manutenção contínua, sem depender de grandes investimentos externos. Envolvidos. O projeto é coordenado pela Vigilância em Saúde de Cássia. Duas pessoas (ACE) cuidam da instalação, retirada e leitura semanal das 44 ovitrampas, e outras duas (ACE) realizam instalação e manutenção quinzenal das 54 EDLs. A comunidade é parte essencial da estratégia: moradores zelam pelas EDLs e garantem o abastecimento de água, fortalecendo o vínculo entre saúde pública e população. Sem esse apoio, seria inviável manter as estações em funcionamento com regularidade e segurança. Quando? O monitoramento com ovitrampas começou no segundo semestre de 2022, formando uma base de dados contínua sobre a infestação. Em 12 de dezembro de 2024 foi instalada a primeira EDL no bairro São Gabriel. Após análise inicial, a expansão ocorreu em 15 de abril de 2025 para os bairros Santa Maria 1, Santa Maria 2 e Santa Maria 3, elevando a cobertura atual para cerca de 15 % da área urbana. Onde? Ovitrampas: 44 unidades espalhadas por áreas estratégicas, abrangendo diferentes perfis de risco. EDLs: 54 unidades posicionadas nos bairros com maiores índices de infestação identificados pelas ovitrampas, incluindo Pontos Estratégicos, sempre em locais sombreados e protegidos. Como foi realizada? Monitoramento contínuo: ovitrampas instaladas e recolhidas semanalmente para contagem de ovos (FAY; ELIASON, 1966). Análise dos dados: seleção de áreas prioritárias com base na densidade de ovos. Implantação das EDLs: recipientes pretos com água e piriproxifen, que impregna as fêmeas; ao visitar outros criadouros, o larvicida é disseminado (RÉGIS et al., 2013). Engajamento comunitário: moradores instruídos para zelar pelas EDLs e reabastecê-las com água. Manutenção quinzenal: ACEs repõem larvicida e verificam as condições das unidades. Análise laboratorial: coleta de larvas e pupas das EDLs para observação em lupa, com registro de pupas defeituosas como primeira evidência do efeito do piriproxifen (FIOCRUZ, 2021). O objetivo do trabalho foi

mensurar de forma concreta a eficácia das EDLs pela análise de larvas e pupas coletadas; capacitar 100 % dos ACE para o manejo e monitoramento das EDLs até dezembro de 2022; ampliar a cobertura das EDLs de 15 % para 30 % da área urbana no mesmo período; manter o monitoramento com ovitrampas como ferramenta de gestão e tomada de decisão (BRASIL, 2009). Resultados: Identificação precisa dos bairros mais infestados por meio das ovitrampas; cobertura inicial de 15 % da área urbana com EDLs, priorizando locais de maior risco; apoio comunitário consistente, reduzindo custos e garantindo a funcionalidade contínua das EDLs; evidência inicial da ação do piriproxifen: coleta de pupas defeituosas e inviáveis nas EDLs; integração eficiente entre monitoramento e intervenção, com uso racional de recursos humanos e materiais. Expectativas: O projeto está em fase inicial, mas com estrutura sólida para crescer. A ampliação gradual da cobertura das EDLs será guiada pelos dados das ovitrampas, garantindo que cada nova instalação atinja áreas de maior impacto. O envolvimento comunitário, aliado ao baixo custo das tecnologias, é o que torna a iniciativa viável e sustentável. A meta é consolidar um modelo de controle vetorial replicável para outros municípios de perfil semelhante, com capacidade de manter ações efetivas contra a dengue mesmo em cenários de orçamento restrito.

Palavras-chave: Controle de Vetores; *Aedes aegypti*; Ovitrampa; Estação Disseminadora de Larvicida; Dengue.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: : FAY, R. W.; ELIASON, D. A. A preferred oviposition site as a surveillance method for *Aedes aegypti*. Mosquito News, v. 26, p. 531–535, 1966. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/page/16129299>. Acesso em: 15 ago. 2025. RÉGIS, L. N. et al. Dissemination stations: a conceptual model for mosquito control. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, v. 108, n. 6, p. 782–787, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mioc/a/RtbG47rLf4cz6cTDFf7RrQm>. Acesso em: 15 ago. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. FIOCRUZ. Curso Estações Disseminadoras de Larvicida. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

2.41 Integração entre agentes de endemias e agentes comunitários de saúde no combate às arboviroses em Cataguases, Minas Gerais, 2020-2025: uma experiência exitosa

Autores: Amanda da Silva Souza, Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira

Afiliação: Secretaria de Saúde de Cataguases/MG

Introdução: O combate efetivo às arboviroses, como dengue, chikungunya e zika, exige estratégias integradas que unam diferentes frentes de atuação em saúde pública. A interação entre a Atenção Básica e a Vigilância em Saúde é fundamental para ampliar o alcance das ações e potencializar resultados (BRASIL, 2009; BRASIL, 2025). Este trabalho relata a experiência de integração entre Agentes de Combate a Endemias (ACE) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no município de Cataguases-MG, iniciada em 2020, que resultou em avanços significativos na prevenção e controle das arboviroses. O objetivo do trabalho foi descrever a experiência de integração entre ACE e ACS no combate às arboviroses em Cataguases, evidenciando resultados, desafios e contribuições para a saúde pública local.

Materiais e Métodos: Trata-se de um relato de experiência com abordagem descritiva. As ações conjuntas envolveram: Seleção de bairros com maior notificação de casos suspeitos de arboviroses, com base nos dados do Levantamento de Índice Rápido para Aedes aegypti (LIRAA) e monitoramento por ovitrampas; Reuniões periódicas para alinhamento das ações e capacitações técnicas; Visitas domiciliares conjuntas de ACE e ACS; Acompanhamento em campo, com atuação integrada da Atenção Básica (identificação precoce de casos suspeitos) e da Vigilância em Saúde (medidas de controle vetorial).

Resultados e Discussão: Entre 2020 e 2025, observou-se maior agilidade na identificação e resposta aos focos do vetor, melhor comunicação entre setores e ampliação da cobertura das ações. A presença simultânea de ACE e ACS nas visitas domiciliares aumentou a efetividade das orientações à população, reforçando a importância das medidas preventivas. A parceria também contribuiu para melhorar a percepção comunitária sobre a relevância do controle vetorial e das notificações de casos suspeitos.

Conclusão: A integração entre ACE e ACS, articulando Atenção Básica e Vigilância em Saúde, mostrou-se uma estratégia eficiente para o enfrentamento das arboviroses em Cataguases. O modelo de trabalho adotado, baseado na colaboração intersetorial e na atuação simultânea em campo, trouxe resultados positivos e pode servir de referência para outros municípios com desafios semelhantes.

Palavras-chave: Arboviroses; Integração; Vigilância em Saúde; Atenção Básica; Controle Vetorial.

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social, Gestão.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. O Agente Comunitário de Saúde no controle da dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para prevenção e controle das arboviroses urbanas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

2.42 Interrompendo o ciclo de transmissão homem-vetor-homem de arboviroses em Lassance/MG

Autores: Flávia Grassiano de Paula, Robson Cardoso Pires, Jaquecele Aparecida Rodrigues

Afiliação: Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Lassance

Introdução: A dengue, cuja manifestação mais grave é a dengue hemorrágica, é considerada uma doença infecciosa em intensa expansão no mundo. Cerca de três bilhões de pessoas encontram-se em risco de contrair o vírus e anualmente são registrados 50-100 milhões de caso de dengue clássica e cerca de 500 mil internações por febre hemorrágica, chegando a uma mortalidade de 5 % nestes casos (TAUIL, 2002). Diversos fatores de risco estão relacionados com presença da doença e do vetor. Destacando-se como fatores fundamentais para definir o padrão de transmissão: crescimento populacional, migrações, viagens aéreas, urbanização inadequada, mau funcionamento dos sistemas de saúde e densidade populacional (TAUIL, 2002). O modelo de prevenção adotado nas práticas de prevenção do dengue mostra-se ainda marcado pelo higienismo/campanhismo, pois as ações se voltam prioritariamente para o combate ao vetor; são setoriais (setor saúde), realizadas por agentes de saúde; se dão para a higienização do ambiente em que as noções de limpeza/ pureza e risco/perigo são enfatizados (RANGEL, 2008). Como consequências disso, as ações acabam por estigmatizar locais e pessoas, comprometendo a construção de laços de solidariedade entre os moradores de periferias da cidade, as ideias centrais dos discursos circulantes sobre dengue, que atribuem a culpa de contrair dengue aos próprios doentes, que seriam pessoas que mantêm os criadouros, consideradas imprudentes e sem consciência. E ocorre a ideia de que é a população que não tem responsabilidade, é descuidada, não comprehende e não tem informação. Chiaravalloti et al. (2002), observam que a aplicação domiciliar do larvicida pode se constituir em um fator de inibição à adesão aos programas de prevenção, pois os agentes desconhecem ou desconsideram os valores e crenças da população, que nem sempre aceita de bom grado sua entrada nos domicílios. Como objetivos do trabalho, tem-se: controlar surtos e epidemias de dengue; interromper o ciclo de vida do vírus; impedir a transmissão do vírus para o hospedeiro (homem); impedir o contato do mosquito com o homem doente; impedir a contaminação do mosquito com outro soros tipos. **Materiais e Métodos:** Lassance, uma cidade situa-se na região norte de Minas Gerais, com uma população de 7.124 habitantes e área territorial de 3214 Km². Está localizada em uma região propicia para o desenvolvimento do mosquito Aedes aegypti, com temperatura elevada e chuvas isoladas. Tendo registrado em 2024, 1.434 casos de dengue e vivenciado pelo município, aproximadamente a contaminação de 1.600 pessoas, ou seja, um terço da população. Deste então está sendo realizado projeto piloto no município, na tentativa de controlar a doença. Inicialmente, toda a equipe de saúde, Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Endemias, médicos, enfermeiros, educador em saúde e técnicos de enfermagem formados e instruídos para executar este projeto. Tanto no trabalho domiciliar, quanto na unidade de saúde. O trabalho de controle da

doença é todo preventivo e é executado pela equipe de Saúde Pública Municipal, através da Estratégia de Saúde da Família e pela Vigilância em Saúde e a Vigilância Ambiental, com ações de educação em saúde na comunidade pelos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias e ações imediatas na identificação de um caso suspeito e quando o paciente der entrada no serviço de saúde. Identificação Precoce do Paciente Suspeito e Ações de Bloqueio. Sabe-se que, a transmissão do ser humano para o mosquito ocorre enquanto houver presença de vírus no sangue do ser humano. Este período começa um dia antes do aparecimento da febre e vai até o 6º dia da doença, dependendo da carga viral. No mosquito, após um repasto de sangue infectado, o vírus vai se localizar nas glândulas salivares da fêmea do mosquito, onde se multiplica depois de 8 a 12 dias de incubação. A partir deste momento, é capaz de transmitir a doença e assim permanece até o final de sua vida (6 a 8 semanas). O nosso objetivo refere-se à interrupção do ciclo de vida do vírus, através da proteção físico-química do homem doente. Então os Agentes Comunitários de Saúde, realizam durante as visitas domiciliares, intensa campanha de observação dos sintomas, durante o período endêmico e fora do período, para identificar precocemente pacientes suspeitos (CID R509) e iniciar imediatamente as ações de bloqueio e encaminhá-lo para a unidade de saúde para avaliação e notificação. Por outro lado, o paciente, ao dar entrada no serviço de saúde, com o primeiro sintoma será imediatamente notificado, dando início às ações de bloqueio. Após a avaliação pela equipe na Unidade de Saúde, o paciente que confirmar clinicamente um caso de dengue, receberá imediatamente em sua residência, uma equipe de saúde formada por um enfermeiro, um agentes de zoonose e um agente de saúde, com objetivo de avaliar outros moradores que estejam na residência, avaliar o quintal em busca de focos e/ ou larvas, realização de fumacê costal e limpeza do ambiente para eliminação de criadouros. Ações de proteção: o paciente com sintomas suspeitos será avaliado pela equipe de saúde, receberá orientações sobre o tratamento e receberá repelente para pele, os agentes vão andar no quintal e tampar as caixas, tambores, ralos de fossa com tampas, os agentes de endemias identificam no seu território todos os recipientes que precisam de ser tampados e fazem o tratamento deste recipiente e tampam com tela que são confeccionadas pela secretaria de saúde. Telas de 1000 litros, de 500 litros, de 250 litros de 200 litros e tampas para cano de fossa de todos os tamanhos. A cada focal verificamos se a tela está rasgada ou precisa ser trocada, os agentes de endemias fazem a troca, os agentes de saúde juntamente com o enfermeiro orientam os familiares para utilização de vestuário, como calças e blusas compridas, durante os 6 primeiros dias de sintomas, que é o período em que ele transmite o vírus para o mosquito, caso seja picado. Com objetivo de impedir o contato do *Ae. aegypti* com o homem doente, é também entregue um repelente para a família fazer a aplicação de 3 em 3 horas. Desta forma, o mosquito sadio não será contaminado pelo tipo de vírus circulante no homem doente, não transmitindo para sua prole o vírus. Assim impediremos a infecção do mosquito com outros sorotipos. Então será quebrado o ciclo de vida do vírus, diminuindo a possibilidade de novas infestações sem interferir na cadeia alimentar. Com as ações de bloqueio não se pretende impedir o contato de *Ae. aegypti* com o homem, para não interferirmos na cadeia alimentar do inseto, visto que, caso isso

ocorra, o inseto poderá picar outro animal susceptível mais próximo. Pretendemos impedir o contato com o homem doente, no período de viremia, para protegernos o inseto de adquirir o vírus. Atividade Preventiva de infecção pelo Vírus. Aliada a esse processo, as escolas municipais e estaduais, a vigilância em saúde, as Unidades Básicas de Saúde mantêm o trabalho de educação em saúde e eliminação dos focos de proliferação do mosquito, realizando gincana nas escolas para aquisição de garrafas pet, pneus, material que possa acumular agua, parada na cidade para alerta a população sobre a doença, blitz educativas entregando folhetos educativos, mutirões de limpeza de bairro em bairro entregando sacos de lixo para os moradores retirarem os materiais em desuso. Resultados esperados: projeto é um trabalho simples, de baixo custo, de fácil execução pela equipe de saúde, além de envolver a participação da comunidade. Espera-se causar impacto na saúde local, visto que será iniciada uma nova estratégia com foco no homem doente, aliada às atuais estratégias focadas na eliminação do vetor, espera-se a curto prazo, reduzir a incidência de dengue e a disseminação dos quatro sorotipos.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; controle de vetores; epidemia.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: DONALISIO, Maria Rita e GLASSER, Carmen Moreno. Vigilância entomológica e controle de vetores do dengue. Rev. bras. epidemiol. [online], vol. 5, no. 3, pp. 259-279, 2002 GONCALVES NETO, Vicente Silva; MONTEIRO, Silvio Gomes; GONCALVES, Azizedite Guedes e REBELO, José Manuel Macário. Conhecimentos e atitudes da população sobre dengue no Município de São Luís, Maranhão, Brasil, 2004. Cad. Saúde Pública [online], vol. 22, no. 10, pp. 2191-220, 2006. MONDINI, Adriano e CHIARAVALLOTTI NETO, Francisco. Variáveis socioeconômicas e a transmissão de dengue. Rev. Saúde Pública [online], vol. 41, no. 6, pp. 923-930, 2007. RANGEL, Maria Lígia. Dengue: educação, comunicação e mobilização na perspectiva de controle- propostas inovadoras. Debate comunicação saúde educação v.12, n.25, p.433-41, abr./jun. 2008 SALES, Fátima Maria de Sousa. Ações de educação em saúde para prevenção e controle da dengue: um estudo em Icaraí, Caucaia, Ceará. Ciênc. saúde coletiva [online], vol. 13, no. 1, pp. 175-184, 2008

2.43 Medina/MG unida contra a dengue: mobilização comunitária e ações integradas de vigilância e controle das arboviroses

Autores: Reinaldo Gil Gomes, Marcos Pereira Guimaraes, Viviane Teixeira Da Silva, Sely Junio Martins Amaral, Alexsandro Pereira Rodrigues

Afiliação: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Secretaria Municipal de Saúde de Medina/MG, Secretaria Municipal de Transporte, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ONGs, Associações, Escolas municipais, Escolas Estaduais

O município de Medina-MG, localizado no Vale do Jequitinhonha, enfrenta sazonalmente desafios no enfrentamento às arboviroses, em especial dengue, chikungunya e Zika, agravados por fatores ambientais, urbanização acelerada e acúmulo inadequado de resíduos sólidos. Nesse cenário, o projeto “Medina Unida contra a Dengue: Mobilização Comunitária e Ações Integradas de Vigilância e Controle das Arboviroses” foi estruturado como resposta coletiva e inovadora para reduzir a incidência da doença e fortalecer a responsabilidade social. A ação contou com a articulação intersetorial entre Secretaria Municipal de Saúde, Obras, Transporte, Meio Ambiente, empresa de coleta de resíduos, Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate a Endemias (ACE), escolas municipais e estaduais, associações comunitárias, ONGs e lideranças religiosas. O projeto integrou três eixos estratégicos: 1) Mobilização comunitária com campanhas de comunicação, oficinas educativas, palestras e rodas de conversa em escolas, unidades de saúde e espaços sociais, ampliando o alcance das mensagens de prevenção; 2) Ações intersetoriais com mutirões semestrais de limpeza de quintais, lotes vagos e espaços públicos, organizados em parceria com ACS, moradores e setores de infraestrutura; 3) Vigilância e controle vetorial por meio de visitas domiciliares, monitoramento por LIRAA, coleta de dados epidemiológicos, capacitação continuada de agentes e resposta rápida às notificações. Os resultados alcançados foram expressivos: houve redução significativa de casos prováveis de dengue de 448 registros no ano anterior para apenas 6 no período de execução, refletindo impacto direto na saúde pública local. Além disso, ampliou-se a participação popular em mutirões e campanhas educativas, fortalecendo o vínculo entre poder público e comunidade. O projeto demonstrou coesão, consistência e clareza na execução, promovendo mudanças culturais no comportamento coletivo, especialmente entre crianças e adolescentes, sensibilizados a atuar como multiplicadores da prevenção. A experiência destacou-se pela originalidade ao transformar a educação em saúde em eixo estruturante, com a campanha escolar “Eu cuido do meu quintal”, aliando conhecimento prático e responsabilidade comunitária. Sua articulação intersetorial garantiu maior eficiência na limpeza urbana, integração das políticas públicas e sustentabilidade das ações. Ademais, mostrou-se plenamente reproduzível, podendo ser adaptado a municípios de pequeno e médio porte com condições socioambientais semelhantes, sem necessidade de investimentos onerosos, apenas otimizando os recursos humanos e logísticos já disponíveis. Como expectativa, busca-se consolidar esta metodologia como modelo de enfrentamento replicável para outros municípios do Vale do

Jequitinhonha e do estado de Minas Gerais, contribuindo para a redução da morbimortalidade por arboviroses. O trabalho reafirma que a união entre gestão pública, profissionais de saúde e sociedade civil é fundamental para transformar indicadores epidemiológicos e construir territórios mais saudáveis.

Palavras-chave: Dengue; Mobilização Social; Controle Vetorial; Educação em Saúde; Participação Comunitária.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, Mobilização e Comunicação Social, Gestão.

Bibliografia: CARTILHA CAMPANHA CONTRA A DENGUE UBEC - [www.ubec.edu.br/uploads/2024/02/Dengue-diagn%C3%B3stico-e-manejo-cl%C3%ADnico---adulto-e-crian%C3%A7a-\(MS\)-Fund%C3%A7%C3%A3o-Oswaldo-Cruz-\(Fiocruz\)-.pdf](http://www.ubec.edu.br/uploads/2024/02/Dengue-diagn%C3%B3stico-e-manejo-cl%C3%ADnico---adulto-e-crian%C3%A7a-(MS)-Fund%C3%A7%C3%A3o-Oswaldo-Cruz-(Fiocruz)-.pdf) www.portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca.

2.44 Mobilização e comunicação social sobre as arboviroses: dengue, Zika, chikungunya e febre amarela no município de Tabuleiro/MG

Autores: Flávia Lauriano Dias, Cristiane de Fátima Bento

Afiliação: Secretaria de Saúde de Tabuleiro/MG, Setor de Vigilância em Saúde/Epidemiologia

Introdução: De acordo com o Guia Prático das Arboviroses¹, no Brasil, a Estratégia Saúde da Família (ESF), estruturada a partir da organização territorial, é o modelo prioritário para apoiar a população no enfrentamento das questões de saúde pública. A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui o principal espaço de cuidado, sendo responsável pela maior parte dos atendimentos e pela construção de vínculos de confiança entre profissionais e usuários, possibilitando acompanhamento contínuo. Para a redução da morbimortalidade, é fundamental que a APS, além de contar com o potencial da ESF, esteja devidamente organizada e estruturada, com equipes capacitadas para atender às demandas de saúde da comunidade. Nesse sentido, a realização de atividades de educação permanente voltadas aos profissionais é indispensável, assim como o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças e agravos¹. O território coberto pelas unidades de saúde passa por constantes alterações, o que torna indispensável conhecê-lo em profundidade, percorrendo suas diferentes áreas - ruas, ladeiras e vielas - para integrar ao planejamento e à organização do acesso informações sobre o ambiente, as condições de vida e a moradia da população. Nesse cenário, é imprescindível que os indicadores de vigilância em saúde reconheçam a relevância dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), que, junto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), têm papel essencial na definição de prioridades e na condução de ações de busca ativa de casos suspeitos nos territórios com maior incidência de arboviroses¹. As arboviroses, como dengue, Zika, chikungunya e febre amarela, representam importantes desafios de saúde pública no Brasil, devido à alta incidência e à dificuldade de controle do vetor *Aedes aegypti*, especialmente em regiões tropicais e subtropicais^{5, 6}. Em Minas Gerais, surtos recorrentes têm sido influenciados por fatores climáticos, socioambientais e pela densidade populacional⁶. A Estratégia Saúde da Família (ESF) é apontada como eixo central para prevenção e manejo dessas doenças, articulando vigilância epidemiológica, mobilização comunitária e educação em saúde^{3, 6}. No município de Tabuleiro/MG, localizado na Zona da Mata, a mobilização social tem se destacado como ferramenta estratégica para reduzir índices de infestação e engajar a comunidade na prevenção. O objetivo do trabalho foi implementar e avaliar ações de mobilização e comunicação social para a prevenção e o controle das arboviroses no município de Tabuleiro/MG, visando reduzir a incidência de casos, ampliar o conhecimento da população e fortalecer a participação comunitária no combate ao *Aedes aegypti*.

Materiais e Métodos: Trata-se de estudo descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, realizado entre janeiro e maio de 2025, conduzido pela Secretaria Municipal de Saúde de Tabuleiro/MG. É um município do Estado de Minas Gerais, localizado

na Zona da Mata, com a latitude de 43º09'40" Sul e a longitude de 21º18'10" Oeste, situado as margens do Rio Formoso, no Km 56 da MG-133, possui uma área de 211 Ha e limita-se com os municípios de Piau, Rio Novo, Guarani, Rio Pomba, Santos Dumont, Aracitaba e Mercês⁴. Segundo o censo promovido pelo IBGE no ano de 2022, o município possui aproximadamente 4.014 habitantes², distribuído em cinco bairros urbanos e sete comunidades rurais, contando com uma UBS 24 horas, dois PSF (urbano e rural), quatro Agentes de Combate a Endemias e equipe multiprofissional de apoio (eMulti). Para o alcance dos objetivos foram adotadas algumas ações em saúde, tendo como estratégias campanhas educativas na rádio local, redes sociais do município, carro de som, panfletagem e cartazes, parcerias com escolas (palestras, atividades lúdicas, desenhos para colorir e enfeites temáticos para as crianças/adolescentes), Feiras da Saúde (ação conjunta dos setores da saúde para mobilização de todas as temáticas da saúde para trazer a população a conscientização, a promoção, proteção e recuperação da saúde, realizada em um final de semana), mutirões de limpeza e eliminação de criadouros, armadilhas semanalmente, bloqueios UBV leve, vistorias em loteamentos, pontos estratégicos de 15 em 15 dias, e atuação sistemática dos Agentes de Combate a Endemias, Agente Comunitário de Saúde, ESF, eMulti, Secretaria de Saúde e outros setores da prefeitura municipal de Tabuleiro. O público alvo é a população residente na área de abrangência da ESF, famílias em áreas de maior risco epidemiológico, especialmente em locais com histórico de alta incidência ou infestação pelo *Aedes aegypti*, grupos vulneráveis tais como gestantes, devido ao risco de Zika congênita e complicações da febre amarela; crianças menores de 5 anos e idosos as quais são mais suscetíveis a formas graves; pessoas com comorbidades, como hipertensão, diabetes e imunossupressão; estudantes e comunidade escolar, para promover educação em saúde desde a infância; trabalhadores expostos ao ar livre, como agentes de limpeza urbana, obras e agricultura. O monitoramento da infestação foi realizado pelo Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA/LIA), com um acompanhamento no mês de janeiro de 2025 e outro acompanhamento para um comparativo no mês de maio de 2025. Resultados: As ações resultaram em aumento do conhecimento da população sobre a transmissão, os sintomas, a prevenção e a importância do diagnóstico precoce, com uma maior adesão comunitária as práticas preventivas das arboviroses no município de Tabuleiro. O engajamento efetivo da comunidade, foi e está sendo observado nas ações práticas, como no descarte do lixo, na limpeza dos quintais dos locais propensos a focos, e no aumento de denúncias de locais com possíveis focos, através dos canais de comunicação abertos a comunidade pela Secretaria de Saúde. A experiência reforça que as ações integradas de comunicação social, educação em saúde e vigilância vetorial contínua, são mais eficazes que medidas isoladas^{3, 6}, pois promovem mudanças comportamentais e fortalecem a corresponsabilidade comunitária. As ações foram efetivas e eficazes e como resultado, houve a redução do índice de infestação de 4,1 % em janeiro para 0 % em maio de 2025, conforme o comparativo feito no monitoramento pelo LIRAA/LIA. Conclusão: A experiência de Tabuleiro/MG demonstra que a mobilização e a comunicação social são determinantes para o controle das arboviroses. A integração entre poder público, comunidade, instituições de ensino e profissionais de saúde viabiliza resultados sustentáveis,

reduzindo a incidência de casos e fortalecendo a vigilância epidemiológica. A manutenção e ampliação dessas ações são essenciais para garantir ambientes mais seguros e saudáveis, prevenindo surtos futuros.

Palavras-chave: Dengue; Mobilização Social; Controle Vetorial; Educação em Saúde; Participação Comunitária.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, Mobilização e Comunicação Social, Gestão.

Bibliografia: CARTILHA CAMPANHA CONTRA A DENGUE UBEC - [www.ubec.edu.br/uploads/2024/02/Dengue-diagn%C3%B3stico-e-manejo-cl%C3%ADnico-%E2%80%93-adulto-e-crian%C3%A7a-\(MS\)--Fund%C3%A7%C3%A3o-Oswaldo-Cruz-\(Fiocruz\).pdf](http://www.ubec.edu.br/uploads/2024/02/Dengue-diagn%C3%B3stico-e-manejo-cl%C3%ADnico-%E2%80%93-adulto-e-crian%C3%A7a-(MS)--Fund%C3%A7%C3%A3o-Oswaldo-Cruz-(Fiocruz).pdf) -www.portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca

2.45 Mobilização Social nas Escolas e Programa Saúde da Família: troca de material escolar como estratégia inovadora no combate à dengue em Teófilo Otoni/MG

Autores: Thadeu Ramalho da Silva, Marisa Gomes

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Teófilo Otoni/MG

Introdução: A dengue continua sendo um grande problema de saúde pública no Brasil, somente em 2024 o número de casos de dengue atingiu o recorde de 6,6 milhões, resultando em pelo menos 6.016 mortes pela doença.[1] Na comparação com o ano anterior, o número de casos aumentou em 400 % e ultrapassou a quantidade de casos e óbitos decorrentes de COVID-19.[2][3]. Ações como palestras, mutirões de limpeza e oficinas lúdicas ajudam a transformar moradores em agentes ativos de prevenção, por sua vez, o envolvimento de lideranças locais - comunitárias, religiosas ou políticas - é crucial para ampliar o alcance e o impacto dessas campanhas. Uma revisão de estudos científicos destacou que ações educativas articuladas com controle vetorial, mobilização social e uso de biológicos são fundamentais para enfrentamento efetivo das arboviroses.[4] A dengue não pode ser tratada apenas como doença - é também um desafio cultural, educativo e coletivo. A educação em saúde e a mobilização comunitária são ferramentas poderosas que, bem articuladas e ampliadas, podem reduzir a transmissão e salvar vidas. Frente ao constante estado de alerta frente ao avanço dos casos de dengue, a educação em saúde passa a assumir posição de destaque, sendo percebida como uma das estratégias de prevenção essencial capaz de induzir a construção de uma sociedade sustentável, promovendo mudanças culturais e sociais que favorecem melhorias socioambientais, ao mesmo tempo em que desenvolve competências necessárias para a compreensão dos cuidados individuais e coletivos com o meio ambiente, indispensáveis para manutenção de ambientes isentos dos riscos de reprodução do vetor. Este estudo parte de uma estratégia acordada no Comitê Municipal de Combate à Dengue, onde foi discutida a formulação de uma estratégia capaz de integrar vários agentes públicos para além das Secretaria de Saúde e Educação, como a Secretaria de Meio Ambiente e os Serviços Urbanos; não menos importante deveria contemplar um fator motivador para participação da comunidade. Assim nasce o projeto “Troca-Troca”, onde a comunidade troca objetos recicláveis acumuladores de água por material escolar, sendo que a escola ganha ainda novos materiais para as práticas das atividades de educação física e todos os objetos arrecadados são doados a uma entidade de catadores de materiais recicláveis. Os objetivos do trabalho foram: mobilizar a comunidade escolar para reduzir os focos do Aedes aegypti por meio da troca de materiais escolares; sensibilizar alunos, professores e familiares sobre prevenção da dengue; incentivar a remoção de objetos recicláveis que acumulam água; promover engajamento local por meio da educação e da solidariedade. **Materiais e Métodos:** Para atingir os objetivos foi inicialmente acordado que a Secretaria de Meio Ambiente e de Serviços Urbanos seriam responsáveis por disponibilizar materiais de armazenamento para alocar os objetos reci-

cláveis arrecadados, bem como do transporte destes até a uma associação de catadores de materiais recicláveis. A Secretaria de Saúde selecionou escolas municipais e PSFs em bairros, cujos históricos de alta vulnerabilidade social se associam a uma incidência persistente de notificações e casos confirmados de dengue, parte atribuído a má qualidade da prestação de serviço de abastecimento de água potável, que aumenta o acúmulo de água em vasilhames, frente aos constantes cortes de abastecimento. Foram ainda gerados materiais gráficos informativos, utilizados pela equipe da saúde, durante palestras ministradas nas escolas, adquiridos materiais escolares e esportivos, sendo ainda os agentes comunitários de endemias locais, promotores da divulgação da ação. Com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação, foi gerado um painel com as informações de notificações de casos de dengue, capaz de mensurar os casos de acordo com o endereço do morador e consequentemente por bairro do município, sendo os dados disponíveis neste utilizados para avaliar os impactos das ações. Resultados: Foram realizadas 15 ações (Tabela 1) de janeiro a novembro de 2024, considerando o perfil de vulnerabilidade social das comunidades, bem como a conhecida incidência alta de casos de dengue nos moradores. Os materiais eram distribuídos de acordo com a quantidade e capacidade de armazenamento de água para, de maneira que os cadernos que possuíam um peso maior, eram trocados por 10 garrafas plásticas de 2 litros ou por 30 latinhas. Mas a discussão baseia-se no quantitativo total, tendo sido distribuídos 32.792 materiais escolares além de 8 kits esportivos com bolas, redes e petecas. Com este quantitativo foram retirados das comunidades 86.376 objetos passíveis de acúmulo de água e consequente local de proliferação de larvas de *Aedes aegypti*. Mesmo diante da ausência de sazonalidade de picos de notificações, na epidemia de dengue de 2024, observou-se nas áreas onde foram desenvolvidas as ações uma média de diminuição da incidência nas áreas afetadas de 4,11 %, quando comparados ao mesmo período do ano de 2023, e por consequente a queda no número de casos confirmados e casos com sintomas de gravidade. Verificou-se também, por percepção dos profissionais de educação, uma queda nas ausências dos alunos, com relato de dengue, cabendo a este um estudo específico. Conclusão: A dengue permanece como um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil, exigindo estratégias de prevenção que ultrapassam o campo da assistência médica. Nesse contexto, as ações educativas representam um instrumento indispensável, pois estimulam mudanças de comportamento e fortalecem o senso de responsabilidade coletiva no combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Ao investir em programas de educação em saúde - seja em escolas, comunidades, unidades de saúde ou meios de comunicação - promove-se o engajamento social, favorecendo a eliminação de criadouros e a adoção de práticas preventivas no dia a dia. A experiência mostra que, quando a população está informada e mobilizada, além de utilizar de prática que incentivem sua participação, os resultados são mais duradouros e sustentáveis. Portanto, a consolidação de campanhas educativas permanentes, integradas a ações de vigilância, saneamento e mobilização comunitária, é fundamental para reduzir a incidência da dengue e proteger vidas. A luta contra essa doença só será vitoriosa quando cada cidadão compreender seu papel ativo na prevenção, transformando conhecimento em atitudes concretas.

Palavras-chave: Mobilização social; epidemia; dengue

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social

Bibliografia: . Dengue: Brasil bate recorde de casos e tem desafios para conter vírus em 2025. VEJA. Consultado em 21 de fevereiro de 2025 2. Dengue aumentou 400 % no Brasil em 2024 em comparação ao ano passado | Cofen. COFEN | Conselho Federal de Enfermagem. 18 de outubro de 2024. Consultado em 21 de fevereiro de 2025 3. O ano começa com uma nova explosão de casos de dengue – e falta de vacina. VEJA. Consultado em 21 de fevereiro de 2025 4. Dias, I.Q.R; et all. Ações educativas de enfrentamento ao *Aedes aegypti*: revisão integrativa. TEMAS LIVRES • Ciências. saúde coletiva 27 (01) 17 Jan 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.3331202>. Consultado em 17 de outubro de 2024

2.46 Monitoramento do tratamento focal em Belo Horizonte/MG: uso de ferramentas digitais para análise em tempo real das ações de vigilância e controle de *Aedes aegypti*

Autores: Daniele Oliveira Abrão Leal, Cláudia Maria Bernardi Capistrano, Eduardo Viana Gusmão, Eliete Guizilini Moreira de Carvalho, Mariana Almeida Carneiro, Renato Pereira de Novais Neto

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG

O enfrentamento das arboviroses urbanas exige estratégias integradas e contínuas de vigilância e controle do vetor *Aedes aegypti*. Entre essas, o tratamento focal permanece como uma das ações centrais da vigilância entomológica, envolvendo a eliminação ou tratamento químico de depósitos de água propícios à proliferação de larvas. Em Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Saúde (SMSA/PBH) realiza cinco ciclos anuais de tratamento focal, cobrindo todo o território urbano. A partir de 2022, passou-se a adotar ferramentas digitais para lançamento em tempo real dos dados, permitindo não apenas registrar o trabalho de campo de forma imediata, mas também consolidar informações estratégicas em relatórios gerenciais e epidemiológicos. Essa inovação visa aumentar a agilidade na análise dos dados, otimizar o direcionamento das equipes e ampliar a capacidade de resposta frente a cenários de risco. Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência da SMSA/PBH na criação e implementação de um Sistema integrado de zoonoses para lançamento das atividades durante o tratamento focal e um Painel de *Business Intelligence* (BI) destacando indicadores estratégicos e desafios operacionais. Como objetivos específicos a realização de registro digital imediato das visitas durante o tratamento focal; produção de relatórios gerenciais em tempo real, incluindo áreas trabalhadas, visitas por profissional, situação de difícil intervenção, depósitos tratados, larvicida gasto e censo animal; identificação de obstáculos à execução do tratamento focal, como imóveis desocupados, terrenos baldios e residências com acumuladores e ampliação da transparência e a capacidade de tomada de decisão das equipes de vigilância e gestores municipais. O estudo foi realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, abrangendo todo o território urbano, durante os ciclos anuais de tratamento focal de 2023 a 2025. As equipes de zoonoses realizaram as visitas domiciliares e peridomiciliares, com o objetivo de identificar e eliminar depósitos de água ou aplicar larvicida quando não fosse possível a eliminação. Foram considerados todos os tipos de depósitos: pequenos (baldes, vasos, recipientes), médios (caixas d'água destampadas, tonéis) e de difícil acesso. O lançamento em tempo real dos dados foi realizado por meio de dispositivos móveis, alimentando um banco de dados central em tempo D-1. Os campos de registro incluíram: endereço e área trabalhada; nome do profissional responsável pela visita; tipo de vistoria: intra e peridomicílio; situação encontrada: imóveis fechados, para alugar, terrenos baldios, acúmulo de resíduos (“bota-fora”), moradores com transtornos de saúde mental ou acumuladores; quantidade de depósitos eliminados e tratados; quantidade de larvicida utilizado e censo. O regis-

tro digital foi realizado em dispositivos móveis, alimentando automaticamente um banco de dados centralizado. Os campos incluíram: endereço visitado, área trabalhada, nome do profissional responsável, tipo de vistoria, situação encontrada (imóvel fechado, para alugar, terreno baldio, “bota-fora”, acumuladores ou situações de vulnerabilidade social), quantidade de depósitos eliminados ou tratados, quantidade de larvícida utilizada e censo animal. A implementação do registro digital em tempo real para o tratamento focal em BH consolidou-se como uma prática inovadora de vigilância e controle vetorial. O uso de tecnologia aplicada ao trabalho de campo permitiu maior agilidade na tomada de decisão, otimização do trabalho das equipes e fortalecimento da articulação intersetorial frente a situações de difícil intervenção. O painel de BI gerado a partir dos dados do tratamento focal oferece subsídios fundamentais para gestores e profissionais, permitindo: identificação precoce de áreas críticas; monitoramento individualizado da produtividade dos agentes; planejamento racional do uso de larvicidas; registro das barreiras sociais e ambientais ao controle do vetor; integração de informações relevantes como censo animal. O tratamento focal ganha novo valor quando associado à inovação tecnológica de registro em tempo real. O sistema permitiu maior responsividade das equipes, redução de tempo na consolidação dos relatórios e, principalmente, maior capacidade de articulação com outros setores. Espera-se que essa experiência fortaleça a vigilância entomológica, contribua para a redução da infestação vetorial e possa ser replicada em outros municípios brasileiros, adaptada às diferentes realidades locais. Entre os desafios identificados destaca-se capacitação contínua dos agentes para o uso das ferramentas digitais; necessidade de manutenção da infraestrutura tecnológica e suporte técnico; dificuldade de resolução imediata em situações de imóveis abandonados ou terrenos baldios, que exigem articulação com órgãos externos à saúde. Conclusão: A experiência demonstra a importância da integração entre vigilância epidemiológica, entomológica e tecnologia da informação. A criação de um painel de BI para dados de ovitrampas representa uma inovação no âmbito municipal, com potencial de replicação em outros contextos. Essa estratégia fortalece a vigilância de arboviroses ao transformar dados complexos em informações acessíveis e açãoáveis para a gestão em saúde.

Palavras-chave: Arboviroses; Vigilância em saúde pública; Controle vetorial; Tratamento Focal;

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial

Bibliografia: 1. Prefeitura de Belo Horizonte – Secretaria Municipal de Saúde. Painel de Zoonoses. 2. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para prevenção e controle das arboviroses urbanas – Vigilância entomológica e controle vetorial. Brasília: MS, 2025. 3. Ministério da Saúde. Manual do Usuário do Painel de BI (Business Intelligence) da ferramenta do framework de Privacidade e Segurança da Informação – Ciclo. Brasília: MS, 2024.

2.47 Monitoramento vetorial por ovitrampas no município de Cataguases, Minas Gerais, 2019-2025: uma experiência consolidada

Autores: Amanda da Silva Souza, Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Cataguases/MG, Vigilância em Saúde, Núcleo de controle de endemias

O município de Cataguases-MG realiza, de forma contínua desde 2019, o monitoramento de *Aedes aegypti* por meio de 76 ovitrampas ativas distribuídas estrategicamente em território urbano. Essa estratégia é essencial para a vigilância entomológica, permitindo identificar precocemente áreas de risco, subsidiar a tomada de decisão e direcionar ações de controle do vetor, prevenindo doenças como dengue, Zika e chikungunya. O objetivo foi descrever a experiência e os resultados do monitoramento vetorial por ovitrampas em Cataguases, destacando sua importância na vigilância ativa, controle de arboviroses e planejamento de ações preventivas. Trata-se de um relato de experiência descritivo. As 76 ovitrampas estão distribuídas em pontos fixos definidos por critérios epidemiológicos (histórico de casos, vulnerabilidade social, circulação populacional e presença de criadouros). As coletas são quinzenais, realizadas pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE), que substituem palhetas e solução atrativa. O material coletado é analisado pela equipe de Vigilância Entomológica, que contabiliza ovos e registra os dados em sistemas específicos, gerando indicadores de infestação. Supervisores de campo estratificam as áreas de maior risco, enquanto o Coordenador do Núcleo de Controle de Endemias planeja, integra setores e elabora relatórios técnicos. Indicadores avaliados incluem: taxa de ovitrampas positivas, número médio de ovos, evolução da infestação e comparativo entre áreas com intensificação de ações de controle. O monitoramento contínuo possibilitou identificar áreas críticas com maior densidade de ovos, permitindo respostas rápidas e direcionadas do controle vetorial. A integração entre ACE, supervisores e coordenadores fortaleceu a precisão das ações e a utilização eficiente dos recursos. Observou-se melhoria na estratificação territorial, reforço da vigilância ativa e apoio à tomada de decisão baseada em evidências. O monitoramento por ovitrampas consolidou-se como ferramenta essencial para a vigilância do *Aedes aegypti* em Cataguases. A continuidade e sistematização da atividade, aliadas à integração intersetorial e análise técnica dos dados, são determinantes para prevenir arboviroses e proteger a saúde pública, além de permitir replicabilidade do modelo em outros municípios.

Palavras-chave: Arboviroses; Vigilância Vetorial; *Aedes aegypti*; Ovitrampas; Controle integrado.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para prevenção e controle das arboviroses urbanas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

2.48 Mutirão de limpeza diário na eliminação de potenciais criadouros do mosquito *Aedes aegypti*

Autores: Luiz Henrique Vieira Mota; Carlos Henrique Tristão Santos

Afiliação: Prefeitura Municipal de Piumhi/MG / Vigilância Ambiental / Setor de Endemias

Desde novembro de 2024, o município de Piumhi-MG implementou uma ação inovadora no combate à Dengue: a coleta diária de potenciais criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Diferente dos mutirões convencionais que são realizados em média três vezes ao mês e normalmente ocorre no período chuvoso quando o município já está em epidemia da doença, essa iniciativa ocorre de forma contínua e sistemática e antes do período epidêmico, realizada pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) durante as visitas domiciliares. Ao identificar materiais que possam acumular água, como latas, garrafas, pneus, entre outros. O ACE orienta o morador sobre os riscos e sugere a remoção. Caso ocorra a aceitação, um ACE passa no local com um veículo para fazer a remoção dos inservíveis. Além da eliminação dos potenciais criadouros, o material recolhido passa por um processo de reciclagem, reduzindo o impacto ambiental e contribuindo para a sustentabilidade do município. A experiência tem como principal objetivo reduzir os criadouros do mosquito *Aedes aegypti* antes do período chuvoso, evitando assim a proliferação da dengue e outras arboviroses, e com isso evitando que o município entre em um quadro de situação epidêmica. Além disso, busca conscientizar a população sobre a importância do descarte correto de matérias e promover a reciclagem, contribuindo para um meio ambiente mais sustentável e uma cidade mais limpa. Durante as visitas domiciliares, os ACE's identificam potenciais criadouros e orientam os moradores sobre a importância da remoção e o descarte correto, caso o mesmo esteja de acordo, é agendado o dia e horário para a retirada, que ocorre dentro da mesma semana. No decorrer da orientação é frisado que ele não coloque os materiais na rua, pois pode ocorrer de outra pessoa passar e recolher, fazendo assim que o criadouro só mude de imóvel. Após recolhido o material é levado para um ponto de triagem específico, onde é separado pela equipe de reciclagem do município. Se comparado com o mesmo período dos anos anteriores onde não havia esse trabalho específico, nota-se que a quantidade de casos de Dengue diminuiu. O fato de recolher os possíveis criadouros antes das chuvas torna esse trabalho um dos fatores para a diminuição dos casos de Dengue no município, tento em vista que municípios vizinhos já estão passando novamente por um período de epidemia e outros já estão em alerta, enquanto Piumhi de acordo com o boletim epidemiológico da SRS/Passos está com a incidência baixa. Além da redução de criadouros, o reaproveitamento dos materiais por meio da reciclagem diminui o impacto ambiental, promovendo benefícios para a saúde pública e para a sustentabilidade do município. A coleta diária de possíveis criadouros de *Aedes Aegypti* tem se mostrado uma grande arma no combate a Dengue e outras arboviroses, indo além dos mutirões convencionais que são realizados poucas vezes ao mês e em bairros específicos, essa coleta é realizada diariamente e consegue cobrir toda a cidade. A parce-

ria entre os ACE's e população fortalece o elo entre a comunidade e SUS. Além disso, o processo de reciclagem agrupa valor ambiental à iniciativa, demonstrando que é possível unir saúde pública e sustentabilidade. Essa experiência serve como modelo para outros municípios que buscam soluções eficazes e duradouras para o controle de arboviroses.

Palavras-chave: Dengue; Controle ambiental; Reciclagem; Prevenção; endemias.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

2.49 O Uso de ovitrampas no enfrentamento às arboviroses: uma experiência do município de São Joaquim de Bicas/MG

Autores: Camila Nunes Delfino, Keilla Elenken Henriques Rezende

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de São Joaquim de Bicas/MG , SRS/BH

Introdução: As arboviroses são consideradas um problema de saúde pública. As arboviroses mais conhecidas são dengue, Zika e chikungunya. No ano de 2024, foram registrados no município de São Joaquim de Bicas, 4236 casos prováveis de dengue em residentes de São Joaquim de Bicas, estes dados foram extraídos do Sinan em janeiro de 2025 de acordo com a data de início de sintomas. Muitas ações são realizadas no setor de zoonoses para interromper o ciclo de reprodução do mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti* e assim diminuir os casos dessa doença no município. Umas dessas ferramentas é o monitoramento com uso de armadilhas, conhecidas como "ovitrampas", para contar os ovos do mosquito *Aedes aegypti*. Essa técnica permite detectar a presença e densidade populacional do mosquito, auxiliando no controle das arboviroses. O objetivo geral foi implantar o monitoramento com ovitrampas em São Joaquim de Bicas para contribuir com o enfrentamento das arboviroses no município.

Materiais e Métodos: A implantação do monitoramento com ovitrampas teve início no dia 28/01/2025 nos bairros Pedra Branca I e Vila Rica, após 3 semanas da implantação foi realizada a implantação no bairro Pedra Branca II. Posteriormente, na semana epidemiológica 29 em 15/07/2025 foi realizada a implantação das armadilhas em mais três localidades nos bairros Alvorada Industrial, Marques Industrial I, Marques Industrial II e Tereza Cristina. A seleção dessas localidades se deu pelo grande registro de casos prováveis de dengue. Foram instaladas armadilhas nas residências dos municíipes dessas localidades e semanalmente foi realizado o monitoramento com a coleta das paletas para realizar a leitura dos ovos.

Resultados: Foram identificados na primeira semana de instalação um índice de positividade (IPO) de 100 % nas armadilhas instaladas e foram coletados 569 ovos nas paletas, após intensificar as ações direcionadas para as áreas prioritárias o índice de positividade (IPO) caiu para 42 % e foram coletados 422 ovos nas paletas recolhidas na segunda semana de instalação. Os resultados apresentados na semana 29 após a ampliação da instalação para demais localidades apresentou um índice de positividade (IPO) de 15 % com 239 ovos coletados, o menor índice da série histórica desde a implantação no município, desde a instalação do monitoramento com ovitrampas não temos recebido notificações de casos prováveis de arboviroses nas áreas com monitoramento.

Conclusão: O uso das ovitrampas contribui para um direcionamento estratégico das ações de enfrentamento às arboviroses realizadas pelo setor de zoonoses podendo direcionar os esforços para o territórios com maior risco de transmissão de arboviroses além de diminuir a população de novos mosquitos com a retiradas dos ovos das armadilhas.

Palavras-chave: Ovitrampas; Arboviroses; Enfrentamento.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses. Nota Técnica nº 3/2025-CGARB/DEDT/SVSA/MS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

2.50 Painel de inteligência em saúde para monitoramento entomológico a partir de dados de ovitrampas em Belo Horizonte/MG, 2023-2025

Autores: Daniele Oliveira Abrão Leal Cláudia Maria Bernardi Capistrano, Eduardo Viana Gusmão, Eliete Guizilini Moreira de Carvalho, Mariana Almeida Carneiro, Renato Pereira de Novais Neto

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG

As arboviroses urbanas, especialmente dengue, chikungunya e Zika, permanecem como desafios de saúde pública em grandes centros urbanos brasileiros. A transmissão dessas doenças está diretamente relacionada à presença do vetor *Aedes aegypti*, cuja elevada capacidade de adaptação ao ambiente urbano exige estratégias de vigilância contínuas e metodologias de controle inovadoras. Nesse contexto, as armadilhas de oviposição (ovitrampas) constituem importante ferramenta para vigilância entomológica, permitindo identificar a presença do vetor e monitorar tendências de infestação. Em Belo Horizonte, o monitoramento entomológico com uso de ovitrampas foi implantado em 2004 para subsidiar as ações de controle vetorial e complementar os indicadores já utilizados, como Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti* (LIRAA) e notificações de casos. Contudo, a ampla rede de coleta gera grande volume de dados, que, se não organizados e analisados de forma sistemática, perdem seu potencial para orientar decisões oportunas. Com vistas a enfrentar esse desafio, foi desenvolvido um painel de *Business Intelligence* (BI) destinado à análise integrada e interativa dos dados de ovitrampas coletados no município, abrangendo um período de três anos. Essa ferramenta busca fornecer informações estratégicas a gestores, supervisores e equipes de campo, ampliando a capacidade de resposta às arboviroses e fortalecendo a vigilância entomológica. Com esse propósito, foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SMSA/PBH) um Painel de BI para integrar e analisar dados de ovitrampas coletados no período 2023–2025. A iniciativa envolveu colaboração entre a Diretoria de Tecnologia da Informação em Saúde (DTIS) e a Diretoria de Zoonoses (DIZO), que estruturaram um sistema informatizado para registro padronizado de atividades de campo e laboratório - incluindo instalação das armadilhas, coleta, identificação de palhetas, intercorrências e resultados laboratoriais. Os dados são automaticamente integrados a um banco central, alimentando o painel em tempo quase real. O painel disponibiliza indicadores estratégicos como índice de positividade, número médio de ovos por armadilha, distribuição espacial de unidades positivas, séries históricas e relatórios sintéticos por regional e centros de saúde. Sua interface interativa permite filtros dinâmicos, exportação de relatórios e atualização periódica, ampliando a agilidade da comunicação entre campo, laboratório e gestão. Os resultados apontam impactos positivos: maior confiabilidade dos dados, redução de falhas de registro, agilidade na produção de indicadores e aprimoramento da análise espacial e temporal da infestação vetorial. O sistema consolidou-se como ferramenta de apoio à gestão territorial, subsidiando decisões

estratégicas e qualificando o direcionamento das ações de controle. Entre os desafios, destacam-se a necessidade de capacitação contínua das equipes, a manutenção da atualização dos dados e a futura integração com sistemas epidemiológicos de notificação de casos. Conclusão: A experiência reforça a importância da integração entre vigilância entomológica, epidemiológica e tecnologia da informação. O uso de BI aplicado às ovi-trampas constitui inovação municipal com potencial de replicação em outros contextos, fortalecendo a gestão baseada em evidências e ampliando a capacidade de resposta frente às arboviroses urbanas.

Palavras-chave: Arboviroses; Vigilância entomológica; *Aedes aegypti*; Ovitrampa; *Business Intelligence*.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial

Bibliografia: 1. Prefeitura de Belo Horizonte – Secretaria Municipal de Saúde. Painel de Ovitrampas. (Acesso interno). 2. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para prevenção e controle das arboviroses urbanas – Vigilância entomológica e controle vetorial. Brasília: MS, 2025. 3. Ministério da Saúde. Manual do Usuário do Painel de BI (Business Intelligence) da ferramenta do framework de Privacidade e Segurança da Informação – Ciclo. Brasília: MS, 2024.

2.51 Painel municipal das arboviroses: inovação em vigilância e transparência no controle epidemiológico em Ipatinga/MG

Autores: Anderson Aquiles Silva, Vanessa Andrade Ramlow Nascimento, Elainize Rodrigues do Santos Oliveira, Elisangela Alves Santana, Glauco Cesar Martins, Walisson Medeiros, Igor Gandra Neves, Josiane Marcia de Castro, Cintia Almeida

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga/MG

As arboviroses, especialmente dengue e chikungunya, representam um desafio constante para os gestores de saúde pública no Brasil. A elevada taxa de incidência, a complexidade do controle do vetor *Aedes aegypti* e a sazonalidade dos surtos exigem ações articuladas, contínuas e baseadas em evidências. A vigilância epidemiológica exerce papel essencial nesse contexto, ao coletar, analisar e divulgar dados que embasam decisões estratégicas. Considerando a relevância da transparência na gestão pública e o avanço das tecnologias de informação, a criação de ferramentas digitais tem se mostrado um importante recurso de apoio à prevenção e ao controle dessas doenças. A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), e a Constituição Federal de 1988 asseguram o direito de acesso à informação como princípio fundamental para o exercício da cidadania e o controle social. No entanto, para que esses direitos se concretizem, é necessário que os dados estejam disponíveis de maneira clara, acessível e atualizada. Nesse contexto, o município de Ipatinga inovou ao adotar oficialmente o Painel Municipal das Arboviroses como ferramenta estratégica de vigilância epidemiológica, sendo este um sistema moderno e dinâmico, desenvolvido pela Seção de Vigilância Epidemiológica em parceria com o Departamento de Modernização e Estatística da Prefeitura. O painel foi concebido com o propósito de promover a transparência na divulgação de informações epidemiológicas, facilitar o monitoramento pelos gestores e possibilitar que a população acompanhe a situação das arboviroses em sua localidade, colaborando com ações de prevenção. Além disso, o respeito à privacidade e à segurança dos dados pessoais, conforme determina a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garante a legitimidade e confiabilidade da ferramenta. Apresentar a experiência de desenvolvimento e implementação do Painel Municipal das Arboviroses como ferramenta de apoio à vigilância em saúde e à mobilização social no combate à dengue e chikungunya é o objetivo principal deste trabalho. Especificamente, busca-se descrever o processo de estruturação do painel, demonstrar como os dados são coletados e atualizados, analisar o impacto da ferramenta na transparência pública e na tomada de decisões, avaliar sua receptividade pela população e discutir seu potencial como modelo replicável em outros municípios. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foi realizada uma análise documental e técnica do processo de desenvolvimento do Painel Municipal das Arboviroses, com dados extraídos automaticamente do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN On-line), com atualizações diárias. A estrutura do painel foi inspirada no modelo estadual, adaptada às necessidades locais. A metodologia incluiu o levantamento dos requisitos técnicos e legais, a construção dos

gráficos interativos e a validação das informações conforme os princípios da LAI e da LGPD. A análise dos resultados considera os dados do painel e relatórios oficiais da Secretaria Municipal de Saúde. A principal entrega do projeto foi a disponibilização pública do Painel Municipal das Arboviroses no site institucional da Prefeitura de Ipatinga, com interface intuitiva e de fácil interpretação, apresentando dados como número de casos notificados, confirmados e descartados, distribuição por bairros, evolução temporal, perfil etário e sexo das pessoas acometidas. O painel utiliza representações gráficas dinâmicas, como mapas e linhas do tempo, facilitando a leitura por diferentes públicos. Além disso, permite estratificação por região de risco, subsidiando a atuação das equipes de saúde da família, vigilância ambiental e agentes de endemias. O acesso imediato aos dados atualizados proporciona respostas mais ágeis e planejamentos direcionados, inclusive com envio de equipes para bloqueio de transmissão e ações educativas em áreas críticas. Esse tipo de inteligência epidemiológica é fundamental para evitar a escalada de surtos. O painel também está integrado a sistemas de georreferenciamento, o que permite visualizar a concentração de casos por bairro, quadra ou setor censitário. Isso otimiza o uso de recursos, prioriza áreas críticas e fundamenta tecnicamente a alocação de insumos, como inseticidas, materiais educativos, recursos humanos e apoio da Defesa Civil. De acordo com o relatório da Vigilância Epidemiológica, houve uma redução expressiva de 97 % no número de casos notificados e confirmados de arboviroses no município de Ipatinga entre janeiro de 2024 e janeiro de 2025. Em janeiro de 2024, foram registrados 4.857 casos notificados e 4.670 confirmados, sendo 678 por critério laboratorial e 3.992 por critério clínico-epidemiológico. Já em janeiro de 2025, os números caíram para 164 notificações e 143 confirmações, sendo apenas 1 caso confirmado laboratorialmente e 142 por critério clínico-epidemiológico. Essa queda significativa pode estar associada à imunização natural da população após a epidemia anterior, especialmente para o vírus chikungunya, além da possível imunidade temporária adquirida contra o vírus da dengue. No entanto, apesar da queda nos casos, o Levantamento Rápido de Índices para o Aedes aegypti (LIRAA) de janeiro de 2025 apresentou um índice elevado, o que mantém a situação como preocupante e requer continuidade e intensificação nas medidas de controle vetorial. Outros fatores críticos também foram destacados no relatório, como a circulação dos sorotipos DENV 1 e DENV 2 nos últimos anos e o risco de reintrodução dos sorotipos DENV 3 e DENV 4, que encontram a população com baixa imunidade, podendo resultar em uma nova epidemia. Assim, o painel se torna ainda mais relevante como ferramenta de vigilância ativa, permitindo a rápida detecção de surtos, planejamento de ações preventivas e mobilização da população. O Painel também se consolidou como um instrumento essencial de apoio à gestão pública municipal, ao fornecer subsídios técnicos para definição de metas, avaliação de impacto das campanhas de prevenção, elaboração de relatórios e prestação de contas junto aos órgãos de controle e à sociedade. Essa base de dados organizada fortalece a governança em saúde, promovendo decisões baseadas em evidências e não apenas na percepção empírica da realidade. A iniciativa também ampliou a visibilidade das ações da Secretaria de Saúde e fortaleceu a credibilidade da gestão municipal junto à população e a instituições parceiras. Além do impacto epidemiológico, o painel promoveu maior trans-

parência nas ações públicas, melhor comunicação com a sociedade e fortalecimento da intersetorialidade entre os setores de saúde, educação, tecnologia e administração pública. Sua implementação demonstrou que o uso inteligente de dados, aliado ao cumprimento das legislações vigentes - como a LAI e a LGPD, fortalece o controle social e a gestão democrática da saúde. O Painel Municipal das Arboviroses constitui um avanço importante na gestão da informação em saúde pública, ao possibilitar o acesso rápido, confiável e transparente aos dados epidemiológicos da dengue e chikungunya no município. Sua criação demonstra o potencial de integração entre vigilância epidemiológica, atenção primária à saúde, tecnologia da informação e gestão pública, fortalecendo a tomada de decisões, a mobilização social e o controle das arboviroses. A ferramenta também é um instrumento pedagógico para escolas, universidades e veículos de imprensa, promovendo a educação em saúde e a conscientização coletiva. A experiência demonstra que a transparência e o uso inteligente de dados são aliados fundamentais no enfrentamento de crises sanitárias. Recomenda-se a continuidade do projeto, com investimentos em capacitação dos profissionais envolvidos, divulgação à população e ampliação das funcionalidades do painel, como alertas automatizados por SMS para populações em risco e cruzamento com indicadores de vulnerabilidade social. Além disso, sugere-se que essa iniciativa seja adotada como referência por outros municípios, contribuindo para a consolidação de um sistema nacional de vigilância cada vez mais transparente, integrado, responsável e participativo.

Palavras-chave: Arboviroses; Vigilância Epidemiológica; Saúde Pública; Painel Digital; Gestão Municipal.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica

Bibliografia: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. IPATINGA. Secretaria Municipal de Saúde. Seção de Vigilância Epidemiológica. Relatório de Arboviroses – Janeiro de 2025. Ipatinga, MG: Prefeitura Municipal, 2025. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Painel Estadual de Monitoramento das Arboviroses. Belo Horizonte: SES-MG, 2024. Disponível em: www.saude.mg.gov.br. Acesso em: 13 ago. 2025.

2.52 Projeto Agente de Endemias Mirim - juntos contra o mosquito

Autores: Luciane de Fátima Constantino

Afiliação: Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente. Secretaria Municipal de Educação, Secretaria do Meio ambiente, Secretaria de Saúde

Contexto: O município enfrenta desafios relacionados ao controle do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de doenças como dengue, Zika e chikungunya. O acúmulo de recipientes que possam servir de criadouros é um problema recorrente, especialmente em áreas residenciais. Diante disso, surgiu a necessidade de criar um projeto que, além de conscientizar, mobilize a comunidade para a eliminação de possíveis focos do mosquito.

Envolvidos: O projeto contou com a participação de professores das escolas do Ensino Fundamental, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde - Setor de Endemias. O público envolvido foi composto por alunos do Ensino Fundamental, suas famílias e a comunidade escolar em geral. Quando? As atividades foram realizadas ao longo do período letivo, com duração aproximada de dois a três meses, permitindo planejamento, execução e avaliação dos resultados. Onde? As ações ocorreram nas escolas do Ensino Fundamental do município e nos bairros onde residem os alunos participantes. Como foi realizada? O projeto iniciou-se com palestras educativas e atividades lúdicas sobre o ciclo de vida do mosquito e formas de prevenção. Cada turma recebeu o desafio de coletar, com o apoio das famílias, objetos que acumulam água, como garrafas, pneus, latas e recipientes descartáveis. O material recolhido foi levado às escolas, onde equipes da Vigilância em Saúde contabilizaram e registraram os resultados. Além disso, foram realizadas ações de panfletagem e visitas comunitárias para ampliar a conscientização. Resultados: A mobilização resultou na coleta de grande quantidade de recipientes que poderiam servir como criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Observou-se aumento da conscientização entre alunos e familiares sobre a importância de manter os quintais limpos. Houve também fortalecimento do vínculo entre escola, saúde e comunidade. A turma que mais coletou foi premiada, o que aumentou a motivação dos participantes. Expectativas: Espera-se que as práticas aprendidas e vivenciadas durante o projeto se consolidem como hábitos permanentes, contribuindo para a redução de focos do mosquito e, consequentemente, dos casos de arboviroses no município. Também se espera que o modelo do projeto seja replicado em anos seguintes e adaptado a outras demandas de saúde pública.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; Prevenção de Doenças; Educação em Saúde; Mobilização Comunitária; Vigilância em Saúde.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde: Volume Único. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Controle da Dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. FUNASA –

Fundação Nacional de Saúde. Manual de Educação em Saúde para o Controle da Dengue. Brasília: FUNASA, 2021. OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. Prevenção e Controle de Arboviroses no Brasil. Brasília: OPAS, 2020.

2.53 Projeto Bloco Xô Dengue: ações educativas e preventivas contra a dengue em escolas, CRAS e grupo da terceira idade

Autores: Luciane de Fátima Constantino

Afiliação: Secretaria de Educação, Centro de Referência de Assistência Social, Secretaria de Cultura, Secretaria de Saúde

Contexto: A dengue é uma doença viral transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, com elevado impacto na saúde pública. A prevenção depende de ações educativas contínuas e mobilização comunitária. **Envolvidos:** O projeto foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde com coordenação da equipe de Agentes de Endemias. Participaram professores das escolas do ensino fundamental, equipe do CRAS, Secretaria de Cultura e a população em geral, incluindo o Grupo da Terceira Idade “Gente Feliz”. **Quando e Onde?** As ações tiveram início em 2024 e seguiram em 2025, sendo realizadas em escolas, no CRAS e em eventos comunitários, incluindo desfile noturno. **Como:** Foram realizadas palestras educativas, campanhas de conscientização, distribuição de materiais informativos, visitas domiciliares para identificação de criadouros, e atividades lúdicas envolvendo idosos. **Resultados:** Maior engajamento da comunidade escolar e da terceira idade; Redução de focos do mosquito Aedes aegypti; Divulgação do projeto pelo EPTV Sul de Minas em 2024; Ampliação da consciência comunitária sobre prevenção da dengue. **Expectativas:** Sustentabilidade das ações e ampliação do engajamento comunitário; Fortalecimento da integração entre escolas, CRAS e população idosa; Promoção contínua da saúde pública e prevenção de surtos futuros.

Palavras-chave: Dengue; Educação em saúde; Controle vetorial; Mobilização comunitária; Terceira idade.

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: 1. BRASIL. Ministério da Saúde. Dengue: Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 2. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Estratégias de Prevenção e Controle da Dengue. Washington, DC: OPAS, 2019. 3. Silva, A. et al. Educação em Saúde e Mobilização Comunitária no Controle da Dengue. Revista Brasileira de Saúde, 2021; 15(3): 45-53.

2.54 Projeto Bota-Fora: estratégia contínua para o controle vetorial e promoção da sustentabilidade em Cataguases, Minas Gerais, 2020-2025

Autores: Amanda da Silva Souza, Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira

Afiliação: Secretaria de Saúde de Cataguases/MG, Vigilância em Saúde, núcleo de controle de endemias

Introdução: Arboviroses como dengue, Zika e chikungunya representam importantes desafios para a saúde pública brasileira, demandando estratégias integradas de controle vetorial e mobilização social. O descarte inadequado de resíduos sólidos favorece a proliferação do *Aedes aegypti* e de outros vetores. Nesse contexto, ações de limpeza urbana associadas à educação ambiental são fundamentais para reduzir a infestação e promover sustentabilidade. O objetivo do trabalho foi relatar a experiência e os resultados obtidos com o projeto “Bota-Fora” no município de Cataguases-MG, no período de 2020 a 2025, como estratégia de controle vetorial e incentivo à reciclagem.

Materiais e Métodos: Trata-se de um relato de experiência com abordagem descritiva. O projeto foi executado pelo Núcleo de Controle de Endemias da Vigilância em Saúde, em parceria com a Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente e cooperativas de catadores. A seleção dos bairros considerou: número de notificações de casos suspeitos de arboviroses; índices obtidos no Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti* (LIRAA); dados do monitoramento por ovitrampas. As ações incluíram reuniões comunitárias, visitas domiciliares e campanhas educativas, seguidas do recolhimento de materiais inservíveis por caminhões. Resíduos recicláveis foram destinados a cooperativas locais.

Resultados: Entre janeiro e junho de 2025, foram contemplados 51 bairros, com a remoção de 35 caminhões de materiais, eliminando potenciais criadouros e abrigos de animais peçonhentos. Observou-se maior conscientização da população quanto ao descarte correto de resíduos e fortalecimento da logística de reciclagem. A integração entre agentes de endemias, população e cooperativas contribuiu para resultados mais efetivos e sustentáveis, alinhando controle vetorial e promoção ambiental.

Conclusão: O projeto “Bota-Fora” demonstrou eficácia na redução de potenciais criadouros do *Aedes aegypti* e no fortalecimento de práticas sustentáveis. A continuidade e ampliação das ações, com foco na educação em saúde e integração intersetorial, são essenciais para manter o impacto positivo alcançado.

Palavras-chave: Controle Vetorial; Arboviroses; Sustentabilidade; Limpeza urbana; Reciclagem.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, Mobilização e Comunicação Social.

2.55 Projeto Mercado Verde em Lontra/MG

Autores: Kívia Daniele Silva Ferreira Alves, Geane Santos Andrade Ribeiro, Jaceane Mendes Andrade

Afiliação: Secretaria Municipal de saúde e de Meio Ambiente de Lontra/MG

Introdução: O Projeto Mercado Verde é uma iniciativa das secretarias municipais de saúde e de meio ambiente, desenvolvido no município de Lontra/MG, com foco na conscientização da população quanto à importância da destinação correta dos resíduos sólidos recicláveis, aliada à eliminação de abrigo para animais peçonhentos e prevenção de surtos por arboviroses, por meio da eliminação de possíveis focos de procriação do Aedes. A ação busca engajar os cidadãos em práticas sustentáveis por meio de uma proposta inovadora de troca de recicláveis por mudas e brindes, fortalecendo o vínculo com a população e o cuidado com o meio ambiente. Além da promoção da sustentabilidade ambiental, este projeto também capacita o cidadão a ser o agente cuidador da saúde coletiva, ampliando seu olhar para os potenciais riscos a sua volta, viabilizando ganhos como cestas básicas, mudas de plantas frutíferas e brindes como produtos de limpeza, brinquedos e material escolar. **Objetivo:** Reduzir os riscos ambientais provocados pelo descarte inadequado de resíduos; estimular a coleta seletiva e práticas sustentáveis junto à comunidade local; fortalecer a atuação intersetorial nos diversos níveis de assistência; reaproveitar materiais, como o vidro, de forma eficiente e inovadora. **Materiais e Métodos:** O presente projeto consiste na fixação de pontos de coleta em locais estratégicos, como praças, escolas, associações e durante a realização de eventos no município. Nesses locais, os cidadãos podem entregar os materiais recicláveis. Em troca, recebem mudas de plantas cultivadas no Viveiro municipal Flor do Pequi e/ou brindes diversos, promovendo uma prática de educação em saúde e ambiental com retorno direto e imediato ao participante. **Resultados:** Essa integração impactou positivamente o alcance das ações de saúde e meio ambiente. Desde o início da campanha, foram recolhidas 50 toneladas de vidro, resultando em aproximadamente 100m³ de areia destinada à composição dos bloquetes utilizados na pavimentação de passeios e vias públicas; Cerca de 4.000 mudas foram trocadas por recicláveis, e a entrega de 60 cestas básicas na comunidade de Vila União. Observou-se ainda, significativa redução no armazenamento inadequado de produtos inservíveis que abrigariam mosquitos e animais peçonhentos. **Conclusão:** Os resultados alcançados por meio desta proposta inovadora, com foco na valorização dos materiais recicláveis no município de Lontra/MG, evidenciam que ações integradas de educação ambiental e promoção da saúde coletiva, não apenas favorecem a construção de um ambiente mais saudável, como também instauram um ciclo virtuoso de desenvolvimento humano e social. Nesse contexto, observa-se o fortalecimento da comunidade, que passa a se reconhecer como protagonista na superação de seus desafios de maneira coletiva e sustentável.

Palavras-chave: Recicláveis; Sustentabilidade; Saúde;

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial; Mobilização e Comunicação

ção Social.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses. Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças Transmissíveis. Coordenação-Geral de Vigilância de Arboviroses – Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Martins, Emanuelle Ribeiro Lisboa Prasto et al. DEsafios da Intersetorialidade na Implementação de Políticas de Promoção da Saúde: Uma Análise da Saúde Coletiva. ARACÊ , 2025.

2.56 Projeto saúde na escola: educação como estratégia de combate ao *Aedes aegypti*

Autores: Adriana Vital Valentim, Paula Cristina Ávila

Afiliação: Secretaria de Saúde

O aumento dos casos de arboviroses, especialmente dengue, motivou a Vigilância em Saúde e a equipe multidisciplinar a promover, entre 19 e 28 de março de 2025, uma ação educativa nas escolas do município e distritos, dentro do Programa Saúde na Escola. Foram realizadas atividades em todas as instituições de ensino locais, incluindo creches, escolas municipais, estaduais e a APAE. As ações envolveram apresentações com slides, vídeos, músicas educativas e a participação lúdica de uma agente fantasiada de mosquito *Aedes aegypti*, para conscientizar sobre a eliminação de criadouros, o destino correto do lixo e a prevenção de água parada. O resultado foi uma redução progressiva nos casos confirmados de arboviroses: de 16 casos na semana 12 para apenas 4 casos na semana 16. A experiência mostrou que ações educativas simples e interativas em escolas têm alto potencial para mudar comportamentos, influenciar famílias e contribuir de forma eficaz para a prevenção e o controle do mosquito transmissor.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; Vigilância em saúde; Saúde na escola

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial

2.57 Projeto: Visita guiada ao setor de zoonoses em Ipatinga/MG

Autores: Helen Cristina dos Reis Cezario, Helen Cristina dos Reis Cezario, Glauco Cesar Martins, Vanessa Andrade Ranllow Nascimento, Josiane Marcia de Castro, Walisson Medeiros, Elisangela Alves Santana, Elainise Rodrigues, Helio Pereira Soares

Afiliação: Secretaria de saúde e escolas do município de Ipatinga/MG

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Seção de Controle de Zoonoses, vem desenvolvendo ações educativas junto às escolas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, abordando prevenção e controle de arboviroses como dengue, Zika, chikungunya e febre amarela, além de zoonoses de importância para a saúde pública, como a leishmaniose. Essas iniciativas, aplicadas de forma teórica e adaptadas para diferentes faixas etárias, vinham alcançando resultados positivos, incentivando alunos a compartilharem informações preventivas com suas famílias e comunidades. Com base nesse histórico, surgiu a proposta de um formato inovador de educação em saúde: a Visita Guiada ao Setor de Zoonoses. O projeto buscou ampliar o aprendizado dos estudantes, oferecendo uma experiência prática e interativa, que lhes permitisse conhecer de perto a estrutura, os profissionais, os equipamentos e as rotinas da Seção de Zoonoses. A vivência visou transformar o conteúdo estudado em sala de aula em experiências concretas, aproximando teoria e prática, despertando interesse e formando multiplicadores de informação. As visitas foram destinadas a estudantes da rede municipal, estadual e privada, a partir do 4º ano do Ensino Fundamental, organizadas em grupos de até 25 alunos para melhor aproveitamento. O agendamento exigia solicitação com antecedência mínima de 15 dias, definindo data, horário e número de participantes. Cada encontro teve duração aproximada de 1h30 a 2h e foi conduzido por técnicos e agentes do setor, com roteiro estruturado em etapas. Na recepção e acolhida, os alunos recebiam orientações de segurança e uma breve apresentação sobre o papel da Seção de Controle de Zoonoses no município, incluindo suas atribuições na vigilância e no controle de doenças. O Setor de Entomologia foi o primeiro espaço técnico visitado. Nele, os estudantes conheceram vetores como *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, observaram amostras preservadas, analisaram exemplares em microscópios e conheceram armadilhas e equipamentos usados no monitoramento. Essa etapa permitiu compreender a importância do trabalho de campo e de laboratório na identificação e no combate à doenças. No CATA – Centro de Acolhimento Temporário de Animais, os visitantes conheceram o espaço destinado a cães e gatos recolhidos seletivamente. Foram apresentados procedimentos de manejo, cuidados veterinários, alimentação e encaminhamento para adoção. Nessa etapa, reforçou-se a importância da guarda responsável e da prevenção de zoonoses. A Sala de Castração apresentou a estrutura e o funcionamento das cirurgias de esterilização, destacando os benefícios da castração para o controle populacional de animais, a redução de abandonos e a melhoria do bem-estar animal. Por fim, os alunos participaram de uma oficina educativa com atividades lúdicas, dinâmicas e jogos sobre prevenção de doenças e cuidados com animais, recebendo materiais como folders e cartilhas para reforçar o aprendizado e disseminar as informações em casa. A me-

todologia adotada combinou exposição dialogada, aprendizagem prática e interatividade, permitindo que os estudantes participassem ativamente, fizessem perguntas, manipulassem materiais e observassem procedimentos. Essa abordagem favoreceu a assimilação dos conteúdos e estimulou a disseminação das informações nas comunidades. Resultados obtidos: o projeto atendeu a 04 escolas, envolvendo 06 turmas e aproximadamente 120 alunos. Observou-se elevado nível de interesse, participação ativa nas atividades e um grande número de perguntas relacionadas aos temas abordados. Professores relataram que o conteúdo foi retomado e aprofundado em sala de aula, fortalecendo o caráter multiplicador da ação. Houve aumento da procura por materiais educativos e novas solicitações de visitas, inclusive de escolas que não estavam inicialmente previstas. A percepção geral dos participantes sobre a importância da prevenção de doenças e dos cuidados com os animais foi significativamente ampliada, conforme relatos espontâneos durante e após as visitas. Conclusão: a Visita Guiada ao Setor de Zoonoses demonstrou ser uma estratégia eficaz de integração entre saúde, educação e cidadania. Ao vivenciar na prática o funcionamento do setor, os alunos desenvolveram compreensão concreta sobre a importância do trabalho dos agentes, reconheceram o valor das ações de prevenção e fortaleceram seu papel como agentes multiplicadores de informação. O projeto também contribuiu para a valorização do serviço público e para a aproximação da comunidade com as ações de vigilância e controle de zoonoses. Recomenda-se a continuidade e a ampliação da iniciativa, incorporando novas temáticas de saúde pública, fortalecendo parcerias com as escolas e explorando recursos adicionais, como produção de vídeos educativos e integração com projetos de ciências e feiras escolares. A experiência reforçou que a educação em saúde, quando vivenciada de forma prática e participativa, gera maior engajamento, desperta senso de responsabilidade coletiva e contribui para mudanças reais de comportamento na comunidade.

Palavras-chave: Educação em saúde, prevenção, estudantes

Eixo temático: Mobilização e Comunicação Social

2.58 Saúde pública em ação: a estratégia de combinação de multas e repelentes na prevenção de arboviroses em Ipatinga/MG

Autores: Josiane Marcia de Castro, Vanessa Andrade Ramlow Nascimento, Elainize Rodrigues do Santos Oliveira, Elisangela Alves Santana, Glauco Cesar Martins, Walisson Medeiro, Igor Gandra Neves, Hélen Cezário

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Ipatinga/MG

Introdução: A transmissão vertical das arboviroses, incluindo dengue, Zika e chikungunya, representa um desafio significativo para a saúde pública, sobretudo em cenários de epidemias e surtos, quando as gestantes se encontram em situação de vulnerabilidade fisiológica e os fetos estão expostos ao risco de malformações congênitas. Nesse contexto, a prevenção assume papel central. Entre as medidas preventivas eficazes, destaca-se o uso de repelentes, essencial para evitar picadas do mosquito *Aedes aegypti*. No entanto, o acesso a esses produtos nem sempre é uniforme, especialmente em áreas com maiores vulnerabilidades sociais. Com base nos princípios de justiça social e equidade, Ipatinga (MG) implementou uma medida inovadora: a conversão de multas sanitárias em recursos para distribuição de repelentes a gestantes. Essa estratégia não só reforça o cumprimento das normas sanitárias como também promove a saúde pública de forma inclusiva e equitativa. **Objetivo:** Relatar a experiência da distribuição de repelentes para gestantes, como medida preventiva contra a transmissão vertical de arboviroses, por meio da conversão de multas aplicadas por infrações sanitárias. Busca-se entender como essa estratégia pode contribuir para a redução dos riscos de arboviroses em gestantes, avaliar seu impacto na promoção da saúde pública, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social. **Material e Métodos:** A iniciativa foi lançada em outubro de 2024 e contemplou 1.200 gestantes inscritas no programa municipal de saúde, distribuindo repelentes gratuitos, um frasco por trimestre, com cadastro e entrega feitos nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Essa abordagem garantiu que gestantes de áreas vulneráveis tivessem acesso ao produto preventivo com orientação adequada para seu uso. Além de beneficiar diretamente as gestantes, a estratégia envolveu os estabelecimentos autuados pelas infrações sanitárias, promovendo uma cultura de responsabilidade social corporativa: os recursos provenientes das multas financiaram os repelentes, e muitos desses estabelecimentos apoiaram a medida com entusiasmo, entendendo seu impacto coletivo positivo. A distribuição incluiu orientações sobre o uso correto do repelente, medidas complementares como eliminar criadouros, uso de roupas cobertas e higiene ambiental, além de permitir monitoramento constante da adesão ao programa e ajustes conforme as necessidades do público-alvo. **Resultados:** Os resultados dessa iniciativa foram expressivos: garantiu acesso gratuito ao repelente em áreas vulneráveis, envolveu positivamente os estabelecimentos autuados, incentivando a responsabilidade social, aumentou a adesão das gestantes às medidas preventivas e contribuiu para a redução do risco de transmissão vertical das arboviroses e o fortalecimento da saúde materno-infantil. Os dados mostram a distribuição trimestral de casos de dengue e chikungunya em gestantes nos anos de 2024 e 2025, incluindo os

registros com idade gestacional ignorada. Em 2024, os números foram significativamente mais elevados, com destaque para os casos de chikungunya no 2º trimestre (63 casos). Em contraste, observa-se uma queda acentuada em 2025, com apenas 3 casos de dengue e 7 de chikungunya ao longo dos três primeiros trimestres. Um fator crucial para essa redução foi a intensificação da distribuição de repelentes para gestantes em 2025, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade. Essa medida preventiva teve um papel importante no controle da exposição ao mosquito vetor, contribuindo de forma decisiva para a diminuição dos casos. A efetividade dessa ação também se expressou no fortalecimento do vínculo entre os setores de saúde e vigilância sanitária, com impacto direto nos indicadores de saúde materno-infantil. A integração entre diferentes áreas da administração pública municipal reforçou uma abordagem intersetorial que não apenas enfrentou uma questão epidemiológica urgente, mas também promoveu conscientização, envolvimento comunitário e responsabilidade social. A experiência de Ipatinga com a distribuição gratuita de repelentes por meio da conversão de multas sanitárias representa uma política pública inovadora, capaz de ser replicada em outras localidades com contextos epidemiológicos e sociais semelhantes. A adesão das gestantes ao uso do repelente foi significativa, evidenciada pela participação ativa nas ações educativas, nas orientações recebidas durante o pré-natal e no retorno positivo relatado pelas unidades de saúde. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos autuados passaram a colaborar de maneira mais efetiva com os agentes sanitários, reconhecendo que o cumprimento das normas contribui diretamente para o bem-estar coletivo. Esse sentimento de corresponsabilidade entre poder público, comunidade e setor privado é um dos grandes diferenciais da iniciativa. A campanha também foi acompanhada por peças de comunicação, ações de conscientização nas redes sociais, produção de materiais educativos e palestras voltadas às gestantes e seus familiares. Além do aspecto preventivo imediato, o programa fortaleceu a autonomia das gestantes no cuidado com sua própria saúde e a do bebê, tornando-as agentes ativas na prevenção das arboviroses. Essa percepção de protagonismo foi reforçada por depoimentos colhidos nas UBSs, onde as gestantes expressaram gratidão pelo acesso ao repelente, muitas vezes considerado inacessível devido ao seu custo. Em termos estratégicos, a proposta de conversão de multas em ações de saúde pública representa uma maneira inteligente de reverter penalizações em benefícios concretos à população, especialmente a mais vulnerável, estimulando uma cultura de cuidado e corresponsabilidade coletiva. Ao final dos primeiros três trimestres de 2025, os dados epidemiológicos já apontavam uma tendência de queda nas notificações de arboviroses entre gestantes, com impacto direto na saúde materno-infantil e, consequentemente, na redução de possíveis malformações congênitas. Considerações finais: Esses resultados evidenciam a relevância da continuidade da iniciativa e sua inclusão em um plano permanente de ações preventivas. A experiência pode e deve ser expandida para abranger outras frentes de enfrentamento às arboviroses e incluir novos públicos prioritários, como idosos, pessoas com deficiência ou imunossuprimidas. A implementação de um modelo como esse reforça que políticas públicas de sucesso são aquelas que, além de eficientes, são também sensíveis às realidades sociais e capazes de transformar penalizações em oportunidades de cuidado coletivo. Por isso, recomenda-se o monitoramento contínuo do

programa, a coleta de indicadores de desempenho e a constante escuta ativa da população atendida, para ajustes e aperfeiçoamentos que garantam a eficácia da medida ao longo do tempo. Dessa forma, a distribuição de repelentes para gestantes em Ipatinga, viabilizada pela conversão de multas sanitárias, demonstra ser uma solução concreta, equitativa e de alto impacto para o enfrentamento da transmissão vertical das arboviroses, unindo saúde pública, educação sanitária e justiça social em uma única ação articulada, sustentável e replicável.

Palavras-chave: Arboviroses; Gestantes; Prevenção; Equidade; Políticas públicas.

Eixo temático: Assistência, Gestão.

Bibliografia: 1. Rodrigues Lemos J, Jacques Sousa de Assis SK. Transmissão vertical do vírus Oropouche no Brasil e aspectos clínicos: uma revisão de literatura. JMBR [Internet]. 1º de agosto de 2024 [citado 8º de março de 2025];1(3):68-83. Disponível em: <https://journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/70> 2. Antero AA, Santiago CM, Florencio C do N, Ribeiro WA. AÇÕES EDUCATIVAS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E CONTROLE DAS ARBOVIROSES. REASE [Internet]. 6º de dezembro de 2024 [citado 8º de março de 2025];1(01):138-53. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17136>. 3. Silva ACM da, Silva M de L, Duarte LC, Sousa AC de, Bezerra YCP. A DENGUE NA GESTAÇÃO: DO RISCO À PREVENÇÃO. REASE [Internet]. 10º de dezembro de 2024 [citado 8º de março de 2025];10(12):2307-15. Disponível em: www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/17483.

2.59 Saúde Única e Prevenção de Arboviroses na Educação Básica: Experiências do Programa Saúde na Escola

Autores: Richard Gregory Rodrigues Chagas, Guido Guimarães Sampaio

Afiliação: Secretaria de Saúde de Florestal/MG

Este trabalho apresenta os resultados de duas intervenções de educação em saúde realizadas sob o escopo do Programa Saúde na Escola (PSE) em Florestal/MG. As ações foram desenhadas para diferentes níveis de ensino, adaptando metodologias para maximizar o engajamento e a aprendizagem. A primeira intervenção, focada em "Saúde Única" (One Health), foi direcionada a alunos do 3º ano do Ensino Médio. O objetivo foi conscientizá-los sobre a intrínseca conexão entre a saúde humana, a saúde animal e o equilíbrio ambiental, abordando temas complexos como zoonoses, resistência antimicrobiana e segurança alimentar. Para isso, foram empregadas metodologias ativas, como aulas expositivas dialogadas, brainstorming e análise de notícias, buscando estimular a reflexão crítica sobre o impacto das ações humanas e o papel de cada indivíduo na promoção da saúde integral. A segunda iniciativa, intitulada "Dengue Não Tem Vez!", foi implementada com estudantes de 6 a 11 anos do Ensino Fundamental na Escola Municipal Dercy Alves Ribeiro. A abordagem lúdico-participativa integrou teatro interativo, contação de histórias, jogos e uma oficina científica para ensinar sobre o ciclo de vida do Aedes aegypti e as medidas de prevenção da dengue. A avaliação do impacto da ação foi realizada por meio de questionários diagnósticos e finais. Os resultados demonstraram uma melhora expressiva no conhecimento dos estudantes. O percentual de acerto na identificação do mosquito vetor subiu de 65 % para 100 % após as atividades. Além disso, 89 % dos alunos passaram a identificar corretamente as práticas preventivas. A alta aceitação da metodologia foi evidenciada pela avaliação positiva das oficinas por 93 % dos participantes e pela autoavaliação de aprendizado, na qual 87 % afirmaram ter aprendido "bastante" ou "muito". As duas experiências, embora distintas em público e tema, convergem ao utilizar metodologias ativas que colocam o estudante como protagonista do seu aprendizado, conforme preconizado por Freire (2011). Os resultados validam a eficácia de estratégias contextualizadas e participativas na educação em saúde, demonstrando que a adaptação da linguagem - crítica para o Ensino Médio e lúdica para o Fundamental - é crucial para o sucesso. As intervenções reforçam o potencial da escola como espaço de formação de cidadãos conscientes e multiplicadores de práticas saudáveis.

Palavras-chave: Saúde Única; Ensino Médio; Arboviroses; Dengue; Ensino Fundamental.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Mobilização e Comunicação Social.

Bibliografia: BARBOSA, J. et al. (2021). Efetividade de intervenções educativas no combate à dengue. *Revista de Saúde Pública*, 55(2), 1-10. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível

em: www.basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 13 maio 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno do Gestor do Programa Saúde na Escola. 1^a ed. 2022. www.bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno-gestor-PSE.pdf. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: www.bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica-nacional-promocao-saude.pdf. Acesso em: 13 maio 2025. BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. KISHIMOTO, Tizuko Mochida. O brincar e suas teorias. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007. MCEWEN, Scott A.; COLLIGNON, Peter J. Antimicrobial Resistance: a One Health Perspective. *Microbiology Spectrum*, v. 6, n. 2, p. 6.2.10, 6 abr. 2018. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Nota Técnica n° 5/2023-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS. BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica n° 23/2024-CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS. PAIM, Jairnilson Silva. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. In: CERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 19-43. ZINSSTAG, Jakob et al. Climate change and One Health. *FEMS Microbiology Letters*, v. 365, n. 11, 1 jun. 2018.

2.60 SISDENGUE: implantação de sistema informatizado para monitoramento em tempo real de casos de dengue e chikungunya em São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais

Autores: Nayara Janaina Mandelo Silva, Guilherme Firmino Duarte

Afiliação: Secretaria de Saúde de São Sebastião do Paraíso - Departamento de Vigilância em Saúde

Contexto: As arboviroses, em especial a dengue e a chikungunya, são problemas recorrentes de saúde pública em Minas Gerais, resultando em elevada demanda por monitoramento, resposta rápida e comunicação eficaz entre os serviços de saúde. No município de São Sebastião do Paraíso, até 2023 o controle era realizado por meio de planilhas em Excel. Esse modelo apresentava diversas limitações: arquivos excessivamente pesados devido ao grande volume de notificações, risco de erros decorrentes da contagem manual realizada pelos funcionários, ausência de informações em tempo real e necessidade de conhecimento técnico em Excel para manipular fórmulas, planilhas e gráficos. Esses fatores impactavam a confiabilidade das informações e atrasavam a produção do boletim epidemiológico, comprometendo o tempo de resposta das ações de vigilância. Diante dessa realidade, surgiu a necessidade de criar uma ferramenta própria, simples e sustentável, que possibilitasse maior agilidade, padronização e segurança no monitoramento dos casos. **Envolvidos:** O sistema foi construído a partir de uma necessidade da Vigilância Epidemiológica em acompanhar e monitorar os casos de dengue, sendo então desenvolvido por Guilherme Firmino Duarte, referência técnica da Vigilância Sanitária, que já utilizava um sistema informatizado no setor. A partir dessa experiência, ele integrou o módulo SISDENGUE ao sistema existente, adaptando-o às necessidades da Vigilância Epidemiológica. **Quando e onde foi realizada?** O sistema foi desenvolvido e implementado a partir de 2023, no âmbito da Vigilância em Saúde de São Sebastião do Paraíso/MG, e permanece em uso contínuo, ainda em desenvolvimento de acordo com as demandas da Vigilância Epidemiológica, com atualização progressiva de suas funcionalidades de acordo com as necessidades. **Como foi realizada?** O projeto consistiu na integração de um módulo específico para arboviroses, denominado SISDENGUE, ao sistema da Vigilância Sanitária já existente no município. Para isso, foram utilizadas ferramentas gratuitas (linguagem de programação Python, banco de dados livre) e o servidor próprio da prefeitura, com acesso restrito à rede interna (intranet). A base de endereços previamente cadastrada pela Vigilância Sanitária foi aproveitada, permitindo padronização e maior confiabilidade. O módulo contempla as principais variáveis de vigilância epidemiológica, tais como: Identificação do paciente (nome, telefone, endereço completo e USF de referência); Unidade notificadora e datas: recebimento da notificação, notificação em si e início dos sintomas; Cálculo automático da semana epidemiológica e da data limite para realização de sorologia; Número do SINAN, grupo de risco, data de internação (quando aplicável), evolução clínica, resultado de exames e registro de óbito; Classificação final, critérios de confirmação ou descarte e data

de encerramento; Outra funcionalidade importante do SISDENGUE é a aba destinada ao encerramento de casos. Nela, é possível visualizar todas as notificações pendentes de encerramento, bem como quantos dias cada notificação está em aberto no sistema, considerando o prazo máximo de 60 dias preconizado para encerramento no SINAN. Para facilitar o acompanhamento, o sistema utiliza uma classificação por cores: notificações já fora do prazo (acima de 60 dias) são destacadas em preto; notificações entre 51 e 60 dias em aberto aparecem em vermelho; entre 40 e 50 dias em amarelo; e aquelas entre 0 e 40 dias em verde. Esse recurso permite que a equipe de vigilância identifique rapidamente as pendências e atue de forma preventiva para que as notificações sejam encerradas dentro do prazo estabelecido. Ressalta-se que o SISDENGUE não substitui o SINAN, sistema oficial de informação em saúde do Ministério da Saúde, sendo utilizado como ferramenta complementar para o monitoramento local em tempo real. O fluxo de alimentação do SINAN permanece sendo realizado normalmente, conforme preconizado pelas normativas nacionais. Resultados alcançados: A implantação do SISDENGUE proporcionou avanços significativos: Agilidade na consolidação dos dados: relatórios que antes demandavam horas de tabulação manual passaram a ser obtidos instantaneamente; Confiabilidade da informação: a padronização dos campos reduziu erros decorrentes de digitação e contagem manual; Monitoramento em tempo real: viabilizou a identificação precoce de áreas críticas, subsidiando o direcionamento das equipes de campo para controle vetorial bem como planejamento das ações de mutirões de limpeza; Elaboração facilitada do boletim epidemiológico: o sistema gera automaticamente os dados referentes ao período selecionado, otimizando a comunicação com gestores; Comparação histórica: pela primeira vez, o município passou a dispor de um recurso para analisar dados de anos diferentes (2023, 2024 e 2025), possibilitando avaliação da tendência epidemiológica; Gráficos automatizados: dispensou a necessidade de conhecimento técnico em Excel, garantindo acesso rápido às informações também para gestores não especializados; Melhoria no cumprimento dos prazos de encerramento das notificações: a visualização dos dias em aberto e a classificação por cores funcionam como alertas visuais, favorecendo o monitoramento contínuo e a tomada de decisão rápida. Essa funcionalidade contribuiu para a redução de atrasos no encerramento, garantindo maior qualidade da informação encaminhada ao SINAN; Impacto prático para a equipe de campo: além das facilidades já descritas, o SISDENGUE também trouxe ganhos diretos para o trabalho dos supervisores de endemias. A partir dos relatórios extraídos do sistema, foi possível integrar as informações ao MyMaps, ferramenta gratuita do Google. Essa integração permitiu a elaboração de mapas dinâmicos da dengue, nos quais os casos foram georreferenciados e sinalizados por cores distintas de acordo com sua situação: notificações, casos positivos confirmados, visitas já realizadas pelos agentes comunitários de endemias e ações de UBV (Ultrabaixo Volume) executadas. Essa visualização prática possibilitou um planejamento mais assertivo das ações de campo, identificação de áreas críticas em tempo real, monitoramento da efetividade das intervenções e melhor comunicação entre vigilância epidemiológica, supervisores e agentes de endemias. Expectativas: O SISDENGUE consolidou-se como uma ferramenta de fácil aplicabilidade e baixo custo, com grande potencial de replicação em outros municípios.

Entre as perspectivas futuras estão: Expansão para monitoramento de outras arboviroses, como Zika e febre amarela; Geração de relatórios gráficos automatizados ainda mais intuitivos, para apoiar a comunicação de dados junto à população e gestores. Conclusão: O desenvolvimento e uso do SISDENGUE demonstraram que soluções tecnológicas locais, construídas com recursos já disponíveis, podem transformar a prática da vigilância epidemiológica. O sistema reduziu falhas, acelerou processos, ampliou a confiabilidade das informações e fortaleceu a resposta do município frente as arboviroses. Trata-se de uma prática inovadora, sustentável e reproduzível em outros contextos municipais, reafirmando a importância da criatividade e da gestão eficiente no âmbito do SUS. O SISDENGUE atua como suporte, agilizando a análise e gestão municipal dos casos, enquanto o SINAN continua sendo o repositório nacional obrigatório para fins de consolidação e vigilância em nível estadual e federal.

Palavras-chave: Arbovirose; Gastos; município.Dengue; Chikungunya; Vigilância Epidemiológica; Sistemas de Informação em Saúde; Arboviroses.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica

Bibliografia: 1. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde, 6^a edição, Volume 2. Brasília: MS; 2024.Dengue; Chikungunya; Vigilância Epidemiológica; Sistemas de Informação em Saúde; Arboviroses.

2.61 Telagem inovadora de ralos domésticos no combate à dengue em Piumhi/MG

Autores: Luiz Henrique Vieira Mota

Afiliação: Secretaria de Saúde de Piumhi/MG

O município de Piumhi/MG implementou uma metodologia inovadora de telagem de ralos domésticos, superando as limitações da telagem convencional. Enquanto o método tradicional apresenta problemas como acúmulo de detritos na tela (que levam ao desprendimento da tela de nylon da grelha, fazendo com que ela caia no fundo do ralo), a nova técnica desenvolvida em Piumhi garante maior durabilidade e eficácia. Além disso, a metodologia proposta impede o desfiamento natural da tela com o passar do tempo, mantendo a proteção contra o *Aedes aegypti* e outros insetos por mais tempo. Um diferencial importante é que a tela é oferecida gratuitamente pelos agentes de endemias do município, que realizam a instalação durante as vistorias regulares, ensinando passo a passo ao morador como fazer a manutenção e replicar a técnica em outros ralos da residência. Essa abordagem prática e educativa garante a correta aplicação do método e o engajamento da comunidade. Essa solução foi especialmente relevante porque os ralos domésticos são frequentemente apontados como criadouros de larvas de *Aedes aegypti* nas pesquisas do LIRAA (Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti*) no município. Objetivo principal: Substituir a telagem convencional por um método mais eficiente e durável, reduzindo criadouros de *Aedes aegypti* em ralos domésticos. Objetivos específicos: Evitar o desprendimento da tela (problema comum no método tradicional); impedir o desfiamento da tela com o uso do isqueiro para selar as pontas; reduzir os índices larvários no LIRAA, impactando diretamente na diminuição de casos de dengue; proteger as residências contra escorpiões e outros insetos; capacitar moradores para que possam replicar a técnica de forma autônoma. A nova abordagem de telagem foi desenvolvida após a identificação das falhas da metodologia convencional, que incluíam desprendimento da tela devido ao acúmulo de detritos ocasionando entupimento dos ralos e desfiamento das bordas, reduzindo a vida útil da proteção. Materiais utilizados, (i) Tela de nylon fornecida gratuitamente pela Secretaria Municipal de Saúde, (ii) clipe de papel ou pedaço de arame (para fixação firme), (iii) tesoura e (iv) isqueiro (para selar as pontas e evitar desfiamento). Durante as vistorias, os agentes de endemias identificam ralos sem proteção ou com telagem inadequada, instalam a tela gratuitamente, demonstrando o passo a passo ao morador e explicam a importância da manutenção (lavagem periódica da grelha). A tela é cortada com quatro vezes o tamanho da grelha do ralo e presa com clipe de papel ou arame, garantindo que não se solte com o acúmulo de água ou detritos. O isqueiro é utilizado para queimar as extremidades evita o desfiamento natural, aumentando a durabilidade (Figura B). É orientado aos moradores lavarem a grelha do ralo periodicamente para manter a tela funcionando sem interferir no fluxo de água. Eficácia comprovada com redução de 100 % nos casos de desprendimento de tela (em comparação com o método tradicional) além de apresentar durabilidade aumentada, pois a selagem com isqueiro evitou o desfiamento,

mantendo a proteção por meses. A metodologia também resultou na queda gradual nos números absolutos de ralos com larvas desde o início da experiência, boa aceitabilidade pela população sobre a facilidade de aplicação e maior eficiência. A experiência em Piumhi/MG demonstrou que pequenas inovações podem resolver grandes problemas. A nova metodologia de telagem superou as limitações do método convencional, oferecendo uma solução mais durável, eficaz e de baixo custo para o combate ao *Aedes aegypti* e outros insetos. O fornecimento gratuito das telas e a capacitação dos moradores durante as vistorias foram fatores chave para o sucesso da iniciativa. Na continuidade da experiência o setor de endemias do município pretende ampliar a distribuição de telas para 100 % dos domicílios em áreas de risco, incluir a técnica no plano municipal de combate à dengue como ação permanente e compartilhar a experiência com outros municípios por meio de videoconferências e redes sociais.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; Controle Vetorial; Telagem de ralos

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

2.62 Uso de drones no combate a *Aedes aegypti* em Muriaé/MG

Autores: Fabrine Odete da Costa Reis, Marianni Monteiro e William Secunho

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé/MG

Aedes aegypti, transmissor de dengue, chikungunya e Zika, representa um desafio constante em Muriaé-MG, onde a dengue é endêmica. Entre 2024 e 2025, a Vigilância Ambiental implantou o uso de drones para mapear potenciais criadouros em áreas de difícil acesso, como caixas d'água abertas, lajes e piscinas sem manutenção. Os relatórios, gerados por inteligência artificial em até sete dias, orientaram os Agentes de Combate a Endemias, que realizaram vistorias e aplicaram medidas de controle. Na 1^a etapa do mapeamento, em novembro de 2024, foram identificados 722 imóveis com possíveis focos e 773 pontos de risco; 515 imóveis foram vistoriados e 541 focos confirmados tratados. Mesmo em janeiro de 2025, período de maior risco, Muriaé manteve o LIRAA em 2,8 % (médio risco), evidenciando a eficácia da estratégia. O uso de drones demonstrou agilidade, precisão e custo-benefício positivo, fortalecendo as ações de vigilância em saúde e protegendo a população.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; Dengue; Arboviroses; Vigilância em Saúde Pública; Veículos Aéreos Não Tripulado.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue. Brasília: MS, 2022. SES-MG. Manual de Vigilância e Controle do *Aedes aegypti*. Belo Horizonte: SES-MG, 2023.

2.63 Uso de drones no monitoramento territorial para controle vetorial de *Aedes aegypti*: experiência no município de Nova Serrana/MG

Autores: Edna Gomes Evangelista Lana, Katiuscia F. Ferreira Oliveira, Daniel Alves de Jesus, Jhonathan Bruno Costa Fernandes, Leslie Franciele Sousa Oliveira Campos, Lucas Santana dos Santos, Marcio Lopes de Mendonça

Afiliação: Secretaria de saúde de Nova Serrana/MG

Introdução: A vigilância em saúde ambiental busca estratégias inovadoras para lidar com os desafios urbanos no controle de vetores. O uso de drones tem se mostrado uma ferramenta promissora na detecção e intervenção em áreas de difícil acesso, ampliando a capacidade de resposta dos serviços de saúde pública frente a *Aedes aegypti*. Envolvidos: a ação foi realizada no município de Nova Serrana/MG e contou com: Agentes de Combate às Endemias - execução em campo; Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde - coordenação e supervisão; Equipe de retaguarda – suporte logístico e tecnológico; Secretarias Municipais de Obras e Meio Ambiente – participação pontual; Imprensa local - apoio na divulgação. **Objetivo:** realizar o controle de criadouros do mosquito *Aedes aegypti* por meio do mapeamento aéreo com drones, aplicando recursos de geotecnologia e vigilância entomológica remota. **Etapas Executadas:** Mapeamento aéreo de áreas urbanas com drones; Montagem de equipe multidisciplinar (solo e altura); Visitas domiciliares com remoção de focos e uso de larvicidas; Logística estruturada com mutirões e suporte técnico; Registro digital e análise de dados em tempo real; Treinamentos com base nas imagens captadas. **Desafios Enfrentados:** Curto prazo de execução; Falta de capacitação para manuseio de drones; Recursos humanos e EPIs insuficientes; Imóveis fechados e resistência da população; Defasagem entre mapeamento e execução de campo; Interpretação complexa de imagens em áreas adensadas. **Quando foi realizado?** A ação teve início em maio de 2025, sendo dividida em duas etapas: 1^a etapa: 200 hectares mapeados e intervencionados; 2^a etapa: expansão para mais 300 hectares, totalizando 500 hectares com uso de drones. **Resultados:** Mapeamento eficaz de 500 hectares com identificação de focos; Acesso a áreas antes inacessíveis (caixas d'água, lajes etc.); Redução do tempo de resposta das equipes; Visão ampliada das vulnerabilidades ambientais; Reorganização funcional das equipes (solo/altura); Suporte remoto via equipe de retaguarda digital; Melhoria na infraestrutura e logística; Implantação de painéis de dados em tempo real. **Expectativas:** Capacitação contínua das equipes; Ampliação do uso de drones como ferramenta permanente; Maior integração intersetorial; Logística territorial otimizada; Comunicação em saúde fortalecida; **Considerações finais:** A experiência com a política VigiDrone em Nova Serrana evidenciou que o uso de drones no monitoramento territorial é uma ferramenta viável, eficaz e replicável para o controle de *Aedes aegypti*. Apesar dos obstáculos operacionais, os resultados apontam ganhos significativos em agilidade, cobertura e precisão. A sustentabilidade da iniciativa dependerá da capacitação

contínua, investimento em tecnologia e integração intersetorial.

Palavras-chave: Monitoramento; Controle vetorial; *Aedes aegypti*.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância do Culex, Aedes e Anopheles: estratégias integradas de combate aos vetores urbanos. Brasília: MS, 2023. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Vigilância em Saúde: VigiDrone – Monitoramento Aéreo para Controle Vetorial. Brasília: MS, 2024. OLIVEIRA, R. M. et al. Uso de geotecnologias no combate ao *Aedes aegypti*: um estudo de caso com drones no contexto urbano. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 7, n. 2, p. 51–66, 2022. SILVA, L. F.; MARTINS, A. T. Eficiência do uso de VANTs no controle de doenças transmitidas por vetores. Revista Saúde em Foco, v. 10, n. 1, p. 123–134, 2021. FERREIRA, T. S. et al. Planejamento urbano, saúde pública e o uso de drones: uma integração possível? Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 9, p. 3451–3460, 2022. MENDES, A. M. et al. Aplicações de drones em saúde pública: uma revisão integrativa. Revista de Saúde Digital, v. 3, n. 1, p. 88–102, 2023. OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. Guia técnico para o controle do *Aedes aegypti* nas Américas. Washington, D.C.: OPAS, 2021.

2.64 Uso do Prontuário Eletrônico - *Fast Medic* na análise diária das arboviroses em Uberlândia/MG: experiência da vigilância epidemiológica

Autores: Elaize Maria Gomes de Paula, Rejane da Silva Melo, Rejane Aparecida de Souza Carrijo, Wederson Barreto Santana

Afiliação: Secretaria Municipal de Uberlândia/MG

Introdução: As arboviroses representam um importante desafio para a saúde pública no Brasil, exigindo vigilância contínua e ações rápidas de controle. O município de Uberlândia-MG, pela magnitude populacional e condições ambientais, é área de relevância epidemiológica. Nesse contexto, a Vigilância Epidemiológica (VIGEP) realiza análise diária dos atendimentos registrados no sistema de prontuário eletrônico o *Fast Medic*, ferramenta local que possibilita identificar precocemente casos suspeitos por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID). Além da análise, a VIGEP elabora boletins diários que subsidiam a gestão municipal e emite alertas com recomendações direcionadas à assistência e ao controle vetorial. **Objetivo.** Apresentar a experiência de Uberlândia na utilização do *Fast Medic* para o monitoramento diário das arboviroses, destacando seu papel estratégico no direcionamento das ações de bloqueio e controle vetorial. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um relato de experiência da VIGEP de Uberlândia, no período de 2024-2025. A equipe técnica realiza a extração e análise diária dos dados de atendimentos notificados por CID relacionados às arboviroses no sistema *Fast Medic*. Esses dados são comparados aos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), possibilitando uma visão antecipada do cenário epidemiológico. A partir dessa análise, são desencadeadas ações de bloqueio de transmissão, como visitas domiciliares, controle vetorial e mobilização comunitária. **Resultados:** A análise diária possibilitou a identificação precoce de áreas com aumento de casos suspeitos, permitindo à gestão municipal, por meio das informações repassadas pela VIGEP, agir antes da consolidação dos dados no SINAN. Essa estratégia fortaleceu a capacidade de resposta rápida, otimizou a priorização de áreas críticas para bloqueio e ampliou a articulação entre vigilância epidemiológica, atenção primária e controle vetorial. **Como impacto,** observou-se maior eficiência na organização das equipes de campo, redução do tempo de resposta frente a surtos localizados e melhor integração da informação para a tomada de decisão. Além disso, a disponibilização de boletins diários e alertas técnicos qualificou a comunicação entre a gestão, a assistência e o controle vetorial, favorecendo maior agilidade na implementação de medidas preventivas e corretivas. **Conclusão:** O uso do *Fast Medic* como ferramenta de monitoramento diário das arboviroses em Uberlândia demonstrou ser uma prática inovadora e eficaz para antecipar o cenário epidemiológico, subsidiando ações rápidas e qualificadas de vigilância e controle. A experiência reforça a importância da

integração entre sistemas locais de informação e o SINAN, além de apresentar potencial de replicabilidade em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil.

Palavras-chave: Arboviroses; Vigilância epidemiológica; *Fast Medic*; SINAN; Uberlândia.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica

Bibliografia: 1. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde: volume único. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 2. BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de Arboviroses. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 3. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Plano Estadual de Enfrentamento das Arboviroses. Belo Horizonte: SES-MG, 2024.

2.65 Utilização de Drones no combate à dengue em Igarapé/MG

Autores: Thaís Aurora Gomes, Giovanni Luiz Barbosa, Caroline Claudia Paiva Dos Reis

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Igarapé - Departamento de Vigilância em Saúde

A dengue é uma arbovirose viral transmitida pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, cujos criadouros são majoritariamente ambientes urbanos com água parada. O combate eficaz à dengue exige ações contínuas de vigilância, controle e eliminação de focos do mosquito, tarefa cada vez mais desafiadora diante do crescimento urbano desordenado, da resistência aos inseticidas e da dificuldade em acessar certos locais. Nesse contexto, a utilização de drones mediante a ajuda estadual por meio da Resolução SES/MG N°9035/2023, sendo alterada recentemente pela Resolução SES/MG N°10332/2025, surge como uma alternativa tecnológica inovadora e eficiente. Os drones, também conhecidos como VANTS (Veículos Aéreos Não Tripulados), permitem o mapeamento aéreo de áreas urbanas e rurais, alcançando locais de difícil acesso por terra, como telhados, lajes, calhas, terrenos baldios, áreas alagadas e edificações abandonadas. Equipados com câmeras de alta resolução e sensores multiespectrais, esses dispositivos oferecem uma visão detalhada e georreferenciada do território, possibilitando a identificação de possíveis criadouros do mosquito. Além disso, drones podem ser integrados com sistemas de geoprocessamento e inteligência artificial, facilitando a análise automática de imagens para detectar acúmulo de água em calhas, caixas d'água descobertas, piscinas sem manutenção, recipientes plásticos, entulhos e pneus. Essa abordagem permite que os gestores públicos direcionem com maior eficiência as equipes de campo para os locais com maior risco. Outra aplicação relevante dos drones no combate à dengue é a pulverização aérea de larvicidas e biocidas em locais de difícil acesso. Alguns modelos de drones agrícolas adaptados ao meio urbano podem carregar tanques com produtos biológicos ou químicos, aplicando-os de maneira controlada sobre os criadouros identificados. Essa técnica reduz a exposição dos agentes de saúde a ambientes insalubres, aumenta a precisão na aplicação e diminui os impactos ambientais, já que o produto é utilizado apenas nos locais necessários. Além do uso para inspeção e pulverização, drones também têm sido utilizados em campanhas educativas e ações de conscientização. As imagens aéreas captadas podem ser utilizadas em materiais audiovisuais que mostram os locais de risco e alertam a população sobre a importância da prevenção. Em algumas cidades, drones também são usados para registrar ações de fiscalização e servir como prova em processos administrativos contra imóveis reincidentes em manter criadouros. Diversas experiências municipais no Brasil demonstram os benefícios dessa tecnologia. Em Maringá (PR), drones são utilizados desde 2018 para identificar e eliminar criadouros do mosquito, com resultados significativos na redução do número de casos. Em Campinas (SP), um projeto-piloto integrou drones, geoprocessamento e inteligência artificial para mapear áreas críticas, resultando em campanhas mais direcionadas e eficientes. Salvador (BA) também implementou o uso de drones para monitorar áreas alagadas e de difícil acesso, especialmente durante o período chuvoso. No município de

Igarapé-Mg iniciamos o uso de drones no dia 19/06/2024 sendo de extrema importância a utilização desta tecnologia, sendo finalizado a primeira etapa do plano de trabalho e iniciado a segunda etapa. Apesar dos benefícios, o uso de drones no combate à dengue enfrenta alguns desafios. O custo de aquisição e manutenção dos equipamentos ainda é elevado, exigindo investimento por parte dos governos municipais ou parcerias com instituições de pesquisa e empresas privadas. A operação dos drones também demanda capacitação técnica das equipes e respeito à legislação vigente. No Brasil, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) regulamentam o uso de drones, exigindo registro dos equipamentos, habilitação dos pilotos e autorização prévia para voos em áreas urbanas ou próximas de aeroportos. Outro ponto relevante é a questão da privacidade. Como drones sobrevoam áreas residenciais e captam imagens de propriedades privadas, é necessário garantir que seu uso respeite os direitos individuais dos cidadãos e siga as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A transparência na divulgação dos objetivos da operação e a delimitação do uso das imagens captadas são medidas essenciais para evitar conflitos legais e garantir a aceitação da população. Além das limitações técnicas e legais, o uso de drones depende de condições climáticas adequadas. Ventos fortes, chuvas e baixa visibilidade podem inviabilizar as operações. A autonomia de voo também é limitada, exigindo planejamento logístico para cobrir grandes áreas, o que pode envolver mais de uma aeronave ou múltiplas missões ao longo do dia. O futuro da utilização de drones no combate à dengue é promissor. A tendência é que essas aeronaves estejam cada vez mais integradas a sistemas inteligentes de vigilância epidemiológica. Com o avanço da inteligência artificial, espera-se que drones sejam capazes de identificar automaticamente criadouros, classificá-los por risco e transmitir dados em tempo real para as centrais de monitoramento. Outro aspecto inovador é o desenvolvimento de drones autônomos, capazes de realizar rotas pré-programadas sem a necessidade de controle manual constante. Isso reduziria ainda mais a necessidade de operadores humanos, aumentando a escalabilidade das operações. Em paralelo, o custo da tecnologia tende a diminuir com a popularização dos equipamentos e o aumento da produção nacional. Para que essas inovações se consolidem, é fundamental que o uso de drones esteja inserido em uma política pública de saúde integrada, intersetorial e participativa. Os drones não substituem o trabalho humano, mas o potencializam. Eles devem ser vistos como ferramentas complementares às ações das equipes de vigilância epidemiológica, agentes de saúde e educação sanitária. A colaboração entre secretarias de saúde, meio ambiente, defesa civil e urbanismo é essencial para o sucesso da estratégia. Além disso, é fundamental envolver a população nesse processo. A comunidade deve ser informada sobre o uso da tecnologia, seus objetivos e resultados. A adesão da sociedade é um fator decisivo no combate à dengue, pois grande parte dos focos do mosquito está em domicílios. Assim, campanhas educativas que mostrem o trabalho realizado com drones, associadas a ações de mobilização social, tendem a aumentar a conscientização e a colaboração da população. Em resumo, a utilização de drones no combate à dengue representa um avanço significativo na modernização das práticas de vigilância e controle de endemias. A tecnologia oferece vantagens em termos de

alcance, precisão, economia de recursos e regulado e integrado a outras ações estruturais e educativas. Com investimentos em capacitação, regulamentação adequada e apoio da comunidade, os drones podem se tornar aliados estratégicos e permanentes na luta contra o mosquito Aedes aegypti e na promoção da saúde pública.

Palavras-chave: Drones, Dengue, Combate.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial

Bibliografia: RESOLUÇÃO SES/MG Nº 9.035, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023. www.revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/437

2.66 Vigilância entomológica de Pontos Estratégicos no município de Belo Horizonte/MG de 2023 a 2024

Autores: Rodneia Nogueira Duarte, José Carlos Nascimento, Simone Agostinho da Silva

Afiliação: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte/MG

Vigilância entomológica é uma ação com o objetivo de realizar o levantamento de informações dos insetos vetores, conforme sua fase de vida, e sua interação com o ambiente. No caso da vigilância em pontos estratégicos - PE (imóveis com acúmulo de depósitos não removíveis) o objetivo é identificar a presença de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* para que a Diretoria de Zoonoses – DIZO / Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte SMSA PBH e as regionais possam propor ações de controle conforme as condições ambientais do território. A metodologia recomendada é a visita quinzenal aos PE (24 por ano ou 4 por tratamento focal por ano – 5 TF ano), pelas equipes de zoonoses das áreas de abrangência para realização de coleta de larvas e tratamento focal e ou perifocal. As larvas são coletadas em tubitos com álcool 70º para envio ao Laboratório de Zoonoses – LZOON setor Entomologia. A identificação das larvas de *Ae. aegypti*, *Ae. albopictus* e outros são realizadas por uma equipe composta por 7 técnicos de laboratório e 2 estagiários treinados e supervisionados por 2 biólogos e 1 veterinária. São utilizados 6 microscópios, lâminas, bacia plástica pequena, pincel e todo material necessário para separação e identificação das larvas por depósito. Os resultados são registrados em formulário próprio e digitadas no Sistema de Controle Zoonoses da prefeitura de Belo Horizonte – Sczoo. Todas as regionais e a DIZO SMSA da PBH podem acessar os resultados imediatamente após a digitação. No ano de 2023 foram realizadas 14.034 visitas nos imóveis classificados como PE, 912 tubitos analisados. Foram identificadas: 4.446 Larvas de *Aedes aegypti*, 558 larvas de *Ae. albopictus* e 2.266 larvas de outros. No ano de 2024 foram realizadas 13.349 visitas nos imóveis classificados como PE, 1.028 tubitos analisados. Foram identificadas: 4.349 larvas de *Aedes aegypti*, 1.442 larvas de *Ae. albopictus* e 2.253 larvas de outros insetos. A variação nos dados pode estar relacionada ao número de PE, ao tipo de PE, ao período do ano (sazonalidade) e o uso de inseticida para combate ao adulto tanto no entorno como no interior do PE. É notável a diferença entre o número *Ae. albopictus* e de *Ae. aegypti*. A partir deste levantamento entomológico os técnicos das regionais e da DIZO puderam monitorar a presença, distribuição geográfica, estimar riscos de transmissão de patógenos e definir intervenções de prevenção e controle vetorial conforme período do ano, associando os dados de positividade dos PE, tipo de imóvel, número de casos de arboviroses e outros dados para avaliar os ricos no território.

Palavras-chave: Vigilância, entomologia; ponto estratégico.

Eixo temático: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.

Bibliografia: BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde de A a Z. www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/vigilancia-entomologica

2.67 Vistoria individual no combate às arboviroses: impacto das tecnologias de processamento e monitoramento na gestão eficiente da produtividade em Matipó/MG

Autores: Gabriel de Laia Taranto

Afiliação: Secretaria de Saúde de Matipó/MG

Introdução: A implementação de um sistema de vistoria individual do Tratamento Focal contra as arboviroses tem se mostrado fundamental para aumentar a produtividade de equipes de campo, especialmente no contexto de vistorias imobiliárias. Este tratamento é de cunho importante para o combate à dengue, Zika e à chikungunya, contribuindo para a redução da incidência dessas doenças. A gestão de dados em tempo real e o acompanhamento de desempenho individual possibilitam ajustes rápidos e a otimização de processos. Este artigo visa analisar a evolução da produtividade da equipe ao longo dos três primeiros bimestres de 2025, destacando como a implementação deste sistema contribuiu para a melhoria contínua dos resultados.

Materiais e Métodos: O sistema de vistoria foi projetado para monitorar e avaliar o desempenho de cada responsável pela vistoria, com foco em imóveis vistoriados, resultados positivos e negativos, e a consequente taxa de produtividade. Durante os três bimestres de 2025, os dados de cada responsável foram registrados, permitindo uma comparação contínua do desempenho e a identificação de áreas que necessitavam de intervenção. A produtividade foi medida com base no percentual de imóveis vistoriados que obtiveram resultados positivos, com uma meta de 80 % como referência para o desempenho ideal.

Resultados:

- 1º TF: Início Desafiador.** No primeiro TF (Tratamento Focal), observou-se uma grande variação nos resultados de produtividade entre os responsáveis e desempenho de 56 % total. Alguns apresentaram resultados positivos excepcionais, como Al. (100 %) e Pa./La. (90 %), enquanto outros enfrentaram dificuldades, com destaque negativo para Er. (23 %) e Ra. (10 %). Essa disparidade pode ser atribuída ao início da implementação do sistema, que trouxe desafios de adaptação tanto para a equipe quanto para a metodologia de trabalho. A resistência de moradores e a necessidade de ajustes no processo de vistoria também foram fatores influentes.
- 2º TF: Melhora na Adesão e Efetividade.** Com a implementação contínua do sistema e a substituição de trabalhadores, o segundo TF mostrou um progresso significativo com desempenho de 80 %. A maioria dos responsáveis superou a marca de 70 % de imóveis positivos, com Lu. (94,59 %), Pa. (95 %) e Na. (90 %) destacando-se pelo desempenho superior. Embora os índices tenham melhorado, alguns responsáveis ainda apresentaram taxas de produtividade abaixo da meta, como Re. (64,86 %) e Ra. (65,63 %). Isso evidenciou que, embora o sistema tenha proporcionado ganhos gerais, havia necessidade de apoio e reforço em algumas áreas específicas.
- 3º TF: Consolidação do Sistema e Alta Produtividade.** No terceiro TF, a implementação do sistema foi completamente consolidada, com a maioria dos responsáveis alcançando índices de produtividade acima de 85 %, e muitos superando os 90 %. Er. e Jo alcançaram 100 % de imóveis positivos, demonstrando a

plena eficácia da metodologia adotada com desempenho total de 91 %. Os resultados de produtividade mostraram um salto de qualidade, com todos os responsáveis atingindo resultados superiores a 85 %. Este cenário reflete a adaptação plena da equipe e o sucesso do processo de melhoria contínua, com o sistema atuando como ferramenta central para a gestão da produtividade. Conclusão: A implementação do sistema de vistoria individual focado na produtividade demonstrou um impacto positivo significativo ao longo de 2025. O desempenho da equipe passou por uma evolução notável: 1º Trimestre: Desafios iniciais e variação nos resultados e desempenho de 56 % total; 2º Trimestre: Melhorias na adesão ao sistema e produtividade crescente com desempenho de 80 %; 3º Trimestre: Consolidação do sistema, com alta produtividade e superação das metas estabelecidas com 91 %. Os dados demonstram que o sistema permitiu não apenas o monitoramento eficaz do desempenho individual, mas também possibilitou ajustes rápidos e estratégias de melhoria para as áreas que apresentaram desempenho abaixo da média. A adaptação ao sistema foi crucial para o aumento da produtividade e, com isso, o alcance dos objetivos estabelecidos. Recomendações: Com base nos resultados obtidos, recomenda-se: Reforço em áreas críticas: Continuar monitorando as áreas com menores índices de produtividade, proporcionando treinamento e suporte contínuo; Aprimoramento do processo de adaptação: Investir em treinamento específico para novos membros da equipe, garantindo que a transição para o sistema seja mais eficiente e rápida; Expansão do uso de tecnologia: Adoção de ferramentas complementares para agilizar a coleta de dados e o acompanhamento em tempo real, otimizando ainda mais o desempenho da equipe. Conclusão: O sistema de vistoria individual foi essencial para transformar a gestão de produtividade municipal, evidenciando a importância de um acompanhamento detalhado e individualizado. Os resultados positivos ao longo dos bimestres reforçam a eficácia do modelo, proporcionando uma base sólida para a continuidade do trabalho e evolução dos processos de vistoria.

Palavras-chave: Arboviroses; Vistoria; Tecnologia; Produtividade; Desempenho.

Eixo temático: Vigilância Epidemiológica, Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, Gestão.

ANEXO

Anexo A – Programação



1ª Etapa – Oficinas pré-seminário

Dias 03/09/2025

Público alvo: Gestores e profissionais de saúde

2ª Etapa – Seminário Estadual de Arboviroses: Diretrizes da política de vigilância, prevenção e controle.

Dias 04 e 05/09/2025

Público alvo: Gestores e profissionais de saúde

3ª Etapa – III Seminário de Manejo Clínico das Arboviroses:

Qualificação da assistência para o período sazonal.

Dias 08 e 09/09/2025

Público alvo: Médicos e enfermeiros.

Anexo A – Programação



A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), com o apoio do Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), desenvolve para este ano a **Jornada Mineira de Arboviroses 2025**. O evento contempla Oficinas Pré Seminários, Seminário Estadual e Seminários Macrorregionais. A SES-MG apresenta a programação oficial do **Seminário Estadual de Arboviroses: Diretrizes da Política de Vigilância, Prevenção e Controle**, a ser realizado nos dias 04 e 05 de setembro de 2025, e do **III Seminário de Manejo Clínico das Arboviroses: Qualificação da Assistência para o Período Sazonal**, que ocorrerá nos dias 08 e 09 de setembro de 2025. Ambos acontecerão no Auditório Juscelino Kubitschek, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

Seminário Estadual de Arboviroses: Diretrizes da Política de Vigilância, Prevenção e Controle

Objetivo: promover a troca de informações, experiências e boas práticas no enfrentamento das arboviroses — como dengue, chikungunya, Zika, febre amarela e Oropouche — fortalecendo os esforços de prevenção, controle, vigilância e assistência em todo o estado.

Público Alvo: profissionais e gestores de saúde estaduais e municipais, pesquisadores, representantes de consórcios intermunicipais de saúde e demais interessados na temática.

Programação

Dia 1 – 04/09/2025 (Quinta-feira)

Hora	Atividade	Palestrantes/Instituições
8:00	Início do Credenciamento	
09:00	Mesa de Abertura	Fábio Baccheretti Vitor (Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais/SES-MG) Eduardo Campos Prosdocim (Subsecretaria de Vigilância em Saúde/SES-MG) Lívia Carla Vinhal Frutuoso (Coordenação Geral das Arboviroses/Ministério da Saúde) Wildo Navegantes de Araújo (Organização Panamericana de Saúde – OPAS/OMS) Edivaldo Farias da Silva Filho (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – COSEMS MG) Cristiana Ferreira Alves de Brito (Instituto René Rachou – Fiocruz Minas) Aureliomarks Matos de Oliveira (Colegiado de Secretários Executivos de Consórcios Públicos de Minas Gerais – COSECS-MG)
09:30	Cenário Epidemiológico no Brasil e em Minas Gerais	Lívia Carla Vinhal Frutuoso (Coordenação Geral das Arboviroses/Ministério da Saúde) Aline Lara Cavalcante Oliva (Superintendência de Vigilância Epidemiológica – SVE/SES-MG)
10:00	Política Estadual de Arboviroses de MG: Desafios e Perspectivas Futuras	Moderadora: Marcela Lencine Ferraz (Diretoria de Vigilância de doenças Transmissíveis e Imunização – DVDTI/SES-MG)
10:30	Preparação e Resposta em Emergências em Saúde Pública - ESP	Eduardo Campos Prosdocim (Subsecretaria de Vigilância em Saúde/SES-MG)
11:00	Sessão 01: Atualização de Planos de Contingência (PEC-Arbo e PMC-Arbo) e Painéis de Acompanhamento	Wildo Navegantes de Araújo (Organização Panamericana de Saúde – OPAS/OMS) Danielle Capistrano (Coordenação Estadual de Vigilância das Arboviroses e Controle Vetorial – CEVARB-CV/SES-MG)
12:00	Intervalo	
13:00	Apresentação de Pôster e Vídeos	
13:45	Apresentação do Mestrado Profissional em Vigilância e Controle de Vetores	Rita de Cássia Moreira de Souza (Instituto René Rachou – Fiocruz Minas)
14:00	Sessão 02: A Importância do Comitê Estadual de Enfrentamento das Arboviroses (CEEA)	Representantes do Comitê Estadual de Enfrentamento das Arboviroses (CEEA): Ana Claudia Barbosa Carvalho (CQPTAPS-AV/SES-MG); Myriam Morato Duarte (FUNED); Carolina Senra Alves de Souza (Coordenação Estadual de Laboratórios de Saúde Pública – CELP/SES-MG); Danielle Capistrano (CEVARB-CV); Eva Lídia Arcoverde Medeiros (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIEVS Minas) Moderadora: Magali Rodrigues de Brito (COSEMS)
15:00	Coffee Break	
15:30	Sessão 03: A Rede de Atenção à Saúde (RAS) e Assistência Farmacêutica em Arboviroses	Silvana Novaes Ferreira (Coordenação de Qualificação dos Processos de Trabalho da APS e Ações de Vigilância – CQPTAPS-AV/SES-MG) Daniela Mendes Motta de Souza (Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Era) Carolina Andrade Oliveira Dibai (Diretora de Políticas da Assistência Farmacêutica – SES-MG) Moderadora: Tânia Maria Marcial Amaral (CIEVS Minas)
16:50	Sessão 04: Estratégias de Comunicação e Engajamento Social no Controle das Arboviroses	Patrícia Alves (Assessoria de Comunicação – ASCOM/SES-MG) Priscila Fujiwara (Assessoria de Comunicação – ASCOM/SES-MG)
17:20	Encaminhamentos finais do dia de atividades	

Anexo A – Programação



Programação

Dia 2 – 05/09/2025 (Sexta-feira)

Hora	Atividade	Palestrantes/Instituições
08:00	Sessão 05: Vigilância de Casos, Vig. de Óbitos e o Papel Central para o Monitoramento, o Controle e a Prevenção	Sandra Elisa Barbosa da Silva (CEVARB-CV/SES-MG) Mayara Rocha Dos Santos (Comitê Estadual de Investigação de Óbitos por Arboviroses/CEVARB-CV/SES-MG) Mariana Leal (Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis) Moderadora: Roseli Gomes de Andrade (CEVARB-CV/SES-MG)
09:00	Sessão 06: A Vigilância Laboratorial no Enfrentamento das Arboviroses	Carolina Senra Alves de Souza (Coordenação Estadual de Laboratórios de Saúde Pública – CELP/SES-MG) Felipe Iani (Serviço de Virologia e Ricketsioses da Fundação Ezequiel Dias – FUNED) Marcelo Silvério (Centro Colaborador da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF) Danilo Bretas (Centro Colaborador da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina – UFVJM) Moderadores: Renée Carvalho (Coordenação Estadual de Laboratórios de Saúde Pública – CELP/SES-MG) Josiane Barbosa (Coordenação da Divisão de Epidemiologia e Controle de Doenças da Fundação Ezequiel Dias – FUNED)
10:15	Sessão 07: Estratégias Institucionais para o Controle Vetorial e a Vigilância Entomológica	Dionisio Pacelli Costa (CEVARB-CV/SES-MG) Karina Maia Lage (CONI/SES-MG) Eduardo Luiz da Silva (Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros) Moderador: Lileia Gonçalves Diotaiuti (Instituto René Rachou – Fiocruz Minas)
11:15	Sessão 08: Gestão em Saúde para a Governança e Planejamento em Arboviroses	Eduardo Campos Prosdocimi (SUBVS/SES-MG) Fabiano Geraldo Pimenta Junior (Secretário Adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente – MS) Moderadora: Tatiana Mingoti F Azara (Instituto René Rachou – Fiocruz Minas)
12:00	Intervalo	
13:00	Sessão 09: Previsibilidade, Preparação e Resposta no Enfrentamento da Febre Amarela	Ramon Silva Oliveira (CEVARB-CV/SES-MG) Jessica Andrade Oliveira (SISSGeo/Fiocruz) Adriano Pinter dos Santos (Grupo de Modelagem da Febre Amarela – GRUMFA e Universidade de São Paulo – USP) Filipe Vieira Santos de Abreu (Laboratório de Análise e Comportamento de Insetos do Instituto Federal do Norte de Minas – LACOI/IFNMG) Bartolomeu Lopes (Unidade Regional de Saúde de Montes Claros) Moderador: Jean Carlos dos Santos Barrado (Secretaria Municipal de Saúde de Sete Lagoas)
14:30	Sessão 10: Imunização Estratégica para o Enfrentamento da Dengue e Febre Amarela	Aline Lara Cavalcante Oliva (SVE/SES-MG)
15:00	Apresentação de Pôster e Vídeos	
15:45	Premiação SISSGeo	PROFISSIONAIS DE SAÚDE, AMBIENTE E OUTROS ÓRGÃOS Bartolomeu Lopes - 1º Lugar Nacional Ricardo Miguel Grilli - 9º Lugar Nacional EQUIPES DE SAÚDE, AMBIENTE E OUTROS ÓRGÃOS Gilberto Ramalho Pereira - 10º Lugar Nacional Lucas Fernando de Jesus Ramos - Representando a equipe da Coordenação de Vigilância Epidemiológica do Município de Campestre/MG; 8º Lugar Nacional Moderadora: Marcela Lencine Ferraz
16:10	Encerramento com Coffee Break	

Anexo A – Programação



Programação

III Seminário de Manejo Clínico das Arboviroses: Qualificação da assistência para o período sazonal

Objetivo: qualificar a assistência para o período sazonal, agendado para os dias 08 e 09 de setembro de 2025 para redução de casos graves e óbitos por arboviroses.

Público Alvo: médicos, enfermeiros e outros profissionais da assistência à saúde.

Programação

Dia 1 – 08/09/2025 (Segunda-feira)

Hora	Atividade	Palestrantes/Instituições
08:00	Credenciamento	
08:30	Mesa de Abertura	Eduardo Campos Prosdocimi (Subsecretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais/SES-MG)
09:30	Cenário Epidemiológico no Brasil e em Minas Gerais	Camila Ribeiro Silva (Coordenação Geral das Arboviroses/Ministério Da Saúde – CGARB/MS) Marcela Lencine Ferraz (Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Imunização – DVDTI/SES-MG)
10:30	Força Estadual de Saúde: Preparação e Apoio aos Municípios	Aline Lara Cavalcante Oliva (Superintendência de Vigilância Epidemiológica – SVE/SES-MG)
11:00	Manejo Clínico da Chikungunya	Kleber Giovanni Luz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN)
12:00	Intervalo	
13:00	Fluxos: Notificação, Coleta Oportuna e Envio (RT-qPCR), Acesso a Medicamentos e Vigilância do Oropouche	Danielle Capistrano (Coordenação Estadual de Vigilância das Arboviroses – CEVARB-CV/SES-MG) Renée Carvalho (Coordenação Estadual de Laboratórios de Saúde Pública – CELP/SES-MG) Flávia Helena Castro Alves (Coordenação do Núcleo de Gestão de Solicitações de Medicamentos Assistência Farmacêutica/SES-MG) Eva Lídia Arcoverde Medeiros (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIEVS Minas) Moderadora: Marcela Lencine Ferraz (DVDTI/SES-MG)
14:00	Manejo Clínico da Dengue	Mariano Fagundes Neto Soares (SMS Montes Claros; CIEVS Regional Montes Claros/SES-MG)
15:00	Coffee Break	
15:30	Manejo Clínico do Oropouche	Flavia Ribeiro Soares Cruzeiro (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIEVS Minas)
16:30	Encaminhamento e encerramento do dia	

Programação

Dia 2 – 09/09/2025 (Terça-feira)

Hora	Atividade	Palestrantes/Instituições
08:30	Investigação de Óbitos em Arboviroses: o Valor do Registro Médico	Mayara Rocha Dos Santos (Comitê Estadual de Investigação de Óbitos por Arboviroses/CEVARB-CV/SES-MG)
09:30	Manejo Clínico da Febre Amarela	Ricardo Luiz Fontes Moreira (Hospital Eduardo de Menezes – FHEMIG)
10:30	Doenças Neuroinvasivas	Maira Cardoso Aspahan (CIEVS Minas)
11:30	Manejo Clínico da Zika	Daniela Caldas Teixeira (CIEVS Minas)
12:00	Intervalo	
13:00	Imunização (Vacinas contra Dengue e Febre Amarela)	Daniela Caldas Teixeira (CIEVS Minas)
13:30	Do Território à Prática: Experiências Municipais no Atendimento, fluxo e Manejo do paciente	Rejane Balmant Letro (Secretaria Municipal de Saúde de Contagem) Daniela Mendes Motta de Souza (Secretaria Municipal de Saúde de Nova Era) Jessica Cristina de Araújo Faria (Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete) Patrícia Maria da Costa Reis (Secretaria Municipal de Belo Horizonte) Moderadora: Aline Lara Cavalcante Oliva (SVE/SES-MG)
14:30	Arboviroses e Desafios Diagnósticos: Síndromes Congênitas e Desfechos Fatais	Rodrigo Ribeiro Rodrigues (Laboratório Central de Saúde do Estado do Espírito Santo - LACEN-ES)
15:30	Coffee Break	



 **FIOCRUZ** | Minas Gerais



SAÚDE

 **GOVERNO
DE MINAS**
AQUI O TREM PROSPERA.